

**Duas culturas, um confronto: Visões sobre o desencontro  
entre Chineses e Portugueses (1513-1523)  
(versão corrigida e melhorada após a sua defesa pública)**

**Vanessa Miguel Gomes**

**Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação**

**Junho de 2017**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção  
do grau de Mestre em Ciências da Educação, realizada sob a orientação científica da  
Professora Doutora Maria do Carmo Vieira da Silva

## AGRADECIMENTOS

A minha primeira palavra de agradecimento é dirigida à Professora Doutora Maria do Carmo Vieira da Silva. O desafio profissional e a aventura pessoal por mim vividos, durante o ano letivo 2016-2017, na Universidade de Línguas Estrangeiras em Dalian, são devidos com justiça à sua pessoa. Acompanhou regularmente o meu trabalho, incentivou-me através das suas palavras amáveis e de encorajamento e serenou-me nos momentos de dúvidas académicas e, até mesmo, existenciais. Estou-lhe eternamente grata pelo ano intenso de crescimento profissional e pessoal.

Devo um especial agradecimento aos meus pais, que suportaram incondicionalmente a minha incapacidade de estar presente nas suas vidas, mas que pela minha vida tudo fizeram e tudo têm feito. Também às minhas queridas irmãs, igualmente itinerantes, que me fazem sentir que nunca estarei sozinha em que parte do mundo for.

Aos meus estimados amigos que genuinamente permitiram, pela força da amizade que nos une, a realização de várias viagens virtuais entre a China e Portugal, fazendo-me acreditar que o caminho que se trilha é muito mais importante do que o destino que se procura.

Um sincero agradecimento aos meus colegas portugueses da Universidade de Dalian por todo o acolhimento, ajuda e conselhos prestados, no sentido de terem contribuído generosamente para a minha adaptação a uma nova realidade cultural.

Umas palavras de apreço e respeito aos meus colegas chineses e estrangeiros da mesma Universidade por reforçarem em mim a vontade de partilha, divulgação e construção de conhecimento científico, e por me darem a oportunidade de interagir com outras culturas em presença e de continuar na busca da minha identidade.

Aos meus inesquecíveis alunos da Universidade devo a inspiração e a alegria de ter redigido esta dissertação. São eles, na verdade, quem me revelam diariamente que o caminho por mim trilhado há alguns anos é aquele que me faz inteiramente feliz.

Reservo as últimas palavras, mas palavras que não existem, para conseguir demonstrar a minha gratidão ao meu companheiro de vida e melhor amigo – o meu marido – por tudo o que temos vivido, construído e, essencialmente, por tudo o que somos um para o outro.

# DUAS CULTURAS, UM CONFRONTO: VISÕES SOBRE O DESENCONTRO ENTRE CHINESES E PORTUGUESES (1513-1523)

VANESSA MIGUEL GOMES

## RESUMO

A defesa do pluralismo cultural como teoria e prática integrante da Educação tem-se tornado premente com a emergência de sociedades multiculturais resultantes do fenómeno migratório ou da globalização do século XX. Tendo como tema central o encontro e o confronto das culturas chinesa e portuguesa no século XVI, o objetivo geral desta investigação consiste na valorização e exploração de questões inerentes ao pluralismo cultural, como o encontro com o outro, a diversidade cultural e a aceitação da diferença, procurando dar uma das possíveis respostas a estas questões no contexto educativo da Universidade de Línguas Estrangeiras de Dalian, na China.

Nesta investigação, procedeu-se primeiramente ao enquadramento concetual do tema central, demarcando-se os conceitos de *assimilação* e *adaptação* numa abordagem ao termo aglutinador de *aculturação*, assim como os de *representações sociais* e de *memórias históricas*. Seguiu-se o enquadramento histórico dos primeiros contatos e negociações luso-chinesas e o modo de acolhimento dos Portugueses na sociedade recetora chinesa. Fez-se ainda a comparação, com base nas narrativas históricas, das representações que as duas sociedades formaram sobre a outra há cinco séculos e que explicam o confronto final entre as duas culturas.

O estudo empírico operacionalizou-se por meio da leitura, análise e discussão das memórias históricas daqueles povos em sala de aula, envolvendo estudantes chineses do 3º ano da Licenciatura em Literatura e Cultura Portuguesas. O objetivo foi identificar qual a sua representação social sobre os primeiros encontros culturais entre Chineses e Portugueses, elaboradas e difundidas através da mobilização daquelas narrativas, que constituem as fontes primárias e vivas do contato e diálogo interculturais entre Chineses e Portugueses. A pesquisa combinou duas metodologias compreendidas em duas fases. Com a metodologia qualitativa pretendeu-se, através da técnica de análise de conteúdo dos discursos produzidos pelos sujeitos, identificar as unidades semânticas de base, os temas, no discurso dos enunciados escritos pelos estudantes universitários. Pela metodologia quantitativa, através do Questionário de Caracterização, fez-se o levantamento dos elementos prováveis de comporem o núcleo central da representação social de forma a se conhecer a provável organização interna desses mesmos elementos. A discussão dos resultados permitiu concluir pela importância e pertinência da exploração pedagógica das memórias históricas, da qual resultaram perceções e atitudes maioritariamente etnorelativas sobre o objeto de estudo por parte dos estudantes universitários.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Aculturação; Representações sociais; Memórias históricas; Estudantes universitários chineses; Questionário de caracterização.*

# **TWO CULTURES, A CONFRONTATION: VISIONS ON THE MISMATCHES BETWEEN CHINESE AND PORTUGUESES (1513-1523)**

**VANESSA MIGUEL GOMES**

## **ABSTRACT**

The defense of cultural pluralism as an integral theory and practice of Education has become urgent with the emergence of multicultural societies as a consequence from the twentieth century migratory phenomenon or the globalization. The encounter and confrontation of Chinese and Portuguese cultures in the sixteenth century is the central topic and the general aim of this research is to valorise and explore issues inherent to cultural pluralism, such as the encounter with the other, cultural diversity and the acceptance of difference, trying to give one of the possible answers to these questions in the educational context of the Dalian University of Foreign Languages, China.

In this investigation the conceptual framework of the central theme came in first place, outlining the concepts of assimilation and adaptation in an approach to the *acculturation* as an agglutinating term, as well as those of *social representations* and *historical memories*. This was followed by the historical framework of the first Luso-Chinese contacts and negotiations and the Portuguese reception in the Chinese host society. A comparison was also made, based on the historical narratives, of the representations that these societies formed of each other five centuries ago which explains the final confrontation between the two cultures.

The empirical study was carried out by reading, analyzing and discussing the historical memories of those peoples in the classroom, involving third year Chinese students of the Portuguese Culture and Literature University Degree. The goal was to identify their social representation of the first cultural encounters between Chinese and Portuguese, elaborated and disseminated through the mobilization of those narratives, which constitute the primary and living sources of intercultural contact and dialogue between Chinese and Portuguese. The research combined two methodologies undertaken in two phases. With the qualitative methodology, it was intended, through the technique of speeches content analysis produced by the subjects, to identify the basic semantic units, the themes, in the written speech by undergraduate students. Through the quantitative methodology, by the Characterization Questionnaire, the prospective elements of composing the central nucleus of social representation were surveyed in order to know the probable internal organization of these elements. The results' discussion led to conclusion on the importance and pertinence of the historical memories pedagogical exploration, from which resulted mainly in ethnorelative perceptions and attitudes about the object of study by undergraduate students.

**KEYWORDS:** *Acculturation; Social representations; Historical memories; Chinese undergraduate students; Characterization questionnaire*

## ÍNDICE

Introdução.....	1
Capítulo 1 – Enquadramento teórico-concetual.....	5
1. 1. A( <i>cultura</i> )ção no encontro entre povos.....	5
1. 2. Eixos teóricos sobre Representações Sociais.....	10
1. 3. História, memória e representações sociais: o diálogo entre o passado e o presente.....	14
Capítulo 2 – Contato, negociação e interação de duas culturas.....	19
2. 1. Enquadramento histórico dos primeiros contatos luso-chineses.....	19
2. 2. Modos de acolhimento dos Portugueses na sociedade recetora.....	21
2.2.1. Um acolhimento favorável e recetivo.....	22
2.2.2. Os primeiros sinais de confronto entre duas culturas.....	24
2.2. 3. O início da degradação do relacionamento luso-sínico.....	26
2.2. 4. A impermeabilidade e o fechamento da cultura maioritária.....	28
2.2.5. A interrupção formal das relações <i>inter</i> culturas.....	31
Capítulo 3 – A construção etnocêntrica de representações sobre o <i>Outro</i> : o confronto de “olhares” .....	34
3. 1. O primeiro “olhar” dos Portugueses sobre os <i>Chins</i> e a China nas narrativas histórias portuguesas.....	34
3. 2. A imagem sobre os <i>Fulangji</i> nas fontes históricas chinesas.....	42
Capítulo 4 – Estudo empírico.....	48
4. 1. Fundamentos teóricos: o modelo estrutural das Representações Sociais.....	48
4. 2. Metodologia.....	49
4. 3. Sujeitos.....	51

4. 4. Instrumento e procedimento de recolha de dados.....	53
4. 5. Análise de dados e discussão dos resultados.....	54
Conclusão.....	58
Referências bibliográficas.....	61
Anexos.....	70
Anexo 1.....	70
Anexo 2.....	73
Anexo 3.....	74
Anexo 4.....	76
Anexo 4a.....	78
Anexo 4b.....	79
Anexo 5.....	80
Anexo 6.....	86
Anexo 7.....	89
Anexo 8.....	91
Anexo 9.....	93
Anexo 10.....	96
Anexo 11.....	105
Anexo 12.....	106
Anexo 13.....	108
Anexo 14.....	109

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**RS** – Representação Social *ou* Representações Sociais

**QC** – Questionário de Caracterização





## INTRODUÇÃO

A escolha da temática, a formulação da questão de partida e a definição dos objetivos por parte da investigadora resultaram do desafio profissional que a Professora Doutora Maria do Carmo Vieira da Silva, sua orientadora científica, no Mestrado em Ciências da Educação, lhe lançou por intermédio de um protocolo de colaboração entre a Universidade de Línguas Estrangeiras de Dalian (China) e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Abriu-se-lhe a oportunidade de lecionar, naquela Universidade, a disciplina de História dos Países Lusófonos aos estudantes chineses do 3º ano da Licenciatura em Literatura e Cultura Portuguesas, no ano letivo 2016-2017. Na organização dos conteúdos e na explanação dos conceitos e argumentos, é de referir que pesou a formação académica em História da investigadora, fator responsável pela motivação e interesse pessoais no tratamento teórico-concetual que foi conferido ao tema e à questão empírica levantada. Deste modo, procurando aproveitar e rentabilizar esta conjuntura profissional, a sua primeira intenção foi conciliar este contexto de ensino-aprendizagem, aquele grupo de alunos sobre o qual iria incidir o estudo empírico e a temática central escolhida – *o encontro e o confronto das culturas chinesa e portuguesa entre 1513 e 1523*.

Este propósito foi determinante para se cruzarem inevitavelmente, na fundamentação do tema, duas dimensões: por um lado, a dimensão histórica da presença multissecular portuguesa no Império chinês, tendo-se considerado dois acontecimentos marcantes: o início das relações luso-sínicas com a chegada às costas do sul da China, em 1513, do primeiro português, Jorge Álvares, e a degradação dessas relações com o malogro da embaixada de Tomé Pires, em 1523; por outro, a dimensão intercultural dos primeiros contatos e da aculturação entre os Impérios Chinês e Português. A articulação da História com a interculturalidade dos encontros luso-chineses neste estudo tornava-se, portanto, fundamental. A exploração destas duas dimensões centrou-se, por sua vez, numa outra que se afigurou imprescindível para a visibilidade e veracidade daquelas dimensões – a dimensão literária.

Esta traduziu-se na seleção de excertos de narrativas históricas envolvidas com o objeto da dissertação e na sua análise documental, designadamente as descrições e os relatos de ultramarinos portugueses e as crónicas oficiais chinesas quinhentistas,

que constituem as fontes primárias e vivas desse contato e diálogo interculturais. As primeiras, a *Crónica do descobrimento e primeiras conquistas da Índia pelos Portugueses*, de autor anónimo, a *Somma orientall que trata do maar Roxo athee os chys*, de Tomé Pires, o *Livro de Duarte Barbosa*, e as *Cartas dos cativos de Cantão*, de Cristóvão Vieira e Vasco Calvo, foram fruto das vivências e experiências dos seus autores pelo Oriente e Extremo Oriente. A valorização destas obras passa pela forma realista e documentada com que foram produzidas, em virtude do esforço de recolha, confronto e sistematização de informações significativas, orais e escritas, obtidas junto de Portugueses e de Orientais, e da observação direta, por parte dos seus autores (Cortesão, 1978; Costa & Lacerda, 2007; Loureiro, 1996). As segundas narrativas, ao contrário daquelas que não foram encomendadas pela Coroa portuguesa, derivaram do discurso convencional do alto funcionalismo chinês sobre a presença portuguesa no Império do Meio. Teve-se acesso àquelas fontes por meio de obras fundamentais dos sinólogos Chang (1997), Pelliot (1947) e Ping e Zhiliang (2003).

Sendo o objetivo geral desta investigação a valorização e a exploração de problemáticas inerentes ao pluralismo cultural, como o *encontro com o outro*, a *diversidade cultural* e a *aceitação da diferença*, considerou-se apropriada a utilização pedagógica daquelas memórias históricas junto dos estudantes do 3º ano para a concretização deste propósito. Assim, no estudo empírico da investigação, colocaram-se, inicialmente, duas questões de partida: (a) qual seria a representação social (RS) que os estudantes teriam sobre os primeiros encontros culturais entre Chineses e Portugueses no século XVI, *antes* da leitura e análise dos excertos das narrativas históricas; (b) qual seria a RS dos estudantes *após* essa mesma leitura e análise.

Porém, logo no início do ano letivo e já em contato com os seus alunos, a investigadora verificou que teria de preterir a primeira questão, ao ter constatado que todos os estudantes universitários do 3º ano não possuíam opiniões minimamente estruturadas e conexas sobre o objeto social a ser estudado, o que iria afetar os resultados obtidos no estudo empírico. Num questionário introdutório (Anexo 9) aplicado aos alunos, 10 respondentes manifestaram o seu muito fraco conhecimento sobre as relações culturais entre aqueles povos nos anos de Quinhentos. Tendo em conta que os sujeitos nunca refletiram nem discutiram sobre aquele assunto de forma consistente e sistemática, dentro do seu grupo, para assumirem uma RS sobre o

mesmo (Moscovici, 1979), a investigadora verificou que esta RS não teria validade para ser estudada. Com efeito, uma das observações da Psicologia Social é a de que «não faz sentido tentar estudar a representação de algum objeto por um dado conjunto social se [...] o grupo que selecionamos para o estudo simplesmente não tem uma representação do objeto que resolvemos estudar» (Sá, 1998, p. 46).

Neste sentido, apenas a segunda questão de partida presidiu posteriormente à construção do objeto da pesquisa empírica: qual é a RS que os estudantes universitários têm dos primeiros encontros culturais, *através* da mobilização de narrativas históricas? O objetivo consistiu em conhecer-se o conteúdo e a organização interna dessa RS que emergiu e se difundiu naquele conjunto de alunos a partir da leitura e análise dos excertos narrativos. Partiu-se ainda do pressuposto de que a RS dos estudantes universitários seria despida de crenças cristalizadas ou de opiniões distorcidas em torno do tema central e, por isso, mais etnorelativa, uma vez que são narrativas que lhes dão a conhecer as complexidades da aculturação dos dois povos, como o distanciamento/contato intergrupar e a valorização do “Nós” (endogrupo)/desvalorização do “Outro” (exogrupo).

Relativamente à estruturação da dissertação, quatro capítulos preconizam a sua organização e a concretização de objetivos específicos. O primeiro capítulo constitui o enquadramento concetual do tema central. Demarcam-se os conceitos de *assimilação* e *adaptação* numa abordagem ao termo aglutinador de *aculturação*, através da discussão sobre a natureza da aculturação, a forma como se gere o seu processo e os seus resultados, seguindo-se o quadro geral de aculturação, proposto por Berry (2005, 2006). Outro conceito referencial é o de RS, de Moscovici (1979), sendo que, por meio da revisão de estudos empíricos e teóricos da literatura científica sobre a Teoria das RS, se exploram os aspetos fundamentais acerca deste fenómeno, como o seu conceito, origem, principais características, funções, propósitos e tipologia. Mostra-se ainda que é a articulação entre a História e a memória, duas formas de acesso e representação do passado, e as RS que permite o diálogo entre o passado e o presente, sendo o conceito de *memórias históricas*, proposto por Sá (2007), a chave dessa relação: enquanto documento histórico, o suporte essencial das RS sobre acontecimentos historicamente relevantes e, enquanto memória coletiva, um elemento histórico integrante da parte mais estável de uma RS.

No segundo capítulo, é feito o enquadramento histórico dos primeiros contatos e negociações luso-chineses e do modo de acolhimento dos Portugueses na sociedade recetora chinesa, que esclarecem o leitor sobre o processo de interação das duas culturas, desde as estratégias empreendidas por si para gerirem a diferença cultural ao resultado dessa aculturação. O suporte documental deste enquadramento deve-se às grandes crónicas portuguesas, redigidas por Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros, e aos relatos e descrições produzidos pelos ultramarinos portugueses. Estas fontes primárias constituem documentos históricos de relevo: se os primeiros narram as notícias e informações sobre o mundo sínico e os contatos iniciais das duas culturas em interação, os segundos enfatizam o nível de adaptação dos Portugueses na sociedade de acolhimento e o da aceitação/rejeição manifestadas pela diferença do “Outro”, assim como revelam aspetos da sociedade e civilização chinesas.

A descrição e a reflexão sobre a construção etnocêntrica da visão do *Outro*, com base na análise documental tanto dos relatos e descrições históricas portuguesas como das crónicas chinesas, surgem no terceiro capítulo. A pertinência da seleção destas memórias históricas prendeu-se com a interculturalidade dos seus temas periféricos, designadamente a interação sociocultural luso-chinesa e os aspetos do seu processo de aculturação. Na medida em que estas memórias históricas, cujos autores expressaram opiniões e atitudes face ao *Outro*, fixaram e institucionalizaram discursos, é feita a comparação das imagens que os dois povos formaram sobre o outro há cinco séculos e que explicaram o confronto final de duas culturas que não se conheciam.

Por fim, o quarto capítulo é dedicado ao estudo empírico, incidindo-se, em primeiro lugar, sobre os fundamentos teóricos do modelo estrutural das RS que justificaram o quadro metodológico empreendido. Neste se clarifica o objeto de estudo, as metodologias utilizadas em duas fases e os objetivos a atingir no âmbito desta investigação. Após a caracterização do grupo de estudantes e da enunciação dos constrangimentos encontrados quanto aos mesmos, foram descritas as técnicas de recolha de dados e respetivos instrumentos e procedimentos. A análise qualitativa dos dados descritivos recolhidos possibilitou o levantamento de algumas hipóteses sobre o objeto de estudo, que foram testadas e confirmadas posteriormente pela análise quantitativa (estatística). A discussão dos resultados obtidos permitiu a sua interpretação em função da teoria a eles subjacente.

## CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCETUAL

### 1.1. A(cultura)ção no encontro entre povos<sup>1</sup>

Acculturation is the dual process of cultural and psychological change that takes place as a result of contact between two or more cultural groups and their individual members. (Berry, 2005, p. 698)

Ao se atender à origem etimológica do termo, *aculturação* provém do inglês “acculturation” e significa a «adoção e assimilação da cultura alheia» (Houaiss & Villar, 2001, p. 98). A *aculturação* é também definida pela Antropologia como «um processo de modificação cultural do indivíduo, grupo ou povo que se adapta a outra cultura ou dela retira traços significativos» e a «fusão de culturas decorrente de contacto continuado» (ibidem). A partir destas definições extrai-se uma ideia geral que resume o fenómeno de *aculturação*: é um “processo” que implica um conjunto de “mudanças” resultantes de um “contato” intercultural “contínuo” entre “grupos” ou “indivíduos” com “culturas distintas” (Schwartz, Unger, Zamboanga, & Szapocznik, 2010). Uma das culturas assimila-se, funde-se e adapta-se à outra e, assim, *assimilação*, *adaptação* e *aculturação* surgem como sinónimos. Porém, uma explicação mais fina e apurada deste conceito, por Bennett (1986), Berry (2005) e Sam (2006), permite concluir que a *aculturação* se distingue dos conceitos *assimilação* e *adaptação*.

A *aculturação* ocorre há milénios, mas o interesse contemporâneo pelo seu estudo deveu-se, primeiramente, aos efeitos da dominação dos povos europeus sobre os povos nativos/indígenas (Berry, 2005).<sup>1</sup> Considerando o encontro cultural e o contato físico que têm surgido, desde tempos remotos, entre duas ou mais entidades étnicas, culturais, linguísticas e religiosas, pressupõe-se que as sociedades que se desenvolvem a partir daí saiam mais ricas e diversas culturalmente. Porém, o grau de continuidade cultural e de participação social desses grupos pode não ser o mesmo nessas sociedades, que aceitam ou não a diversidade cultural e que promovem ou não políticas que fomentem o pluralismo cultural (Berry, 2006). Desta forma, a natureza, o processo e o resultado da *aculturação* irá depender tanto do tipo de ideologia que impera na sociedade de acolhimento/assentamento, assim como do contexto cultural

---

<sup>1</sup> Ver Anexo 1 relativamente às notas deste subcapítulo.

das sociedades envolvidas nesse encontro/contato (Berry, 2005). São estes dois aspectos que permitem uma primeira abordagem ao conceito de *aculturação*.

Os dois modelos opostos que Berry (2006) apresenta, quanto à diversidade cultural nas sociedades, mostram duas visões contrastantes. O modelo do “melting pot” caracteriza-se pela existência de um grupo (sociedade) dominante que absorve os grupos minoritários, postos à sua margem e que não se integram – é uma sociedade uniforme e assimilacionista. A identidade cultural das minorias pode, até mesmo, vir a desaparecer.<sup>2</sup> Esta ideologia predominou sobretudo em sociedades uniculturais do passado (Berry, 2005). No modelo do “pluralismo cultural”, o convívio e o ajuste de povos entre si marcam uma sociedade em que os vários grupos etnoculturais compartilham o mesmo quadro jurídico, político, social e económico, têm poder de decisão, liberdade de escolha, mas mantêm a sua continuidade cultural (Berry, 2006). Existe uma acomodação dos diferentes interesses e necessidades deste “mosaico” de grupos – é uma “sociedade multicultural positiva” (idem).<sup>3</sup>

A partir da definição primária da Antropologia sobre *aculturação*, Sam (2006) identificou três elementos fundamentais do processo aculturativo: (a) o *contato* (físico) entre dois ou mais grupos de forma “contínua” e “em primeira mão” (direto), isto é, no mesmo espaço e tempo; (b) a *influência recíproca* dos padrões culturais de ambos os grupos; (c) a *mudança* que ambos os grupos sofrem. Recentemente, a Psicologia Intercultural tem-se preocupado sobretudo com o processo (*estratégias* individuais ou de grupo) e os resultados (*mudanças* individuais ou de grupo e *adaptação*) da aculturação (Sam & Berry, 2010), chegando a três conclusões fundamentais.

Em primeiro lugar, o comportamento individual interage com o espaço e o tempo em que ocorre (contexto cultural). Compreender a aculturação passa necessariamente por entender e conhecer os contextos sob os quais os indivíduos estão em contato (Berry, 2005; Sam, 2006; Sam & Berry, 2010). Um deles, o contexto de receção, molda o processo de aculturação dos indivíduos da cultura de origem, pela sua influência e interação (Schwartz et al., 2010).<sup>4</sup> Contudo, não é apenas este contexto que permite definir a natureza do processo de aculturação. Pelo encontro e contato interculturais, pela interação contínua entre culturas distintas, operam-se mudanças psicológicas e culturais (Berry, 2005; Berry, 2006; Sam & Berry, 2010).

Em segundo lugar, o grau de aculturação psicológica varia de pessoa para pessoa, mesmo que vivam no mesmo espaço aculturativo e tenham uma origem cultural similar (Berry, 2005; Sam & Berry, 2010). Berry (2006), tendo definido a *aculturação* como «a process of cultural and psychological change that results from the continuing contact between people of diferente cultural backgrounds» (p. 27), distingue cinco aspetos de um contexto de aculturação mais abrangente. Este inclui as *características* principais (valores, normas e comportamentos) que a *comunidade de origem* (cultura original A) e a *comunidade recetora* (cultura original B) transportam para o contato inicial, a *natureza* das suas relações (dominação *versus* equidade e respeito mútuo), e as *mudanças* culturais emergentes *em ambas as comunidades*, que surgem durante todo o processo (A0 e B0) (Berry, 2005; Sam & Berry, 2010).

A definição de Berry (2006) destaca ainda a variabilidade da aculturação: nem todos os grupos e indivíduos buscam os mesmos objetivos de aculturação, se aculturam da mesma forma (estratégias de aculturação), conseguem o mesmo grau de adaptação e nem têm os mesmos resultados quanto às suas experiências em mudança (Sam & Berry, 2010). Também daquela definição se depreende que a aculturação consiste numa interação em dois sentidos, que resulta em ações e reações de ambas as partes à situação de contato e numa relação recíproca de influências, sendo assim bidirecional e bidimensional. Os grupos em contato envolvem-se e influenciam-se, tornando-se simultaneamente aculturados e aculturadores (Berry, 2005, 2006).<sup>5</sup> As perspetivas da bidirecionalidade e da bidimensionalidade<sup>6</sup> são fundamentais no modelo bidimensional da aculturação, desenvolvido por Berry (2005, 2006), que veio substituir a conceitualização da aculturação como um processo unidirecional e unidimensional. O modelo sustenta que o resultado após o contato é o envolvimento e o intercâmbio de duas culturas (e não a inalteração e a assimilação de uma delas, como na ideologia do “melting pot”) e a formação de uma nova cultura com características de ambas as partes (Berry, 2005). O resultado do biculturalismo é o “biculturalismo combinado”: «Biculturalism may involve combining and synthesizing aspects of the two cultures into a unique blend» (Schwartz et al., 2010, p. 251).<sup>7</sup>

A terceira conclusão é a de que quanto maior for a diferença cultural entre os grupos em contato, mais difícil e resistente será a *adaptação* e, por conseguinte, menos harmonioso será o relacionamento (Sam & Berry, 2010). De facto, não é



simples o processo de adoção dos costumes, crenças, valores, língua e instituições sociais pelos povos em aculturação, podendo despoletar problemas de comunicação intercultural (Berry, 2006). No encontro intercultural, a aculturação e a adaptação requerem uma prévia negociação entre os grupos envolvidos que, com características psicológicas e culturais próprias, entram muitas vezes em conflito (Berry, 2005).<sup>8</sup>

Uma segunda abordagem à aculturação passa por se conhecer como se gere o seu processo (fases), isto é, compreender as diferentes formas (estratégias) que pode assumir, e perceber a *adaptação* enquanto resultado introduzido pela aculturação a longo prazo e como uma das formas de os sujeitos experienciarem, reconhecerem e aceitarem a diferença cultural. O quadro geral de aculturação, proposto por Berry (2005, 2006), sugere que este processo desenrola-se segundo *o grau* com que o sujeito (ou o grupo não dominante a que pertence) prefere: (a) *participar* e como participar na vida da nova sociedade (*participação*), (b) *ter uma relação* com aqueles que estão fora do seu grupo (*contato*) e (c) *manter* a sua identidade e o seu património culturais de origem (*continuidade*). A relevância desta teoria deve-se ao facto de mostrar como a aculturação é um processo contínuo, variável, flexível e não é uniforme, com um só resultado, porque depende das diferentes estratégias adotadas.

Since acculturation is a continuous process, an individual may adopt different strategies at different times, and to deal with different life issues [...] Alternatively, the strategies could be thought of as phases which an individual may pass through over and over, using several strategies at any given time. (Sam, 2006, p. 19)

Berry (2005, 2006) identifica quatro estratégias dos grupos não dominantes. A assimilação é utilizada quando os sujeitos não pretendem manter a sua origem e identidade cultural e procuram um contato interativo com a cultura maioritária, adotando os seus valores, normas e tradições. Pelo contrário, a separação é preferida quando os indivíduos desejam manter a sua cultura original e evitam a interação diária com os membros da sociedade recetora. A integração é utilizada quando os indivíduos de um grupo simultaneamente mantêm a sua integridade cultural mas participam e fazem parte da sociedade maior.<sup>9</sup> No caso de os indivíduos revelarem uma falta de apego a qualquer grupo, uma vontade mínima em estabelecer relações com os outros e não desejarem manter a sua identidade cultural, ocorre a marginalização (Sam & Berry, 2010). Do ponto de vista das estratégias do grupo dominante, se a assimilação, a

separação, a integração e a marginalização forem as desejadas e impostas, as estratégias operacionalizadas por aquele serão respectivamente a de “melting pot”, a de segregação, a de multiculturalismo e a de exclusão (Berry, 2005, 2006).

As preferências da aculturação muitas vezes entram em conflito, dificultando o convívio harmonioso e uma interação positiva entre os grupos e os seus membros.<sup>10</sup> Terão de existir condições prévias para uma aculturação positiva, designadamente uma ideologia multicultural, níveis baixos de etnocentrismo e de discriminação, e uma forte ligação/identificação com a sociedade em geral, sentida por todos os indivíduos e grupos (idem).<sup>11</sup> As mudanças mais profundas apenas são perceptíveis a longo prazo<sup>12</sup> e, neste sentido, a adaptação surge enquanto consequência dessas mudanças (Berry, 2005). Efetivamente, o conceito de *adaptação*, seja ela psicológica ou sociocultural, assume um sentido bipolar, na medida em que os sujeitos se adaptam à aculturação a longo prazo de forma variável (de boa a má ou vice-versa),<sup>13</sup> caso sejam capazes ou não de responder a desafios, tomar decisões e gerir a sua vida e as suas experiências na sociedade hospedeira (idem; Sam, 2006; Sam & Berry, 2010).<sup>14</sup>

Ora, cada grupo ou indivíduo experiencia e organiza distintamente a *diferença cultural*, uma vez que diferem na forma como criam e mantêm as interpretações do mundo que os rodeia, que condicionam as suas orientações e posições nas sociedades plurais (Bennett, 2004; Moscovici, 1979). Estas visões são mais etnocêntricas, se experienciam a sua própria cultura como “central” para a perceção da realidade, não questionando as suas crenças, valores e comportamentos, porque considerados reais e verdadeiros, ou mais etnorelativas, caso experienciem a sua cultura e a cultura do *Outro* como “relativas” e produzidas num determinado contexto (Bennett, 2004). A transição do etnocentrismo para o etnorelativismo determina uma mudança nessa experiência pelo indivíduo ou grupo, que atinge as competências de *sensibilidade* e de *comunicação interculturais* (Bennett, 1986, 2004; Chen & Starosta, 1997).

A aceitação da relatividade dos valores culturais e da diferença cultural constitui o passo essencial para a *adaptação* do pensamento e do comportamento a essa diferença e para se experienciar a outra cultura com maior profundidade.<sup>15</sup>

Adaptation to difference as a stage of development of intercultural sensitivity is the ability to act ethnorelatively. This ability to act outside one’s native cultural world view is based on the acceptance of difference as a relative process, and it is the crux of intercultural communication. (Bennett, 1986, p. 186)

É importante realçar que a adaptação não se confunde com a assimilação, mas aqui surge-lhe como uma alternativa. A *assimilação*, através de um processo unidirecional, envolve a substituição do repertório de visões do mundo, crenças, valores e comportamentos da cultura de referência pelo repertório da cultura hospedeira. A *adaptação*, pelo contrário, implica o alargamento da identidade cultural dos indivíduos das culturas envolvidas, sendo que estas se relacionam e se influenciam reciprocamente, num processo bidirecional. Nenhuma das culturas envolvidas é a dominante e as diferenças existentes fundem-se e acumulam-se em uma nova cultura.

Segundo Bennett (2004), o estágio etnorelativo de adaptação representa uma aprendizagem que precede o desenvolvimento central da *sensibilidade intercultural*, que é plenamente atingida no momento em que o indivíduo se projeta no ponto de vista e nas emoções do *Outro* (Chen & Starosta, 1997). O entendimento comunicacional entre as partes despoletará a verdadeira relação intercultural: «Hence, the display of identification, understanding and consideration to others are characteristics of empathy which forms the essence of intercultural sensitivity and leads a person to be competent in intercultural communication» (idem, p. 8). Chegar a este estágio por todos os grupos e indivíduos de uma sociedade não é fácil.<sup>16</sup>

## 1.2. Eixos teóricos sobre Representações Sociais<sup>2</sup>

All the systems of classifications, all the images and all the descriptions which circulate within a society, even the scientific ones, imply a link with previous systems and images, a stratification in the collective memory and a reproduction in the language, which invariably reflects past knowledge, and which breaks the bounds of current information. (Moscovici, 2000, p. 24)

A obra *La psychanalyse, son image et son publique*,<sup>1</sup> de Serge Moscovici, inaugurou, em 1961, um movimento teórico na Psicologia Social – o estudo das RS, tendo sido nesta obra rastreado o primeiro esboço do que seria conhecida a Teoria das RS (Vala & Castro, 2013). A grande problemática lançada por esta obra foi a de reconhecer que os indivíduos constroem explicações sobre a realidade (objeto social), por meio da comunicação interpessoal quotidiana, o que exigiu novas abordagens metodológicas na Psicologia Social e uma articulação com outras ciências sociais e

---

<sup>2</sup> Ver Anexo 2 relativamente às notas deste subcapítulo.

humanas, nomeadamente a História, a Antropologia, a Sociologia e a Linguística (Bôas, 2014, 2015; Cabecinhas, 2009; Rateau, Moliner, Guimelli, & Abric, 2011).

Moscovici (1979), entre várias definições, enuncia a RS como «un corpus organizado de conocimientos y una de las actividades psíquicas gracias a las cuales los hombres hacen inteligible la realidade física y social, se integran en un grupo o en una relación cotidiana de intercâmbios [...]» (p. 18). Jodelet (1991), seguidora da teoria de Moscovici, esclarece o sentido desta definição, apresentando as RS como uma teoria científica de leitura e de explicação do conhecimento do senso comum, uma forma específica do pensamento social, que é elaborada e compartilhada socialmente e que contribui para a compreensão, explicação e domínio do ambiente envolvente por parte do indivíduo e de um conjunto social (grupo, classe...), bem como para a perceção de uma realidade comum a um determinado conjunto social.

Enquanto «*phénomènes complexes toujours activés et agissant dans la vie sociale*» (idem, p. 36), as RS constituem-se de elementos informativos, cognitivos, ideológicos e normativos, relativos a um objeto social. Por isso, têm-se proposto várias definições concetuais que incluem conceitos psicológicos ou psicossociológicos (crença, opinião, atitude...) e, até mesmo, conceitos sociológicos ou antropológicos mais amplos (ideologia, cultura, valores....) (Cabecinhas, 2009), consoante as perspetivas de estudo e de abordagem teórica das representações.<sup>2</sup>

Desde logo, Moscovici (1979) aponta duas características das RS que permitem precisar o conteúdo deste conceito, visto como um “fenómeno” (Moscovici, 2000): (a) são compartilhadas e expressas por grupos sociais. A homogeneidade de um grupo e a posição dos seus membros relativamente ao objeto representado ditam a natureza consensual dos elementos de uma dada representação; (b) são produzidas coletivamente, ou seja, são construídas por indivíduos que, por meio do intercâmbio entre si e da exposição à comunicação de massa, compartilham os elementos que constituirão uma RS. O consenso entre o grupo deriva deste processo de partilha que valida socialmente opiniões, informações e crenças variadas (Rateau et al., 2011).

As RS servem dois propósitos: primeiramente, ao permitirem o entendimento do objeto a que se reportam, facultam aos indivíduos critérios para compreender, interpretar e avaliar o ambiente social. Em segundo lugar, regulam as relações entre os sujeitos, orientam o seu comportamento, a sua conduta e a sua comunicação, isto é, as

suas práticas sociais (Abric, 2001a; Cabecinhas, 2009; Moscovici, 1979), e justificam os seus comportamentos, as suas ações e as suas tomadas de posição sobre um dado objeto social (Doise, 1991; Moscovici, 1979). A representação de um objeto equivale à criação de “teorias espontâneas” pelos sujeitos que os guia nas suas ações quotidianas, isto é, «versions de la réalité qu’incarnent des images ou que condensent des mots, les uns et les autres chargés de significations» (Jodelet, 1991, p. 35).

Uma outra característica atribuída às RS é a sua funcionalidade convencional e prescritiva (Moscovici, 1979, 2000): tornam familiar aquilo que inicialmente é estranho, para transformar o desconhecido (pessoas, objetos e acontecimentos) em conhecido, através da agregação e integração da novidade e do estranho em sólidas estruturas de conhecimento, isto é, em categorias sociais preexistentes, partilhadas por um grupo social e revestidas de estabilidade, como as imagens, os conceitos e as descrições. O estranho passa assim a ser compreendido e descodificado.<sup>3</sup> Aqui necessariamente está subjacente a própria historicidade das RS, porque o sentido desses conhecimentos preexistentes e daqueles significados historicamente consolidados é atribuído e alterado por cada geração, num espaço e tempo específicos (Bôas, 2014). Assim, as ideias e experiências anteriores (conteúdos do passado) permanecem ativas, porque deixam infiltrar as ideias e experiências atuais e, como continuam a guiar os indivíduos para as ações e relações sociais, são prescritivas.

A delimitação do conceito de RS permitiu a Moscovici (1979, 2000) reforçar a sua origem cultural e comunicacional (interativa e contextual). Uma das grandes premissas da sua teoria é a de que a aquisição e transmissão dos conhecimentos, crenças e valores entre os grupos sociais, através dos seus múltiplos contatos e constantes envolvimento, permitem a partilha de uma conceção comum das coisas, dos outros e do mundo que os rodeia. Refere-se a uma “sociedade pensante” para expressar a ideia de que as origens do pensamento social dependem das relações intergrupais: apesar de pensarem ativamente e autonomamente, socorrendo-se de todo o tipo de conhecimento, os indivíduos produzem representações, mas comunicam-nas por meio da interação quotidiana (idem).

Esta “sociedade pensante” é marcada ainda pela condição que permite a difusão e o debate das suas RS na esfera pública: os meios de comunicação de massa, designadamente as tecnologias de informação. Estes são os veículos essenciais da

fluidez das ideias dos membros dos grupos sociais, contribuindo para a comunicação intra e intergrupal e, por inerência, para a renovação ou consolidação do conhecimento do senso comum (Jodelet, 1991). Moscovici (2000) sublinha também que as RS são fruto das sociedades modernas, caracterizadas pela diversidade de pensamento e onde circulam com rapidez os conteúdos do conhecimento científico.<sup>4</sup>

É através deste processo comunicativo e informal com o *Outro*, e numa relação triádica (Vala & Castro, 2013; Wagoner, 2015), que determinado indivíduo ou grupo (o *sujeito*) mentalmente (re)constrói ou transforma (*processo*) a realidade (o *objeto representado*), representando-a para ter acesso a ela mesma (Jodelet, 1991), não sem provocar quotidianamente uma constante reelaboração do seu pensamento e, consequentemente, a transformação das suas representações ao longo do tempo, por várias gerações. Por isso, as RS não são estáticas e nem fixas a um período histórico; num processo contínuo, elas refletem a relação do sujeito com um objeto posicionado cultural e historicamente, mas que se transforma no tempo de acordo com os específicos contextos sociopsicológicos dos indivíduos ou dos grupos que as produzem e enunciam (Vala & Castro, 2013).

Apesar de nem todos os grupos pensarem e partilharem as mesmas ideias, valores e experiências, e de nem todos os membros do grupo manterem as mesmas relações entre si (Jodelet, 1991; Moscovici, 2000), é salientado que todas as representações são sociais, porquanto são construídas com base em cada uma dessas ideias e relações. São, assim, limitadas a grupos sociais definidos, na medida em que refletem a pertença grupal/social dos indivíduos que lhes dão a sua identidade, e permitem a estes demarcar-se daqueles que não partilham as mesmas representações (idem). Por isso, Rateau et al. (2011) definem as RS como «systems of opinions, knowledge, and beliefs particular to a culture, a social category, or a group with regard to objects in the social environment» (p. 478).

Uma vez que nem todos os sujeitos colaboram de igual modo no processo de produção e negociação das RS, Moscovici (1988) distingue três tipos de representações em função do seu estágio de desenvolvimento e da forma como são partilhadas. As representações hegemónicas são as mais consensuais, inquestionadas, coercivas e imperam nas estruturas e instituições de uma sociedade; as emancipadas emergem do debate e da livre partilha de ideias, em maior ou menor grau, por diferentes grupos

que cooperam e negociam entre si e, assim, são mais flexíveis; as polémicas são produzidas no decurso de um conflito social, entre visões e posições opostas de grupos antagónicos e destinadas a serem mutuamente exclusivas.<sup>5</sup> Cabecinhas (2009) destaca que são as «clivagens, diferenciações e relações de dominação» que estão na origem «de diferentes representações sociais de um mesmo objecto» (p. 53) e, portanto, de diferentes conteúdos e estruturas representacionais, o que explica a necessidade de se remeter o conteúdo representacional para o contexto em que foi construído. A heterogeneidade e mutabilidade das RS implicam a transformação do senso comum, ao longo do tempo, através do confronto dialógico entre ideias contrárias.<sup>6</sup>

Resumindo, as RS:

[...] não são estruturas de conhecimento rígidas e imutáveis repetidas *ipsis verbis* pelo indivíduos, de contexto para contexto, de relação para relação. Pelo contrário, elas carregam as marcas do contexto da sua enunciação e, portanto, são igualmente fenómenos de comunicação interpessoal situada para além de fenómenos de cultura. (Vala & Castro, 2013, p. 595)

### **1.3. História, memória e representações sociais: o diálogo entre o passado e o presente<sup>3</sup>**

Social representations are carriers of collective memory; through them past experience shapes the present. Thus, social representations ensure for social groups a degree of continuity through time. This is done by flexibly using the past to meet the demands of the present and move towards a future desirable to the group. (Wagoner, 2015, p. 143)

A articulação concetual de *memória*, *História* e *RS* tem sido recuperada pela Psicologia Social, contribuindo para o estudo do campo da memória a perspetiva sociológica de Halbwachs (1968), e para o estudo sobre o pensamento social a perspetiva das RS, de Moscovici (Sá, 2007, 2012b). Porém, a tensão entre *memória* e *História*, além de marcar o debate historiográfico atual, suscita por parte da Psicologia Social uma necessidade em articular aqueles conceitos nos estudos sobre RS e, por conseguinte, em combinar as ciências da História e da Psicologia Social (Bôas, 2014).

Sobre o estudo psicossocial da memória social, Sá (2007, 2012a) circunscreve o conceito de *memória social* por meio de cinco princípios unificadores presentes em Halbwachs (1968), e enuncia sete diferentes instâncias da memória social. A expressão

---

<sup>3</sup> Ver Anexo 3 relativamente às notas deste subcapítulo.

*memória social* pretende-se sobretudo abrangente, no sentido de abarcar «o inteiro conjunto de fenómenos psicossociais da “memória da sociedade”» (Sá, 2007, p. 290). Extraí-se daqui o seu primeiro princípio unificador de que a memória humana é uma construção, e não uma mera reprodução, das experiências individuais passadas em função dos grupos sociais e das instituições presentes. É a sociedade que, conjuntamente com a sua cultura, história e linguagem, determina o conteúdo das memórias, sendo portanto a sua natureza simultaneamente social e psicológica (segundo princípio). Esta é a argumentação do sociólogo Halbwachs (1968) quando pretendeu mostrar que a memória é adquirida através da participação social dos indivíduos, sendo o ato de recordar o passado concretizado em sociedade, e a de Haas e Jodelet (1999) que, apesar de terem exposto a dificuldade em distinguir memória social e memória coletiva, concluíram que esta é sempre social.<sup>1</sup>

Nestes dois princípios complementam-se, com efeito, as posições psicologistas e sociologistas, e deles pode depreender-se que a construção, a manutenção e a atualização da memória social resulta inevitavelmente da interação social e da comunicação «intra e/ou intergrupar, erudita e/ou de massa» (Sá, 2007, p. 291), como dois processos interdependentes dessa mesma construção (terceiro princípio). Por conseguinte, as lembranças e pensamento social encontram-se intrinsecamente associados (quarto princípio), tornando-se quase indistinguíveis a memória do passado e o conhecimento do presente. Por fim, na construção da memória social interferem, para além dos processos sociocognitivos, outras variáveis de ordem motivacional e afetiva, como o interesse e o sentimento num conjunto social (quinto princípio).

Relativamente à categorização das instâncias da memória social, as “memórias da memória social”, proposta por Sá (2012a), na qual ele inclui as memórias pessoais, as comuns ou geracionais, as coletivas, as históricas documentais, as históricas orais, as práticas e as públicas, interessa a reflexão sobre as relações entre a *história* e a *memória* e, por isso, há que considerar a memória social dos factos históricos – a *memória histórica* – nas suas duas modalidades, oral e escrita, conforme são apresentadas pela Psicologia Social.<sup>2</sup> Apesar da designação *memória histórica* ou *memória da história* revelar uma dependência entre a memória e a História, algumas dificuldades surgiram na explicação desta relação concetual (Sá, 2007, 2012a, 2012b,



2015). Em Halbwachs (1968), o termo *memória histórica* é em si uma contradição que associa dois termos que se excluem. Pela História, a memória desmembra-se:

C'est qu'en général l'histoire ne commence qu'au point où finit la tradition, moment où s'éteint ou se décompose la mémoire sociale. [...] Aussi le besoin d'écrire l'histoire d'une période, d'une société, et même d'une personne ne s'éveille-t-il que lorsqu'elles sont déjà trop éloignées dans le passé. (idem, pp. 68-69)

Para este sociólogo, a memória de uma “história vivida” por um grupo (memória coletiva) apenas consegue subsistir enquanto durar esse grupo, responsável pela sua construção, porque testemunho dessa história. Assim, o grupo é visto de dentro e durante o período da sua existência. Se o grupo, o suporte da memória, deixa de existir e, como resultado, deixa de produzir pensamento e lembranças, a memória também deixa de existir. As lembranças coletivas são fixadas pela escrita da História que, reduzida à recolha e à síntese dos factos que ocuparam a memória, se mostra detalhista, crítica e concetual, mas muito distante da memória, isto é, das percepções de cada indivíduo, da sua história vivida e fluída (idem). Aqui, a memória da história é restringida às memórias coletivas de conjuntos sociais específicos.

Também em Pollak (1989), a memória é sobretudo uma «operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar», com o objetivo de «reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes» (p. 9). A memória submete-se a um necessário e especializado “trabalho de enquadramento” efetuado pela História e pelos seus profissionais que, escolhendo testemunhos de sobriedade e confiabilidade, devem produzir discursos que não despoletem tensões e conflitos pela contradição entre a imagem oficial do passado e as lembranças individuais e coletivas desse passado.<sup>3</sup>

Todavia, tendo o campo da memória se expandido para além dos limites da sociologia e da história documental, Sá (2007, 2012a, 2012b) propõe a categoria *memórias históricas*, para cuja construção contribuem: «(1) tanto memórias coletivas<sup>4</sup> quanto memória comuns e memórias pessoais; (2) tanto a história vivida quanto os testemunhos ouvidos; (3) tanto documentos históricos *stricto sensu* quanto produções didáticas, midiáticas e artísticas posteriores» (Sá, 2012a, p. 97).<sup>5</sup> Ora, esta conceção de *memória da história* exige por si a reformulação da própria noção de “documento”. Sá (2007, 2012a, 2012b) reforça que não é a mera disponibilidade do conhecimento

documental acerca dos factos históricos passados que caracteriza a memória histórica documental. A noção de “documento” deve abarcar os registos do passado, escritos ou não escritos, e, ainda, toda a vasta produção artística, educacional e comunicacional (manuais escolares, filmes, exposições, conferências e outras matérias dos meios de comunicação de massas) que a sociedade faz sobre esse passado, ao se apropriar daqueles documentos. Estes são o ponto de partida, mas não «[...] ensinam unilateralmente a construção de memórias, mas sim as representações que os diversos conjuntos sociais [...] fazem ativamente deles» (idem, p. 50). Os produtos educacionais, artísticos e comunicacionais constituem, assim, RS que conjuntos sociais, em interação social na vida quotidiana, formam a partir dos documentos históricos.<sup>6</sup>

A nível concetual, as *memórias históricas* e as *RS da história* estão próximas, apesar daquelas se concentrarem sobre factos ou períodos históricos, envolvendo amostras populacionais que com estes se relacionaram, e as segundas considerarem as imagens que as suas populações contemporâneas têm de acontecimentos historicamente relevantes (Sá, 2015). A relevância do conceito de *memórias históricas* deve-se ao facto de procurar conciliar as duas formas de acesso ou de relação com o passado, que Bôas (2015) identifica como «os dois modos de gestão do passado» (p. 247) – a História e a memória. O conceito pretende articular os factos descritos e explicados pelos historiadores, a “história dos historiadores”, com as memórias construídas acerca desses factos pela população que os viveu e recolhidas pelos mnemógrafos, as “histórias memoriais” (idem).

Do conflito atual entre História e memória (Bôas, 2015) emerge uma outra forma de conciliar operacionalmente estas duas formas de representação do passado. Partindo do terceiro e quarto princípios unificadores da memória social propostos por Sá (2007), implícita está a historicidade dos conteúdos das RS, isto é, a sua inevitável produção social e inserção num contexto histórico. É o seu “caráter paradoxal” que permite o diálogo e uma relação mais próxima e recíproca entre o passado e o presente (Bôas, 2014, 2015).<sup>7</sup> Halbwachs (1968) já argumentara que o que é lembrado do passado mistura-se e, até mesmo, não se distingue daquilo que se conhece ou se sabe sobre ele.<sup>8</sup> Moscovici (1979) mostrou a prevalência do passado sobre o presente na construção do conhecimento social, sendo as experiências e as imagens produzidas no presente (RS) ancoradas em conhecimentos preexistentes, isto é, em RS anteriores.

Roussiau e Renard (2003) referem-se a uma espécie de “filiação” da RS, visto que muitas vezes deriva de condições e estados anteriores a ela mesma: «toda representación es la representación de una coisa» (Moscovici, 1979, p. 42).<sup>9</sup>

A memória desempenha um papel relevante no campo das RS enquanto elemento do processo representacional (Roussiau & Renard, 2003). Por um lado, a memória coletiva constitui um elemento integrante e consistente do sistema central das RS e, logo, lhe confere a sua historicidade, significado e estabilidade. Daí a história do grupo ser, muitas vezes, uma das causas da resistência das RS à mudança (idem). Por outro lado, a memória social pode funcionar como um elemento de “filtragem” na dinâmica das RS. A realidade representada é filtrada de acordo com as características individuais, com os valores, as normas, as crenças e a história dos indivíduos e do seu grupo de pertença, que garantem a consistência da memória grupal (Haas & Jodelet, 1999; Roussiau & Renard, 2003).

A estabilidade estrutural e temporal das RS deve-se à historicidade dos seus conteúdos, que são transmitidos e atualizados pela memória social (Bôas, 2014).<sup>10</sup> Por isso, há que atender à interferência que o contexto ideológico e histórico do sujeito e do grupo do momento, como também a posição que ambos ocupam na organização social com as suas práticas sociais,<sup>11</sup> têm na elaboração dos conteúdos do pensamento social (Haas & Jodelet, 1999). Roussiau e Renard (2003) defendem a “institucionalização da memória coletiva”, visto que o significado da memória social do grupo é produzido pela e na *cultura* que se reveste de um conjunto de instituições que infletem na evolução das RS.

Deste postulado de que na reconstrução do passado intervém o presente, a inteligibilidade da memória coletiva depende das dimensões grupal e social (Halbwachs, 1968),<sup>12</sup> na medida em que os grupos sociais, dominantes ou dominados, em interação e/ou conflito, constroem a(s) sua(s) memória(s), potenciais responsáveis pela existência e evolução das RS. Wagoner (2015) assinala que o modo como um grupo representa o passado influi sobre a forma desse grupo se mover e orientar para o futuro, uma vez que o passado é selecionado, interpretado e construído de acordo com as suas expectativas, ocorrendo frequentemente a imposição das RS do passado dos grupos da maioria sobre as das minorias.

## CAPÍTULO 2 – CONTATO, NEGOCIAÇÃO E INTERAÇÃO DE DUAS CULTURAS

### 2.1. Enquadramento histórico dos primeiros contatos luso-chineses (1509-1513)<sup>4</sup>

O conhecimento do *outro* civilizacional torna-se uma necessidade, pois dele depende um mais eficaz exercício do poder e uma mais lucrativa intervenção nas redes comerciais orientais. (Loureiro, 1991, p. 176)

Conhecer as duas primeiras décadas do século XVI, atinentes aos primeiros contatos empreendidos entre Portugal e a China, significa compreender o processo de aculturação entre estes Impérios, cujo início de superioridade civilizacional e ultramarina é, curiosamente, quase coincidente. Portugal, forte e confiante na sua gesta militar, religiosa e económica da expansão, iniciada pela dinastia de Avis, em 1415; a China, prestigiada pelos Ming, cuja presença política e pujança comercial, iniciada esta em 1403 por uma série de viagens de longo curso com numerosas frotas, se estendiam desde o sul da Índia, passando pelo Golfo Pérsico até ao Mar Vermelho e descendo a costa oriental africana até ao Quénia<sup>1</sup> (Haw, 2016).

Porém, enquanto Portugal perpetuava a expansão marítima do mundo ocidental em rumo ao Oriente, após a grande realização de Vasco da Gama com a circunavegação de África, já os Ming, desde 1433, tinham deixado de projetar o seu poder comercial e militar no sudeste da Ásia, contendo-o dentro das suas fronteiras (Anexo 4a). A China apenas permitia relações comerciais formais com as missões diplomáticas que prestassem tributo e vassalagem ao Celeste Império (Fok, 1987; Gungwu, 1998; Haw, 2016).<sup>2</sup> O comércio privado com os estrangeiros (os “bárbaros”) era oficialmente proibido,<sup>3</sup> mas os Chineses, reconhecendo a sua utilidade, toleravam-no e vigiavam-no. Mantinham-se apenas comunicações abertas entre povos estrangeiros circunvizinhos e as populações costeiras de Cantão<sup>4</sup> que não implicassem com a sua segurança e estabilidades territoriais<sup>5</sup> (Gungwu, 1998; Kammerer, 1944).

As escassas e vagas notícias sobre o povo *chin* chegaram aos marinheiros de Vasco da Gama, em 1498, em Calecute, que através de transações comerciais com mercadores asiáticos e do contato direto com a ainda presença chinesa no Malabar, no Índico Ocidental, recolhiam informações essencialmente de carácter geográfico sobre o Oriente (Flores, 2000; Loureiro, 2000). Reinava D. Manuel I quando Diogo Lopes de

---

<sup>4</sup> Ver Anexo 4 relativamente às notas deste subcapítulo.

Sequeira recebe d' El-Rei, em 1508, longas e detalhadas instruções, o Regimento de Almeirim, para uma viagem exploratória, no sentido de ir descobrir quaisquer terras até Malaca<sup>6</sup> e de colher informações sobre China e os *Chins* (Costa, 1996; Loureiro, 2000), o que demonstra uma ignorância a respeito destes, assim como uma curiosidade quanto a esta região ainda desconhecida do Extremo Oriente.<sup>7</sup> O Regimento traduzia a estratégia de dominação imperial deste monarca e do seu Vice-Rei, Afonso de Albuquerque (Loureiro, 1991). O que se tinha certo desse mundo incerto eram os produtos exóticos que de lá vinham (Costa, 1996; Flores, 2000).

A frota de Diogo Sequeira aportou, em 1509, numa pequena ilha fronteira a Malaca,<sup>8</sup> um ancoradouro reservado a mercadores estrangeiros, encetando-se assim os contatos diretos e iniciais com o Sudeste Asiático. A aproximação foi cautelosa e prudente devido ao desconhecimento a respeito da geografia política e da força militar destas regiões (Loureiro, 2000). Esta empresa não ia, portanto, com o objetivo premeditado de subjugar povos e conquistar terras, mas de estabelecer relações comerciais amigáveis. O cronista Barros (1777a) descreve esse primeiríssimo encontro com a comunidade chinesa local, mencionando que a semelhança no modo de vestir foi fator de aproximação e identificação entre os dois povos.

Somente três naus, que ali estavam dos povos chins [...], que usam vestir pano, e outras coisas a nosso modo: quando viram o traje dos nossos, pois que tinham notícia deles pelos Mouros, como pessoas suspeitas, logo conceberam o contrário do que lhes disseram. E a mostra que deram disso, foi em seus batéis rodearem com confiança, e seguramente as nossas naus; e se deixaram chegar muito a elas. (p. 400)<sup>9</sup>

Os mercadores chineses desempenharam o papel de intermediários e conselheiros entre a armada portuguesa e as autoridades desta cidade, fazendo «saber a chegada do capitão-mor a El-Rei de Malaca e a seu tio, o regedor, que na língua malaia se chama bendara» (Castanheda, 1552a, p. 216). A receção aos Portugueses foi fraterna e amigável: o Capitão chinês foi recebido na nau do Capitão-Mor com trombetas e artilharia, e fez reverências e saudações a este e a outros capitães, «com as mãos cruzadas postas nos peitos, as cabeças baixas» (citado por Albuquerque, 1986, p. 370), não sem antes se ter ajoelhado e beijado o chão do navio.

Porém, Diogo Lopes de Sequeira teve de abandonar rapidamente o ancoradouro malaio, na sequência de um repentino e trágico ataque desferido pelos

mouros sobre a feitoria de Malaca, devido às hostilidades despoletadas por intrigas de mercadores locais, com a cumplicidade do sultão local, Mahmud Xá (Loureiro, 2000). A maioria dos homens de Lopes de Sequeira foi feita escrava, entre eles o feitor Rui de Araújo. Já os capitães *chins* tinham sensatamente advertido o Capitão-Mor para o incumprimento do acordo comercial inicialmente estabelecido com o regedor local,<sup>10</sup> mas «[...] ele nunca quis dar crédito a este aviso» (Castanheda, 1552a, p. 218). Os *chins* davam os primeiros sinais de certa sensibilidade quanto à insegurança da armada lusa.

Afonso de Albuquerque parte para Malaca para vingar o desaire sofrido. Aqui realiza-se um segundo encontro luso-sínico que, de acordo com as fontes coetâneas, foi também bastante aprazível e amistoso. Os *chins* dirigiram-se ao Governador da Índia, pois sentiam-se indignados com a tirania do sultão de Malaca, com o qual tinham uma contenda a resolver, pelos «maus pagamentos de fazenda que lhes tomou» (Barros, 1777b, p. 38), e entendiam, esperançados, que «aquela sua vinda era o fim do escândalo» (ibidem). Cinco capitães chineses mostraram-se disponíveis para ajudá-lo no ataque à cidade contra as variadas forças militares do sultão aí existentes, informando-o sobre o armamento e o dispositivo de forças de defesa de Malaca. Após a restituição da liberdade de Rui de Araújo e de seus companheiros, Albuquerque e o seu conselho de capitães decidem atacar a cidade, que cai definitivamente nas mãos dos Portugueses a 15 de agosto de 1511 (Castanheda, 1552b).

Como forma de agradecimento, o Vice-Rei mandou entregar os dois juncos apresados pelo rei de Malaca aos mercadores chineses «com que se despediram dele muito alegres, principalmente pelas ofertas que Afonso de Albuquerque fez para restituição do que El-Rei não pagava» (Barros, 1777b, p. 39). Os Chineses mostraram-se simpáticos e prestáveis, regressando à China com «uma ideia muito favorável do carácter e da coragem dos Lusitanos» (Chang, 1997, p. 43). Durante o segundo encontro luso-sínico, a qualidade das relações foi renovada e confirmada.

## **2.2. Modos de acolhimento dos Portugueses na sociedade recetora (1513-1523)<sup>5</sup>**

Desenhavam-se os esboços primordiais de amizade sino-portuguesa, mas a expectativa era alcançar o desconhecido e ambicionado reino do Extremo Oriente. Naturalmente que, com as notícias recolhidas em Malaca desde 1509, a vontade de

---

<sup>5</sup> Ver Anexo 5 relativamente às notas deste subcapítulo.

descoberta da China por parte de El-Rei ficaria ainda mais desperta<sup>1</sup> (Loureiro, 1995), sendo que a conquista definitiva de Malaca para a Coroa lusitana permitiu a “descoberta do caminho marítimo para a China”,<sup>2</sup> demandado ferverosamente pelos mercadores lusos, que procuravam controlar o tráfico entre Malaca e o litoral chinês, contando com os serviços preciosos de pilotos asiáticos (Loureiro, 1992).

### **2.2.1. Um acolhimento favorável e recetivo**

Os oficiais da Coroa em Malaca armaram uma embarcação malaio-portuguesa, na qual seguiram dois homens de armas, o feitor Jorge Álvares e um escrivão anónimo, e o filho do feitor, assim como mercadores malaios que poderiam fornecer úteis informações náuticas para a reconstituição da rota a percorrer. Mas a empresa comercial de Jorge Álvares não foi mais além do que um reconhecimento exploratório das redes regionais de comércio (Flores, 2000).

O Capitão Jorge Álvares aportou, em agosto de 1513, na ilha de Tunmen, o «pulo tumon»,<sup>3</sup> uma das ilhas do litoral cantonense, próxima de Nantó e localizada na embocadura do rio das Pérolas, tendo aí deixado «um padrão de pedra com as Armas deste Reino» (Barros, 1777d, p. 20), o padrão com o qual os Portugueses costumavam assinalar o descobrimento de novas terras, para se distinguir o acontecimento. Castanheda (1553) refere que este ancoradouro era conhecido por “ilha da veniaga”, «porque naquelas partes chamam ao trato da mercadoria veniaga. E nesta ilha se faz o trato da mercadoria dos mercadores estrangeiros que vão tratar à China» (fl. XI).

Os juncos de Malaca lançavam ferro na ilha de Tamão e processavam-se, de seguida, as trocas de uma forma muito pragmática.<sup>4</sup> A *veniaga* realizava-se ainda em lugares despovoados, para os estrangeiros «não deitarem mão de alguma coisa, e [...] porque são muito ciosos da sua terra» (citado por Loureiro, 1992, p. 54). Deste modo, as embarcações portuguesas oriundas de Malaca estavam proibidas de alcançar e de se instalar em Cantão. O sistema de trocas era mais uma das componentes da perfeição do mundo chinês, mas independentemente do seu carácter metódico, interessava o resultado comercial alcançado<sup>5</sup> (Fox, 1987) e este não poderia ter sido melhor. A embarcação regressa a Malaca, em 1514, recheada de mercadorias.

Não obstante esta primeira viagem ao litoral meridional do Celeste Império ter permitido um muito superficial e escasso contato direto com o *Outro*, a população

residente nas zonas ribeirinhas,<sup>6</sup> a sua importância deriva da inauguração da rota portuguesa da China, pois «quinze anos após a chegada de Vasco da Gama a Calecute, estavam estabelecidos os primeiros contactos directos, por via exclusivamente marítima entre a Europa e a China» (Loureiro, 1995, p. 150).

É despachada, em 1515, a segunda expedição, comandada por Rafael Perestrelo, para ir «descobrir a costa da China num junco, levando dez dos nossos em sua companhia» (Castanheda, 1552b, p. 299). Perestrelo fizera «muito grande ganho na mercadoria que levou» (ibidem), obtendo igualmente enormes lucros, e, chegado a Malaca, em 1516, confirmou o bom acolhimento dos *Chins*, que «queriam paz e amizade com os Portugueses, e que eram muito boa gente» (Castanheda, 1553, fl. IV).

Estas viagens, muito semelhantes no procedimento e nos resultados, mas viabilizadas por dois tipos de diplomacia (a oficial e a particular<sup>7</sup>) (Alves, 1999), vieram propiciar uma avalanche informativa sobre os meios mercantis do litoral e reforçar as ligações com a região litoral de Guangdong e a parceria comercial entre Malaca e a China. A primeira imagem recolhida e divulgada sobre a China seria a de um mercado atrativo e rico, com o qual as perspectivas de um comércio lucrativo serviram de estímulo aos aventureiros portugueses (Loureiro, 2000). Entrevia-se uma otimista oportunidade para se enviar uma credenciada embaixada ao Imperador Zhengde (Anexo 4b). Por isso, em 1515, Fernão Peres de Andrade foi enviado de Lisboa, por El-Rei, para ser Capitão-Mor de uma armada de três naus que, partindo da Índia (Cochim), «havia de ir assentar trato e amizade na China e em Bengala» (Castanheda, 1552b, p. 304), levando na sua frota Tomé Pires,<sup>8</sup> o embaixador designado pelo recente Governador da Índia, Lopo Soares de Albergaria (idem). Com a sua vasta cultura sobre as drogas e especiarias orientais, o antigo escrivão, contador e vedor das drogarias da feitoria de Malaca, era a pessoa certa para divulgar os produtos exóticos oferecidos pela China (Barros, 1777c).

Esta expedição ganha outros contornos por estar associada à primeira embaixada (missão diplomática) portuguesa e europeia enviada à China,<sup>9</sup> até porque Jorge Álvares e Rafael Perestrelo, não empreenderam qualquer relação diplomática em nome de El-Rei com os mandarins chineses, sendo que, «na perspectiva destes, os mercadores lusos eram apenas mais um grupo de estrangeiros que demandavam as suas águas» (Costa, 1996, p. 20), e que supostamente não levantariam qualquer perigo



para a segurança chinesa. Através da expedição de Fernão Peres de Andrade, é a dimensão político-diplomática que mais sobressai no relacionamento luso-sínico. A própria envergadura da expedição ditava a importância desta missão se for comparada com as expedições anteriores.<sup>10</sup> Também é com a embaixada de Tomé Pires que se dá o primeiro contato efetivo dos Portugueses com o Celeste Império, apontado como uma civilização tão igual ou melhor do que a civilização europeia (Loureiro, 2000).

### **2.2.2. Os primeiros sinais de confronto entre duas culturas**

Os expedicionários portugueses puseram ferro na ilha de Tamão em agosto de 1517, onde Andrade «mandou um recado ao Capitão dela, fazendo-lhe saber quem era, e como vinha com uma embaixada de El Rei D. Manuel de Portugal seu Senhor a El Rei da China» (Barros, 1777c, p. 206), reafirmando o respeito pelo protocolo diplomático sínico. Abandonada a «periferia de Confúcio», os Portugueses entravam na «burocracia celeste» (Flores, 2000, p. 156): a tripulação viu-se logo confrontada com os trâmites da centralização administrativa Ming. O guarda que patrulhava a costa de Cantão enviou cordialmente o assunto para o seu superior, Pio de Nantó, «o almirante de toda aquela costa e uma vila chamada Nantó que está a três léguas da veniaga» (Castanheda, 1553, fl. XLI), que comunicou a chegada e os objetivos da armada estrangeira ao Conselho de Cantão. Mas este demorou na resposta ao Capitão. Claramente que a presença de uma missão estrangeira não tributária da China se tinha transformado num problema insólito para a autoridade imperial, habituada apenas e sem grande agitação à visita de embaixadas dos seus Estados tributários.

A partir daqui, verificar-se-á um esforço de adaptação de um “grupo minoritário” de Portugueses ao *Outro* civilizacional desconhecido mas maioritário, numa relação comunicacional dinâmica mas não fluída, porque marcada por um confronto entre duas culturas. Uma comunicação estabelecida mediante uma constante resolução de problemas e de uma incansável tentativa de negociação para que o grupo minoritário fosse aceite e reconhecido por esta civilização.

Por isso, o Capitão-Mor, “enfadado”, não quis aguardar pela autorização formal de Cantão para prosseguir. Impaciente e desobediente, decide pôr-se a caminho para Nantó, no navio de Martim Guedes, munido de um piloto chinês, levando ainda a nau de Jorge de Mascarenhas. Permaneceram em Tamão as restantes embarcações sob a

responsabilidade de Simão de Alcáçova (Barros, 1777c). A sua insistência deu resultado em Nantó: como a resposta tardava em chegar, o Pio de Nantó, incomodado com a artilharia portuguesa, permitiu que se dirigissem a Cantão. Navegam rio acima com a ajuda de pilotos chineses e chegam a Cantão em finais de setembro de 1517 (idem).<sup>11</sup>

Aos olhos dos oficiais de Cantão, a saudação naval que era habitual das embarcações portuguesas no cais do porto, com os seus tiros de canhões e bandeiras arvoradas nos mastros,<sup>12</sup> e a falta da licença para ancorarem, consistiu numa excentricidade e irregularidade face ao rígido e solene protocolo chinês, resultando no sobressalto da população da cidade e no escândalo do *Puchanci*, o tesoureiro provincial. Para os Portugueses, aquilo que era uma demonstração de respeito e cortesia em território estrangeiro, para os Chineses constituía uma atitude provocadora. Melhor, os costumes que os Portugueses seguiam não se ajustavam aos do país hospedeiro. Como bem salienta Loureiro (2000), «a nossa gente confrontava-se pela primeira vez com práticas sociais muito próprias da China, totalmente distintas de tudo o que até então tinham observado em outras regiões asiáticas» (p. 222).

A tripulação portuguesa teve de se resignar a uma nova espera. Aguardou pelos outros membros do Conselho, os «Tutam, Cantam e Chumpim» (Barros, 1777c, p. 211),<sup>13</sup> mandarins que governavam Cantão e que não se encontravam na cidade. Castanheda (1553) adianta-nos que chegaram nas duas semanas seguintes com sinais exteriores exibicionistas de exercício de poder. O respeito e a atenção manifestados pela população local que esperava o mandarim principal, e o notável enfeite das torres e muralhas da cidade mostravam a importância que o povo chinês atribuía às cerimónias de grande aparato (idem).

Os três mandarins superiores e um outro, o *Ceui*,<sup>14</sup> ouviram do feitor da armada, o florentino Giovanni da Empoli, os propósitos da embaixada portuguesa e acordaram entre si três pontos. O primeiro, que a corte imperial seria avisada da chegada da embaixada, que apenas poderia partir para Pequim após a autorização do Imperador. O segundo e terceiro pontos do acordo consistiam no desembarque imediato da comitiva do embaixador e na possibilidade do tráfico livre entre os mercadores e a população local (idem). Assim, o embaixador Tomé Pires, acompanhado por seis portugueses,<sup>15</sup> um persa de Ormuz lusitanizado, doze moços e cinco intérpretes ou *jurubacas*, conhecedores da língua e cultura orientais (Loureiro,

1992), foi hospedado apropriadamente numa casa destinada à instalação de delegações estrangeiras, levando consigo um presente destinado ao Imperador.<sup>16</sup>

Antes de zarpar para a ilha da *veniaga*,<sup>17</sup> o Capitão-Mor fez uma proclamação pública, solicitando aos Chineses que se «de algum Português tivesse recebido algum dano, ou lhe devesse coisa alguma, viesse a ele para lhe mandar satisfazer tudo» (idem, p. 223). Ora, esta atitude zelosa e diplomática, apesar de interesseira pela necessidade de favorecer os interesses comerciais lusos, provocou uma boa impressão, se bem que ligeira, na população local e nos mandarins cantonenses. Para os expedicionários portugueses, pareciam estar lançadas as bases de um relacionamento pacífico e cordial e de um intercâmbio comercial duradouro com um dos mais importantes mercados do Extremo Oriente. Entretanto, o pessoal da embaixada esperava a ordem para se dirigir à Corte. A espera pela permissão imperial foi, contudo, bem longa, recorde-se desde 1517...

### **2.2.3. O início da degradação do relacionamento luso-sínico**

O homem designado para continuar a obra de Fernão Peres de Andrade fora Simão de Andrade, seu irmão, que havia recebido um alvará (mercê) real que o autorizava a capitanear uma nova viagem ao litoral do Celeste Império.<sup>18</sup> Chega à ilha da *veniaga*, em agosto de 1519, numa segunda grande expedição mercantil. A chegada da sua armada<sup>19</sup> iniciaria, segundo alguns investigadores (Chang, 1997; Cortesão, 1978; Kammerer, 1944; Ramos, 1990), uma fase de conflitos que destruiria as harmoniosas relações até aí construídas entre os dois povos.<sup>20</sup> A Simão de Andrade tem sido imputada uma série de graves erros táticos que, associada à sua personalidade conflituosa, arrogante e pouco diplomática (Kammerer, 1944),<sup>21</sup> perturbaria uma fase de sensibilidade cultural que estava em ascensão.

Porém, uma corrente mais recente (Costa, 1996; Loureiro, 2000) defende que a atuação do Capitão-Mor poderá ser ilibada em parte, porque tem sido percecionada com base no conhecimento do desenrolar dos acontecimentos e das interpretações feitas *a posteriori*. Tal atuação pode ainda justificar-se por Simão de Andrade ter-se limitado a respeitar as instruções emanadas de D. Manuel I, sendo que «os diversos excessos que cometeu, eram próprios de quem estava habituado a impor pela força a vontade dos Portugueses por todo o Oriente» (Costa, 1996, p. 23).

Logo que desembarca em Tamão, Simão de Andrade trata em mandar «fazer em terra uma força de pedra, e madeira, com sua artilharia posta nos lugares por onde o podiam ofender» (Barros, 1777d, p. 15), como forma de precaução, de modo a proteger e defender os Portugueses e a fazenda dos já presenciados ataques de pirataria na embocadura do rio das Pérolas. A edificação de uma fortaleza, «a pedra de toque da política manuelina para o Extremo Oriente» (Costa, 1996, p. 40), não autorizada, seria interpretada pelos mandarins de Cantão como «uma usurpação ilegal de uma parcela do seu território» (Chang, 1997, p. 62), assim como uma prova evidente de que os Lusos tinham pretensões de conquista territorial (Barros, 1777d).<sup>22</sup>

Em segundo lugar, a colocação de artilharia em lugares estratégicos indiciaria hostilidade para um povo nada habituado à prática militar portuguesa, vulgar em outras regiões asiáticas, como em Malaca. A situação piorou quando «mandou fazer uma força» num ilhéu adjacente a Tamão, anunciando que esta seria para qualquer Português que ofendesse os Chineses. E, de facto, aconteceu: manda executar um dos seus homens do mar «com pregão, e tanta cerimónia, como se fora dentro neste Reino» (idem, pp. 15-16). Mais uma «infracção à lei e ao costume chinês, que reservava às autoridades chinesas o direito de pronunciar as sentenças de morte a aplicar a estrangeiros» (Chang, 1997, p. 62), e que gerou nas autoridades provinciais um sentimento de aversão e de “abuso de poder”.

Outra arbitrariedade praticada para impedir a concorrência de navios estrangeiros oriundos, designadamente do Sião, Camboja e Patane, que iam aportando a esta ilha, e favorecer os primeiros negócios aos Portugueses, foi a obstrução da entrada dos ditos juncos por parte dos marinheiros lusos, que colocavam «guarda neles e não lhes deixavam fazer mercadoria nem pagar os direitos» (citado por Loureiro, 1992, p. 29).<sup>23</sup> Quanto aos direitos alfandegários, cobrados pelas autoridades portuárias chinesas sobre os fretes transportados pelos navios estrangeiros, sendo apenas por este modo admitidos, o Capitão-Mor recusou-se a pagá-los, tendo inclusivamente a gente da sua nau agredido um mandarim que fora a bordo, «lhe quebraram a carapuça,<sup>24</sup> e lhe deram pancada e o prenderam» (idem, p. 29).

Este comportamento transgressor dos Portugueses em Tamão era “rotineiro” nos portos asiáticos, assumindo-se sempre a mesma postura, a presença pela força de armas, nas diferentes sociedades asiáticas, mas isso não lhes valeu de nada no

contexto da periferia marítima chinesa (Porter, 1999). De qualquer forma, persistia o problema inaudito para ambas as civilizações: a missão portuguesa não era uma embaixada tributária formal nem uma parceira comercial tradicional da China.

Como esta situação teria de ser contornada, a solução foi encontrada pelo principal intérprete (*jurubaça*) da embaixada, Huo-zhe Ya-san,<sup>25</sup> o responsável pelo estabelecimento de boas relações com as autoridades provinciais cantonenses (Ping & Zhiliang, 2003). Huo-zhe Ya-san obteve a autorização central para Tomé Pires prosseguir para Pequim. Mediante uma série de dádivas (presentes) distribuídas às autoridades de Cantão, conseguiu que a embaixada partisse enquanto «missão diplomática de um Estado tributário» (Loureiro, 2000, p. 275), leia-se de Malaca, que era tradicionalmente tributária da China.<sup>26</sup> O facto de os mandarins receberam subornos demonstrava a facilidade com que o alto poder *chin* se deixava corromper, arriscando a sua vida ao sabor de interesses pessoais.

Tomé Pires e a sua embaixada partem para Nanquim, em janeiro de 1520, uma vez que a Corte de Zhengde aí passava uma temporada. Cristóvão Vieira conta que foram recebidos com honra e contentamento. Apesar de ser «costume da terra o rei nunca sair dos seus aposentos, e desde que a terra da China é terra, pouco se cuida o rei de sair do estilo, nem estrangeiro ver rei da China» (citado por Loureiro, 1992, p. 70), a embaixada conseguiu efetivamente encontrar-se pessoalmente com Zhengde, que banqueteara a comitiva com presentes e jogou «com Tomé Pires às távolas» (ibidem).<sup>27</sup> O certo é que a comitiva diplomática recebeu ordem para se dirigir para Pequim e lá aguardar pelas audiências solenes imperiais (Chang, 1997). Não obstante todos os distúrbios na ilha da *veniaga*, as transações comerciais foram concretizadas até outubro de 1520, altura da partida da frota portuguesa, o que provou que foi, pelo menos, tolerada a presença lusitana. Acontecimentos repentinos e funestos e mal-entendidos posteriores levaram ao insucesso da embaixada e à interrupção formal do relacionamento sino-português. Quanto à atuação de Simão de Andrade, segundo Costa (1996), «poder-se-á dizer apenas que abriu um clima de desconfiança» (p. 24).

#### **2.2.4. A impermeabilidade e o fechamento da cultura majoritária**

A embaixada de Tomé Pires chegara finalmente a Pequim, em finais de 1520, após três anos de uma enfastiosa espera. Todavia, durante a permanência da

embaixada em Pequim, Zhengde recebeu três relatórios (memorandos) nada abonatórios aos Portugueses, os quais descreve Cristóvão Vieira. O primeiro e o segundo foram enviados pelos mandarins de Cantão e de Pequim, respetivamente, com conteúdos semelhantes quanto às acusações contra os Portugueses e que agravaram as suspeitas que se levantavam contra a honestidade das suas intenções.<sup>28</sup> No rol de acusações, lamentam-se todos os comportamentos disrutivos de Simão de Andrade e de seus homens.<sup>29</sup> O terceiro memorando, enviado pelo antigo sultão de Malaca, através do seu embaixador Tuan Mahamed, procurou descredibilizar a embaixada lusa com o relato dos horrores da conquista da cidade. Não foi difícil influenciar a Corte imperial, visto que a antiga rede de solidariedade entre Malaca e a China constituía a ordem das relações de vassalagem há muito vigente (Flores, 2000).

Inicialmente, o soberano argumentou que «não sabíamos os costumes da terra» e que «as gentes desta qualidade, enquanto faziam as coisas por ignorância, não deviam ser punidas, senão avisadas do que deviam fazer» (Barros, 1777d, p. 13). A indulgência imperial não agradou aos “grandes” funcionários de Pequim, que «punham frequentemente em causa as decisões imperiais que consideravam erradas» (Haw, 2016, p. 167), e estavam mais preocupados em manter a ordem governativa e administrativa, segundo os rígidos princípios confucionistas<sup>30</sup> (Fok, 1987; Gruzinski, 2015; Loureiro, 2000).

A situação da embaixada em Pequim agudiza-se quando Tomé Pires apresentou as suas credenciais aos funcionários da capital: uma carta fechada que trazia de El-Rei de Portugal e uma missiva que fora ditada por Fernão Peres de Andrade aos intérpretes chineses de Cantão (Loureiro, 1992). Apesar de não se conhecer o conteúdo da carta régia, pode adivinhar-se que D. Manuel I trataria o Imperador de igual para igual como sempre o fez, conforme Barros (1777d) indica, ou seja, que «escrevia ao modo que usava escrever aos Reis gentios daquelas partes» (p. 7). Isto seria interpretado pela mentalidade do funcionalismo chinês como um abuso de confiança e falta de subserviência. Mais uma vez pela diplomacia imperial fazia-se sobressair o etnocentrismo da ideologia chinesa: «Uma aproximação em termos diplomáticos europeus, de igual para igual, [...] teria forçosamente de fracassar perante uma potência tão impenetrável e tão auto-suficiente» (Loureiro, 1995, p. 155).

Quanto à segunda missiva, a do Capitão-Mor, esta sofrera de uma imperfeita e infiel tradução chinesa, cuja substância se conhece: «Capitão-Mor e embaixador vêm a terra da China por mandado do rei dos Franges com páreas; vêm pedir o selo, segundo costume, ao Senhor do Mundo Filho de Deus, para lhe ser obediente» (citado por Loureiro, 1992, pp. 27-28). Os tradutores do dito documento justificaram-se que tiveram de adaptar improvisadamente o discurso de Andrade ao costume protocolar chinês, que os Portugueses ignoravam. De facto, por meio desta “adaptação” à missiva de Andrade, Portugal reconhecia o poder da China e solicitava formalmente a sua submissão à autoridade chinesa, através da atribuição do selo imperial, como símbolo de reconhecimento da suserania chinesa sobre os seus territórios.

A embaixada apressou-se a negar o conteúdo desta carta, o que provocou uma maior confusão e ainda mais se reforçou o sentimento de desconfiança por parte das autoridades imperiais. Os intérpretes ainda defenderam os Portugueses, argumentando que «uma tal ignorância era natural da parte de um povo vindo de um país tão distante» (Chang, 1997, p. 64). O equívoco da comunicação não decorreu de um erro de tradução, como Ramos (1990) procurou explicar. Foi antes uma iniciativa de se traduzir o sentido da mensagem portuguesa em conformidade com a ideologia e diplomacia chinesas, ou seja, de acordo com a visão chinesa sobre o seu mundo.

Os sucessivos acontecimentos que logo se desencadearam são relatados por Cristóvão Vieira: inicialmente, o Imperador impôs aos Portugueses o estatuto de “semicativos”; depois, foram encerrados nos seus alojamentos no palácio e vigiados permanentemente. Também deixaram de poder ir às sessões de ensaio protocolar que costumavam assistir quinzenalmente junto aos muros do palácio imperial.<sup>31</sup> A embaixada portuguesa teve de aprender a adaptar-se aos costumes locais, nomeadamente a uma diplomacia que atribuía importância aos cerimoniais de receção, ainda mais não sendo o seu embaixador diplomata de profissão... Depois, foi instaurado um inquérito formal para se averiguar a verdadeira natureza da embaixada portuguesa. Resultado: «O jurubaça grande faleceu de doença;<sup>32</sup> os outros quatro foram em Pequim descabeçados por saírem fora da terra, que trouxeram portugueses à terra da China» (citado por Loureiro, 1992, p. 39).

Por fim, a morte repentina e imprevisível de Zhengde<sup>33</sup> ditou a falta de sorte e o final de todo o processo diplomático da embaixada. Por morte do soberano, a

tradição exigia que qualquer missão estrangeira abandonasse Pequim e se dirigisse para a fronteira por onde tinha entrado em território chinês, até à entronização do novo Imperador. Também era exigido formalmente a interrupção temporária de todos os contatos com o exterior (Chang, 1997; Gungwu, 1998). Sem conseguir a tão desejada audiência imperial, a embaixada foi obrigada a abandonar a capital no dia 22 de maio de 1521 e dirigir-se para Cantão, mas sob escolta (Loureiro, 1992).

O inquérito oficial continuava a decorrer e, segundo Viera, a missão de Tuan Mahamed conseguira influenciar a corte imperial. Ao apresentar as suas queixas e os seus pedidos ao novo soberano, Jiajing, na capital, em finais de 1521, o antigo sultão viu serem acolhidos os seus argumentos e, até mesmo, analisados pela *Libo*, isto é, o Tribunal (Ministério) dos Ritos,<sup>34</sup> em Pequim (Chang, 1997; Loureiro, 1992, 2000).

#### **2.2.5. A interrupção formal das relações *inter culturas***

A chegada da notícia sobre a morte do *Filho do Céu* à capital provincial de Guangdong, em maio ou junho de 1521, instalara o caos: os Portugueses dos navios de Malaca e estacionados em Tamão, desobedientes, recusaram-se a acatar a decisão imperial sobre a partida imediata de todos as embarcações visitantes e presentes nos portos do litoral chinês, sob pena de morte, pois, ambiciosos, «não tinham feito sua mercadoria» (Barros, 1777d, p. 19) e não queriam desistir com facilidade do riquíssimo trato. O primeiro envolvimento em confrontos diretos e violentos com a armada chinesa revelar-se-ia fatal. Inicia-se um período de violentos conflitos luso-sínicos, que se estende até 1523, e as relações entre os dois Impérios tomam um carácter militar.

A frota chinesa monta um bloqueio e assiste-se à morte em combate de membros da tripulação de Diogo Calvo ou ao seu aprisionamento, tendo a maioria morrido à fome, de frio e de maus tratos, e alguns escapado à morte certa por declararem pertencer à embaixada de Tomé Pires, nomeadamente Vasco Calvo, fidalgo-mercador e irmão de Diogo Calvo, mercador bastante conhecido em Cantão (Loureiro, 1992). Os outros navios foram aprisionados e capturados, e «a maior parte levou o *anchaci* e o *pochanci*<sup>35</sup> e capitães e o *pio* de Nantó» (citado por idem, p. 32). Os mandarins tinham ordenado que «não escapasse português, porque em nenhum lado dessem conta destas fazendas que eram roubadas» (citado por idem, p. 33), ou seja, não queriam ser descobertos por terem roubado as ditas mercadorias.



Quanto aos Portugueses que vinham em juncos do Sião e de Patane, «logo cortaram as cabeças aos capitães, mestres, pilotos e mercadores, como tinham fazenda» (ibidem). Duarte Coelho, que capitaneava um juncos vindo de Malaca, rompe o bloqueio de Tamão e repele as forças do *haidao* (comandante da armada) da província de Cantão, Wang Hong. Os combates duravam há mais de um mês, quando Ambrósio do Rego, feitor em Malaca e capitão de dois juncos oriundos de Pacém, presta auxílio a Diogo Calvo e Duarte Coelho, reforçando a frota lusa. Travaram duros combates, durante o mês de agosto, resistindo ao bloqueio apertado dos cinquenta juncos militares da armada chinesa (Chang, 1997). Os três capitães planeiam uma fuga e, só em setembro, conseguem escapar quase que providencialmente do controlo marítimo chinês, graças não só à superioridade da sua artilharia, mas sobretudo a uma tempestade que desconcentrou e destruiu os navios dos *Chins* que, anteriormente vigilantes, tinham atacado a armada portuguesa logo que se pôs à vela de madrugada. Chegaram salvos a Malaca no final de outubro (Barros, 1777d), mas jamais se iriam esquecer de todos os mortos e feridos, e dos cerca de dois mil prisioneiros portugueses nas prisões de Cantão (Loureiro, 1992).

A infortunada embaixada de Tomé Pires chegou a Cantão logo após os confrontos luso-sínicos ocorridos no litoral chinês e que tinham contribuído naturalmente para a instalação de um clima de hostilidade e de indignação na receção da embaixada. Por isso, ao aportar em Cantão, a comitiva foi posta em calabouços, escoltada e mantida sob custódia (Loureiro, 1992).<sup>36</sup> Esperariam nestas severas condições, sem direito a quaisquer prerrogativas por pertencerem a uma embaixada, até 14 de agosto de 1522, quando as conclusões do inquérito imperial foram anunciadas. Os principais pontos foram enunciados pelo cativo Cristóvão Vieira.

Em primeiro lugar, o *Libo* desvalorizava e desprezava a terra dos franges, que «devia ser coisa pequena chegada ao mar; depois que o mundo é mundo nunca viera à terra da China embaixador de tal terra» (citado por idem, p. 36). O soberano chinês mandou que a carta de D. Manuel I fosse queimada, que Tomé Pires e os membros da sua comitiva fossem presos e tomados como reféns. Os mandarins de Cantão deveriam escrever ao monarca português e aos seus representantes em Malaca para que a cidade fosse devolvida ao seu antigo rei, na condição de a embaixada ser libertada e autorizada a abandonar a China.<sup>37</sup> Finalmente, foi deliberado que os navios

portugueses estariam estritamente proibidos de entrar nos portos chineses. Os Portugueses eram, deste modo, oficialmente expulsos do território chinês e Portugal não era reconhecido como um Estado tributário formal da China (idem).

A humilhação, a tortura e a morte esperavam pelos prisioneiros portugueses nos cárceres chineses.<sup>38</sup> Sob condições miseráveis, encarcerados, massacrados, os membros da embaixada viram os seus bens confiscados, assim como o presente do Rei de Portugal para o Imperador. Mais tarde, os sobreviventes foram arrastados pelas ruas de Cantão e condenados à morte. Alguns escaparam da execução, designadamente Tomé Pires, Cristóvão Vieira e Vasco Calvo. Vieira apresenta uma descrição fria e crua da execução, ocorrida em 23 de setembro de 1523. O espetáculo das execuções demovia o povo de qualquer colaboração com os estrangeiros.

[...] Foram estas 23 pessoas feitas em pedaços cada uma, *scilicet* cabeças, pernas, braços e suas naturas nas bocas, o tronco do corpo em redondo pela barriga em dois pedaços. Pelas ruas de Cantão, fora dos muros, [...] foram mortos de tiro de besta em tiro, para todos os verem, [...] por darem a entender que não tinham em conta Portugueses. [...] E as suas cabeças e naturas foram trazidas às costas dos portugueses diante dos mandarins de Cantão, com tangeres e prazeres [...]. (citado por idem, p. 35)

Sabe-se, através da pena deste cativo, que em 1534, ao tempo em que escrevia a sua carta, apenas três homens estavam vivos: ele mesmo, da comitiva de Tomé Pires, Vasco Calvo, aprisionado em 1521, e um moço serviçal deste último, com o nome de Gonçalo.<sup>39</sup> «E daqui ficou não consentirem mais portugueses na terra, nem outros estrangeiros» (idem, p. 35). A partir de 1523 até 1533,<sup>40</sup> Portugal e China viveriam uma fase obscura e de mútua desconfiança, uma irremediável “guerra fria”, com o encerramento absoluto dos portos de Guangdong à navegação lusa e com o afastamento dos juncos dos *Chins* dos portos de Malaca.

A embaixada de Tomé Pires falhara e com ela o projeto imperial que o *Venturoso* pensara ser possível implementar nas relações com o Império do Meio. Esse projeto correspondia ao modelo da experiência anterior em outras regiões do Oriente, como a Índia e o Sudeste Asiático, onde os Portugueses se impuseram pela força e puderam desenvolver um comércio e navegação seguros, através da «penetração no comércio local e na coordenação da actividade dos navegantes portugueses a partir de uma fortaleza construída no litoral do território» (Costa, 1996, p. 36).

### **CAPÍTULO 3 – A CONSTRUÇÃO ETNOCÊNTRICA DE REPRESENTAÇÕES SOBRE O OUTRO: O CONFRONTO DE “OLHARES”**

Durante os primeiros anos da presença portuguesa na China, a imagem que dela foi construída, como um Império rico e fácil de se conquistar (D’Intino, 1989), não se destacava muito da de outras regiões asiáticas já conhecidas. O retrato que se fez pelos seus autores e que presidiu à elaboração das primeiras narrativas não valorizou o *Outro* da mesma forma extraordinária que a maioria dos textos portugueses quinhentistas mais tardios o fez, ao idealizar fortemente a China (Loureiro, 1991, 1997b, 2000). Um retrato revelador de uma intenção de realismo e neutralidade, mas pontado com algum “espanto” e “curiosidade”, não tendo a fantasia e a imaginação aí grande espaço (Loureiro, 1999). Nas primeiras décadas do século XVI, ainda subsistia «uma óbvia subestimação da realidade chinesa» (Loureiro, 1992, p.17).

Também a forma e o contexto histórico em que os Portugueses apareceram na região costeira do sul da China condicionariam todo o comportamento dos Chineses, desde o tratamento à receção dos Portugueses, e as impressões que deles recolheram os funcionários *chins* da administração local e central. Estas mesmas imagens estenderam-se às posteriores perceções do povo chinês sobre os outros Europeus (Fok, 1987; Porter, 1999). A fraca curiosidade e o desinteresse oficiais pela origem e cultura dos Portugueses espelharam-se no inexistente aprofundamento das perceções que os Chineses deles tinham nas suas crónicas, devido ao tratamento submissivo que a Corte chinesa dava a qualquer *estrangeiro* e, por extensão, aos Portugueses: «The view of other nations held at the imperial capital at Nanking or Peking was always sinocentric. Foreign countries were considered to have no meaningful existence unless their rulers had a relationship with the emperor of China» (Gungwu, 1998, p. 301).

#### **3.1. O primeiro “olhar” dos Portugueses sobre os *Chins* e a China nas narrativas históricas portuguesas<sup>6</sup>**

O olhar e o viver são os meios que aproximam a narrativa da realidade, tida como verdade. (Avelar, 2003 p. 150)

A visão da nova e diferente realidade geográfica chinesa, antes vaga e imprecisa na *Crónica do descobrimento e primeiras conquistas da Índia pelos*

---

<sup>6</sup> Ver Anexo 6 relativamente às notas deste subcapítulo.

*Portugueses*,<sup>1</sup> torna-se, com a *Somma orientall que trata do maar Roxo athee os chys*, de Tomé Pires, e o *Livro* de Duarte Barbosa, mais precisa e consistente na visão geral que os Portugueses tinham da Ásia e do mundo.<sup>2</sup> As notícias mais atualizadas sobre a China e disponibilizadas nos meios ultramarinos portugueses, aparecem reunidas de uma forma mais sistemática nestes tratados geográficos globais da Ásia (Loureiro, 1991, 1997a, 2000). São obras de carácter essencialmente pragmático e utilitário,<sup>3</sup> em que se fornecem prioritariamente dados sobre as condições básicas de navegação, de comércio e de conquista, e de cariz experiencial, que resultaram das vivências e experiências do seus autores pelo Oriente e Extremo Oriente (Loureiro, 1999, 2000).<sup>4</sup>

Ao contrário daqueles escritores que não deixaram de olhar para a China como um “admirável mundo novo”, uma sociedade modelo, de referência e alternativa à sociedade ocidental em múltiplos aspetos, as *Cartas dos cativos de Cantão*, de Cristóvão Vieira e Vasco Calvo,<sup>5</sup> ajuizaram negativamente sobre algumas facetas que ressaltavam do *Outro* mundo civilizacional. Particularmente as vivências pessoais de Vieira pelo interior da China e, depois, dentro das “cadeias infernais” de Cantão, moldaram incondicionalmente a sua visão de narrador, mais realista e, se bem que, por vezes, parcial na sua análise. Apesar do conteúdo disponibilizado nas *Cartas* possa ser organizado em três assuntos distintos<sup>6</sup> (Loureiro, 1992), valorizaram-se aqui as preciosas informações sobre os aspetos da realidade chinesa que influíram na construção negativa das primeiras imagens sobre os Chineses. Assim se explica a exploração mais cuidada da carta de Vieira, até porque, como confessa o próprio Vasco Calvo, «Vieira nunca deixa de escrever todas as coisas» (citado por idem, p. 96).

Partilhando as palavras de Avelar (2003), e tendo em consideração o conjunto de relatos e narrativas aqui reunidos e redigidos, «as obras desta época ultrapassam a mera dimensão nacional, [...] agora assumem o registo de um olhar próprio de uma nação europeia» (p. 273). A China e os Chineses surgem apresentados com uma detalhada caracterização, mas mais descentrada ao integrar novas perspetivas (idem).

A primeira confraternização que se realizou, em 1509, num jantar, em volta de «nove mesas postas e sem toalha», e a bordo de um dos juncos do Capitão dos *chins*, é descrita na *Crónica*. O convívio é uma característica imediatamente observada: «São homens que comem muito e bebem amiúde, pouco de cada vez, e tudo com muita especiaria e alho, em conserva, e comem com garfos» (citado por Albuquerque, 1986,

p. 371). Surpreendentemente, os recém-chegados são integrados num momento social sem qualquer repulsa. A hospitalidade e prodigalidade dos *Chins* são aqui evidenciadas pelo descontraído convívio comensal oferecido aos Portugueses, onde não há lugar a qualquer tipo de receio e de desconfiança de ambas as partes. A humanidade do *nós* e do *Outro* é exposta à mesa: «[...] a personalidade sociocultural das áreas visitadas não revestia formas de discriminação sistemática para com o estranho: o visitante, se bem que estrangeiro, não é repellido, antes encontra gente culturalmente diversa mas que não usa de sistemático banimento» (Graça, 1983, p. 284).

Tal como relata esta *Crónica*, na *Suma Oriental*, os Chineses são apresentados como um povo que gosta do convívio à mesa. Contudo, a diferença, e à «guisa da China», como reforça Tomé Pires, é que comem, não com garfos, mas com dois pausinhos na mão direita, enquanto seguram um alguidar de porcelana com a mão esquerda, junto à boca (Cortesão, 1978).<sup>7</sup> Duarte Barbosa indica que «não tocam com a mão o que comem, chegam muito o prato à boca, e com umas tenazes de prata ou pau metem o comer na boca muito amiúde, porque comem muito depressa» (citado por Machado, 1946, pp. 217-218). Fornece ainda uma informação surpreendente face aos hábitos alimentares europeus: «[...] e, muitas vezes, a cada comer, comem carne de cães,<sup>8</sup> e têm-na por muito boa carne» (citado por idem, p. 218).

O autor da *Crónica* prossegue, descrevendo a composição do repasto: «muitos manjares de galinha e adens e porco assado e cozido e bolos fritos com mel e açúcar, e muitas frutas de conservas, e manjares de escudela e suas colheres de prata, e muito vinho de palma branco em porcelanas» (citado por Albuquerque, 1986, p. 371). Dois outros indicadores seguros sobre o perfil religioso deste povo eram, de facto, o tipo de carnes e de bebidas alcoólicas que consumia, o que condicionaria a aproximação ou não dos Portugueses aos Chineses. A aproximação foi de tal forma sentida pelo informador desta *Crónica* que não hesitou em afirmar, diga-se que precipitadamente, que os *Chins* «dizem que são cristãos» (citado por idem, p. 371).<sup>9</sup> Tomé Pires expressou, por sua vez, um maior cuidado acerca das inclinações religiosas da gente *chin*, pois afirmava que «o rei da China é gentio de grande terra e gente» (citado por Cortesão, 1978, p. 252). Uma vez que comiam «porcos, vacas e de todas outras alimárias», não perdendo a oportunidade de beber «gentilmente toda a sorte de beberagens» (citado por idem, p. 253), revela-nos que os *Chins* não eram

decididamente um povo islamizado, mas gabavam «muito o nosso vinho» e não tinham pudor em se embebedar com frequência (citado por ibidem).

Por outro lado, o informador da *Crónica do Descobrimento* observa: «São homens alvos e bem-dispostos, não têm barba, salvo no bebedeiro, os olhos pequenos e os lagrimais afastados dos narizes, os cabelos compridos, quase pretos e ralos, metidos em crespinas de seda pretas» (citado por citado por Albuquerque, 1986, p. 370). A indumentária, essa era delicada pelos seus tecidos de cetim e damasco.<sup>10</sup>

Como seria de esperar de narrações que retratam as primeiras e elementares impressões sobre o *Outro*, também o boticário e o escrivão dedicaram o começo dos seus Tratados à descrição da fisionomia e vestuário dos *Chins*, aspetos primários da sua vivência. Pode-se constatar uma comparação constante entre o mundo asiático e o mundo europeu e também português, o que deixa transparecer uma visão eurocêntrica face ao *Outro*, quando os traços fisionómicos e a forma de vestir do *Outro* têm paralelo na realidade europeia.<sup>11</sup> Segundo Avelar (2003) e Costa e Lacerda (2007), o recurso a mecanismos analógicos deveu-se à necessidade de praticar uma comparação entre a situação desconhecida e aquilo que era familiar para os autores e público europeu, uma vez que «para se compreender o “outro” é necessário reduzi-lo ao universo mental do “eu”» (idem, p. 72). Ora, a analogia funcionava como um meio de aproximação dos leitores à realidade descrita, ao tomarem-se referentes europeus conhecidos para se designar realidades semelhantes, e permitia a identificação e a «apropriação de novidades exóticas» (Loureiro, 1999, p. 350).

Assim, pela fisionomia e pelo vestuário do *Outro*, os Portugueses confrontaram-se com uma realidade que, apesar de diferente, era igualmente válida. A realidade de origem, tida como superior e mais civilizada, afinal não era a única humana. Os homens, que «têm na barba trinta ou quarenta cabelos», «têm um jeito alemão», e as mulheres, com os seus «cabelos compridos, enrodilhados por gentil maneira em cima da cabeça», «parecem castelhanas», mas ambos são gente «branca, da nossa alvura» (citado por Cortesão, 1978, pp. 252-253). O *Livro*, que também menciona «os homens brancos», fala da boa disposição das gentes e que todos têm os olhos pequenos. Se Pires realça a formosura das mulheres pela maquilhagem que usam e pelas jóias que enfeitam as suas orelhas, pescoço e cabelo, já Barbosa diz que elas «são de muito

formosos corpos», apesar de andarem cobertas «de panos de algodão, seda e lã» (citado por Machado, 1946, p. 217).

Nestas descrições são salientadas duas características específicas mas comuns aos dois povos que conviveram cordialmente naquele porto do Extremo Oriente: a cor (alvura) da pele e os hábitos alimentares. Características que teriam contribuído para se identificarem mutuamente e se tratarem de igual para igual e, neste sentido, para um melhor relacionamento civilizacional. Não deixaria de ser surpreendente para os navegadores portugueses conhecer um povo diferente nestes aspetos comparativamente aos outros povos já conhecidos na Índia, nomeadamente os hindus (vegetarianos) e os muçulmanos (com restrições alimentares, como a carne de porco).

A *Crónica* menciona ainda que os *Chins* «trazem consigo mulheres» (citado por Albuquerque, 1986, p. 371). Espantoso foi, na verdade, o facto de os *Chins* viajarem e viverem com as respetivas famílias dentro dos juncos, visto que em Portugal eram os homens quem se lançavam ao mar e muito raramente as mulheres se encontravam a bordo. Também Duarte Barbosa, no seu *Livro*, regista essa prática social (Machado, 1946), muito característica de algumas regiões do litoral da China, sobretudo entre alguns grupos de Chineses que viviam do trato e navegação (Loureiro, 2000).

Na *Suma Oriental*, o início da descrição sobre o Reino da China é marcado por um sentimento de espanto de Tomé Pires face à extensão, riqueza e poderio deste Reino, «segundo o que nações de cá este levante contam». Duarte Barbosa destaca, mas de um forma mais objetiva e contida, a vastidão do grande reino da China, «uma grandíssima terra e senhorio pela terra firme, e de longo da costa do mar, povoada também de gentios» (citado por Machado, 1946, p. 217). A grandeza, a riqueza e a abundância correspondem àquilo que D'Intino (1989) chama de “*topoi* literários”, um conjunto de ideias-imagens, de tópicos ou temas, que estariam presentes e que se repetiriam na maioria dos textos portugueses posteriores sobre a sociedade chinesa quinhentista. Vieira e Calvo realçam este *topoi*, mostrando que, com a “governança” da China, «outra Índia se alcançará, e de tanto proveito, e por tempo muito mais que recrescerá mais gente e assim irão alcançando mais e sojigarão mais; e assim todos os portugueses muito ricos, que a terra o consente» (citado por Loureiro, 1992, p. 94).

Tomé Pires escreve no início da sua obra que tais notícias sobre este reino «mais se criam com verdade haver-se em nosso Portugal que não na China» (citado

por Cortesão, 1978, p. 252). Ora esta afirmação se, por um lado, demonstra o desconhecimento da realidade do Império Celeste antes de 1515, por outro lado, denuncia simultaneamente uma certa pretensão de superioridade da civilização europeia/ocidental, misturada com a admiração por um território que não tinha, até então, despoletado grandes expectativas no meio português ultramarino.

É de salientar que o esboço da *Suma Oriental* foi concluído antes de Tomé Pires ter partido para a China em 1517 (Cortesão, 1990), e isso fez toda a diferença. Significa que o embaixador do “Estado da Índia” não tinha também a correta perceção do verdadeiro poderio militar e da dimensão do Celeste Império, como também os seus mais próximos informadores. Assim se explicam as afirmações ingénuas e equivocadas de que «uma nau de 400 tonéis faria despovoar Cantão, a qual despovoada teria a China grande perda», e de que Afonso de Albuquerque «com dez naus subjugaria [...] toda a China nas beiras do mar» (citado por Loureiro, 1996, p. 197). Também Cristóvão Vieira dizia que era a «terra mais apta que todas as do mundo para ser submetida. [...] Por certo que é mais honra que a governança da Índia» (citado por Loureiro, 1992, p. 42). Vasco Calvo estimou que bastavam 3.000 homens para controlar as províncias meridionais e aí instituir um “protectorado luso” (idem).

O menosprezo pelos Chineses ainda é visível quando Tomé Pires observa que é «gente muito fraca», receosa de «malaios e jaus» (citado por Loureiro, 1996, p. 197), provavelmente em virtude das observações e contatos que diretamente estabeleceu com os Chineses que visitavam e residiam em Malaca, enquanto por lá viveu entre meados de 1512 e princípios de 1515 (Cortesão, 1990). A fragilidade deste povo seria confirmada por Vasco Calvo: «o seu jeito todo é como mulheres» (citado por Loureiro, 1992, p. 90), metido em suas casas sempre fechadas. É fortalecida a crença no seu carácter inofensivo: é gente que «não tem estômago, e desde que nasce até que morre não toma na mão senão uma faca sem ponta para cortarem de comer» (citado por idem, p. 99). Em contrapartida, não verificamos estes juízos de valor menos positivos no *Livro* de Barbosa. A diferença do *Outro* não é desvalorizada por comparação com os valores e práticas do autor, sendo por isso que não existem termos depreciativos dirigidos aos Chineses. Contudo, é nas narrativas de Pires, Vieira e Calvo que se denuncia um posicionamento cultural centrado na imagem do Europeu.



Cristóvão Vieira também se mostrou admirado com a extensão e unidade do Império chinês, a vastidão e abundância dos seus recursos naturais, a dimensão das suas cidades e o denso povoamento das suas terras, e com a eficiência e complexidade da máquina administrativa imperial chinesa. Contudo, a sua missiva foge um pouco aos “*topoi* literários” (D’Intino, 1989), desenvolvidos pela maioria dos autores/narradores portugueses que se lhe seguiram, porque o seu objetivo, bem como o de Vasco Calvo, era outro.<sup>12</sup> Era a sua visão de cativo acerca de um certo modo de vida chinês que não o soube cativar, uma visão negativa que importa aqui evidenciar.

Um dos aspetos mais negativos prende-se com o comportamento dos mandarins, os principais funcionários da administração imperial.<sup>13</sup> Estando impedidos, pelo sistema de nomeação pública, de exercer funções na província de onde eram naturais, e sendo nomeados de três em três anos, estes funcionários encontravam-se desenraizados das terras onde eram colocados, sem se afeiçoarem às suas gentes. Esta situação de mobilidade regular impelia-os de «não terem alianças nem préstimos de onde governam» nem terem «amor à gente; não fazem senão roubar, matar, açoitar e pôr tormentos ao povo» (citado por Loureiro, 1992, pp. 43-44).

Sabe-se que era do grupo social dos letrados chineses que se extraíam os mandarins imperiais, os tão críticos da presença portuguesa nas terras dos *chins*, que exerciam influência nas decisões do Imperador como em todos os estratos da sociedade, não se coibindo de exercer indiscriminadamente um poder despótico sobre o seu povo. É este o segundo aspeto denunciado na carta de Cristóvão Vieira: «É o povo mais maltratado destes mandarins do que é o diabo no inferno. Daqui vem o povo não ter amor ao rei e aos mandarins, e cada dia se andam levantando e fazem-se ladrões» (citado por idem, p. 44). Identificando a causa do mal-estar social, justifica a prática de roubos na sociedade chinesa: «[...] porque o povo que é roubado, e não tem vinha nem de onde comer, é necessário que se faça ladrão» (citado por ibidem).

Também a liberdade de expressão parece faltar, pois «o povo é tão medroso que não ousa falar, [...] pelo qual toda a gente deseja revolta» (citado por idem, p. 51), e o policiamento é constante, sendo os estratos mais baixos da população profundamente vigiados. Vieira não deixa de apontar que, para além dos centros urbanos defendidos pelos seus grandes e largos muros e das casas do povo guardadas de manhã à noite, também a movimentação das pessoas no seu interior era controlada

constantemente por um sistema de vigilância mútua entre os seus habitantes (idem).<sup>14</sup> Mais por medo do que por respeito, e «com a cabeça no chão, o rosto na terra» (citado por idem, p. 46), as populações locais tinham de acatar as ordens dos mandarins e de responder aos seus pedidos. Para além da folgança material, o seu estatuto privilegiado era reforçado com «um ordenado do rei em sua casa» (citado por idem, p. 44). A punição caía severamente sobre aquele que ousasse recusar ou desobedecer.<sup>15</sup> A tirania exercida sobre o povo chinês e a sua subjugação à arbitrariedade de poucos, levou Cristóvão Vieira a generalizar que «toda a gente deseja revolta e vinda dos portugueses» (citado por idem, p. 51).

Cristóvão Vieira justifica a existência de pobreza e de fome nesta sociedade não tão perfeita ao seu olhar: todos eram obrigados a contribuir com o que tinham, mesmo ficando sem teto para viver e sem o que comer, sob pena de prisão, açoites ou multas pecuniárias ou em géneros.<sup>16</sup> Vasco Calvo é sensível a esta condição de vida do povo chinês: «[...] a gente é muito pobre e maltratada dos mandarins que governam» (citado por idem, p. 97). Os lavradores que não tinham forma de pagar o tributo viam na venda dos seus próprios filhos a única solução. Referindo-se mesmo a Cantão, Vasco Calvo afirmava que «se não pode sustentar esta cidade três dias que não morra a gente à fome, por ser muito o povo» (citado por idem, p. 88). A “anemia social” vivida pela maioria era o resultado de uma política autoritária e repressiva de uma minoria letrada, que sobrevivia não só das clivagens sociais,<sup>17</sup> notada por Vasco Calvo, como também de uma máquina burocrática que a preservava no poder.

Por último, a visão dos sistemas judicial e prisional é sombria, dura e cruel no manuscrito de Vieira, que desenvolve bastante este *topos* – “as mortes na terra da China” (D’Intino, 1989) – mas sem qualquer sinal de entusiasmo ou admiração. Consoante a gravidade dos crimes, as penas podiam variar desde a crucificação, passando pelo corte da cabeça até ao afogamento. Pormenoriza que, na crucificação, «lhe tiram três mil fatias e estando vivo, e depois o abrem e tiram-lhe a fressura, para os algozes comerem, e fazem todos em pedaços» (citado por idem, p. 44). Os castigos menos pesados consistiam na deportação perpétua e em serviços vários em estabelecimentos prisionais (idem). As torturas, “os tormentos”, sobre os prisioneiros também são mencionados.<sup>18</sup> Calvo refere a existência de um «tronco que tem cargo destas cadeias» (citado por idem, p. 101), onde eram açoitados.

### 3.2. A imagem sobre os *Fulangji* nas fontes históricas chinesas<sup>7</sup>

As quais coisas eles criam ser assim, porque de gente que nunca tiveram notícia, e éramos terror, e medo a todo aquele Oriente, não era muito crer-se que fazíamos estas coisas, porque outro tanto cremos nós deles, e de outas nações tão remotas, e de que temos pouca notícia. (Barros, 1777d, p. 14)

Através das fontes chinesas do século XVI, é possível perceber que a apropriação de imagens e a construção de um conhecimento de senso comum em torno dos Portugueses processaram-se não só com o recurso a um conjunto de crenças generalizadas e representações cristalizadas que a sociedade chinesa dispunha e veiculava, mas também com a observação da realidade portuguesa, por meio do confronto direto com os “intrusos”.

A maioria das fontes é exímia, sobretudo, na descrição de atos de canibalismo pelos Portugueses, vistos como uns “selvagens” que raptavam crianças para comê-las. Esta notícia, baseada no preconceito de que os *Fulangji* comiam carne humana e sobretudo de crianças, surge espalhada em muitas fontes oficiais chinesas da época (D’Intino, 1989), e adveio não da evidência da realidade, mas de “boatos” da autoria dos mandarins de Cantão. Contudo, esta imagem preconceituosa, que persistiu e foi resistente à mudança nos relatos chineses, remonta ao intérprete principal da embaixada de Tomé Pires, Huo-zhe Ya-san, cuja descrição na historiografia chinesa o aponta, e a outros seus companheiros, como praticante de antropofagia (Ping & Zhiliang, 2005). No entanto, vindo os Lusos «em sua companhia, é provável que se generalizasse a ideia de que aquilo que era feito por alguns era prática comum de todos» (citado por idem, p. 101). A primeira imagem sobre um membro da embaixada generalizou-se, sob a forma de estereótipo, a todo o grupo português.

Dois investigadores das relações luso-chinesas, Ping e Zhiliang (2005), procuraram “descanibalizar” os Portugueses, isto é, perceber e identificar as razões do surgimento deste preconceito, analisando os fatores que estiveram na origem destas informações que tomaram a proporção de “boatos”. Os relatos sínicos repetiam e faziam circular a mesma versão, a do canibalismo português, mas a historicidade destas representações explicam o uso e a apropriação daqueles rumores pelas autoridades cantoneses, mas que nunca foram comprovados.

---

<sup>7</sup> Ver Anexo 7 relativamente às notas deste subcapítulo.

Em primeiro lugar, esses relatos eram a conclusão “lógica” de uma premissa errada, isto é, fundamentavam-se na crença generalizada de que os Portugueses descendiam de canibais. Por isso, as imagens estereotipadas que apareceram nas primeiras descrições chinesas atribuíam determinadas características físicas e comportamentais comuns aos Portugueses, que contrastavam com a imagem que tinham da sua própria forma, considerada a mais humana (Porter, 1999). Para identificar um povo desordeiro e indisciplinado, nada melhor do que uns traços que o associassem a uma espécie de seres mitológicos, com tendências animais e brutais, sempre que perdiam a calma, mas que se assemelhavam a seres humanos quando estavam de bom humor (Fok, 1987). O seu aspeto físico era grotesco e estranho, vestiam roupas bizarras e raramente se pareciam com seres “normais”:

The height of their body measures up to seven feet. They have high noses, fair complexion, the mouth of an oriole and cat’s eyes. Their beards are curled while their hair is close to red. But there are also many of them whose heads are bald and have their beards shaved. (citado por idem, p. 144)

A primeira obra chinesa a espalhar a ideia falsa do canibalismo português foi a *Yueshan Congtan (Conversas Seriadas da Montanha da Lua)*, de Li Wenfeng. Outras obras nesta se inspiraram.<sup>1</sup> Em *Yueshan Congtan* se diz que os Frangues<sup>2</sup> adoravam comer crianças e, como no seu país só o rei tinha esse privilégio, o embaixador Tomé Pires e os seus companheiros começaram a comprar crianças de dez anos às escondidas, pagando uma «centena de dinheiros por cada». Ainda acrescenta uma receita do cozinhado das crianças, cuja descrição é dantesca e arrepiante:

Põe-se a ferver um tacho enorme com água sobre o qual se coloca uma grelha de ferro na qual se colocam as crianças, até perderem todo o suor. Retiradas daí com um escovão de ferro, tiram-lhes a pele amarga enquanto ainda revelam sinais de vida, abrem-lhes a barriga, retiram os intestinos e o estômago, cozinhando-as em banho-maria e comendo-as em seguida. (citado por Ping & Zhiliang, 2005, p. 95)

O surgimento dessas histórias inventadas era, em segundo lugar, a prova de que a exatidão etnográfica dos Fo-lang-ki era uma questão pouco transparente, facilitada pelo facto de não se conhecer o povo, não se saber de onde ele vinha, não se ter ouvido falar dele, não se conhecer o seu exato nome e, nem tão pouco, existir qualquer registo sobre ele. Resultado do desconhecimento da origem dos Portugueses, o relato de Gu Yingxian<sup>3</sup> mostra ainda como foram tomados por

representantes de uma seita budista: «pendant leur long séjour à Canton, les Portugais aimaient à lire les livres bouddhiques» (citado por Pelliot, 1947, p. 113).

A posição de D’Intino (1989) é a de que a maioria das fontes chinesas raramente mostrava um esforço para fazer a transliteração do nome do país dos Portugueses, mesmo quando já era perfeitamente conhecido e disponível, para a palavra “Portugal”, um termo mais preciso e com uma fonética isenta de conotações negativas – “P’u-t’ao-ya”. Até mesmo o nome pejorativo “Feringhi”<sup>4</sup> continuava a ser persistentemente utilizado entre os Chineses (Porter, 1999). Em vez destes terem recuperado o nome original do árabe “faranji” (“frange”), transcreveram-no foneticamente para “fo-lang”, apenas para confirmarem uma tradição antiga que anunciava e advertia para uma irrupção de estrangeiros que destruiria a China (Gruzinski, 2015). Isto também nos demonstra que os letrados chineses não tinham muito interesse na origem dos Portugueses, preferindo manter um estereótipo aplicado ao nome do seu adversário. Parece não haver conhecimento de quaisquer testemunhos escritos oficiais do Império Celeste, até ao momento, que mostrem o desejo de saber sobre quem eram e de onde vinham os Portugueses (idem).

De acordo com Huang Zuo, autor da *Crónica Geral de Guangdong (Guangdong Tongzhi)*, era no *Livro das Instituições (Huidian)* que se encontravam informações várias sobre os países com ligação tributária à China. Foi por não existir qualquer registo sobre os Portugueses, neste código que regulava o comércio tributário, que os funcionários locais de Cantão indeferiram o pedido de apresentação dos tributos por parte da embaixada portuguesa (Ping & Zhiliang, 2005). O código não admitia que nenhum país participasse se não constasse da dita lista e, portanto, os mandarins das fronteiras podiam recusar a respetiva embaixada (Fok, 1987; Ping & Zhiliang, 2003). Também Huang Zuo, não estando muito seguro da localização geográfica de Portugal, perdia-se em conjeturas com base em registos antigos e associava, sem qualquer fundamento, os *fulangji* aos canibais de Touhe e de Java (Ping & Zhiliang, 2005).<sup>5</sup>

Seria este o fundo cultural e histórico da lenda sobre o canibalismo português. Ora, as autoridades de Cantão e os censores imperiais procuravam convencer, com esta “arma de propaganda”, a corte imperial sobre a inferioridade cultural e moral portuguesa. Procuravam arrasar os Lusos para que fossem expulsos da China e, para isso, encontraram um tema sensacionalista<sup>6</sup> para estimular o ódio contra eles e

difamá-los. Concluindo, o canibalismo português fora uma versão instrumentalizada e inventada a favor dos interesses políticos locais, receosos que a presença portuguesa pusesse em causa o seu mandariato (idem). Mas se a primeira imagem da antropofagia portuguesa projetada nos relatos chineses era inverosímil e ficcionada, o mesmo não se pode afirmar da segunda imagem que os Chineses tinham dos Portugueses: raptadores e comerciantes de escravos.

Esta imagem, que geralmente acompanhava o preconceito de canibalismo, fundava-se na ideia de que os Portugueses raptavam e escravizavam-nos para comê-los. Com efeito, o tráfico de seres humanos praticado pelos homens de Simão de Andrade foi bastante documentado pelas fontes chinesas e portuguesas, e a prática de compra de jovens, de ambos os sexos para vários serviços,<sup>7</sup> era um facto inequívoco e vulgar nos lugares onde aportavam (Costa, 1996). A nível moral, este comportamento, considerado normal para os Portugueses, para os Chineses era chocante, o que nos mostra que os princípios éticos que regiam os contatos comerciais entre estes povos também eram diferentes. Mas a maldade não era totalmente reservada aos Portugueses: «Há quem sequestre e pilhe pessoas de ambos os sexos e as entregue aos bárbaros em troca de dinheiro. Anualmente, os casos são incontáveis...» (citado por Ping & Zhiliang, 2005, p. 102), confessava o censor Guo Shangbin, mostrando que a fraude e as pilhagens eram o reflexo da ineficácia de uma burocracia idealizada. Longe do controlo imperial, a corrupção era generalizada nas costas meridionais, onde se retirava a prosperidade do comércio com o estrangeiro (Thomaz, 1998).

Outras foram as imagens divulgadas pelos relatos chineses, e que se aqui se assinalam, mas que se basearam na evidência da realidade, reforçadas pela demonstração efetiva do poderio naval português e da sua potencial ameaça militar. Avança-se que a maioria destas acusações vinha de funcionários da Corte, nomeadamente os censores, homens que lidavam com assuntos centrais, da capital. Por isso, absorviam praticamente todo o tipo de perceções, sobretudo negativas, que os Chineses tinham rapidamente formado acerca destes estrangeiros até então desconhecidos (Fok, 1987). Estas avaliações exerceram influência tanto na forma como foram compreendidos e vistos no contexto mais tardio da dinastia Ming, como na primeira visão chinesa sobre o mundo (Fok, 1987; Porter, 1999).

Com Chang (1997) tem-se acesso aos argumentos de dois altos funcionários da Corte, censores provinciais, que se transcrevem por serem elucidativos das imagens que tinham dos *Feringis*, como um povo de gente astuta, conflituosa e desobediente, que tinha vindo perturbar e, sobretudo, desrespeitar a secular e *imperturbável* política de relações comerciais tributárias com o exterior. O porta-voz de uma dessas opiniões era Ch'iu Tao-lung, que defendia acerrimamente a entrega de Malaca às suas devidas autoridades, pelos Portugueses, que indevidamente a tinham ocupado, sob pena de retaliações punitivas. É notório o mal-estar sentido por causa da ocupação de um vassalo tributário da China pela força e sem o consentimento do seu suserano.<sup>8</sup>

O outro censor provincial, Ho Ao, denunciava a facilidade e a liberdade com que os Portugueses entravam nos portos sínicos, sem prestar qualquer tributo, graças à negligência das autoridades chinesas, que não aplicavam devidamente as interdições legais relativas à defesa estratégica do país.<sup>9</sup> Ho Ao mostrava, acima de tudo, a sua consciência acerca da superioridade do armamento português, o que o deixava bastante inquieto, porque isso poderia pôr em causa a segurança do território e do povo chineses. Defendia a expulsão de todos os estrangeiros do território sínico e, ainda, a proibição do intercâmbio privado que secretamente se fazia:

Os Feringis são muito cruéis. [...] O seu armamento é superior ao dos outros estrangeiros. Há uns anos atrás chegaram subitamente à cidade de Cantão e o troar do seu canhão fez estremecer a terra, [...] isso conduzirá inevitavelmente a conflitos e ao derramamento de sangue. (citado por idem, p.66)

Também os Portugueses foram denegridos na sua imagem pelo enviado do fugitivo rei de Malaca, Tuan Mahamed, que os apresentou ao trono imperial como uns “conquistadores” e “guerreiros”, uns «ladrões com coração grande», que «vieram a Malaca com muita gente e tomaram a terra e a destruíram, e mataram muita gente e a roubaram, e outra cativaram» (citado por Loureiro, 1992, p. 36). Na visão chinesa, foi a usurpação de Malaca que fez dos Portugueses uns “fora-da-lei” e “assassinos”. Por outro lado, os anteriores atos insultuosos e desordeiros praticados pela tripulação de Simão de Andrade em Cantão ficaram marcados na memória coletiva dos funcionários chineses, constituindo um verdadeiro obstáculo ao compromisso diplomático entre estes dois povos. O comportamento arrogante deste expedicionário antagonizou os Chineses e confirmou as suas piores suspeitas sobre os Portugueses (Porter, 1999).

Para se conhecer a problemática da construção de imagens sobre o *Outro* português, na época tardia da dinastia Ming, importa clarificar dois aspetos interrelacionados que tiveram efeitos diretos nas representações chinesas sobre os *Fulangji* e que, na verdade, esses foram observados a partir da experiência e do contato com os Portugueses. O primeiro aspeto é que se destacou a superioridade militar “desta gente”, exercida à distância, em relação a qualquer povo estrangeiro. Esta imagem foi esculpida pela impressão que se formou devido à força de armas e à tecnologia militar demonstradas, tendo sido o poder naval o instrumento utilizado pelos Portugueses através de toda a Ásia marítima, mas que em território chinês provocaria um “clima de guerra armada”. Apesar de todo o repúdio pelos Portugueses, outros sentimentos, como o medo e o respeito, se misturavam nas suas impressões, devido ao domínio da tecnologia: «If the Chinese found nothing to admire and much to condemn in Portuguese behaviour, the Portuguese skill in warfare left an indelible impression that was a mixture of fear and respect tinged with envy» (idem, p. 16).

O segundo aspeto está associado à inconformidade manifestada pelos Lusos quanto aos sistemas tributário comercial estabelecidos e que todos os mercadores estrangeiros tinham de cumprir. Ao recusarem respeitá-los, os *Fulangji* impediram-se a si mesmos de serem aceites na ordem comercial chinesa. Se para a Coroa portuguesa, a expulsão dos seus homens poderia representar um acontecimento excecional e singular no relacionamento luso-sínico, para as autoridades imperiais seria um acontecimento banal e vulgar, uma vez que lidavam com mais uns “piratas do mar”. Da deliberação da *Libo* sobre a expulsão dos Portugueses, que decorre deste clima de tensão e suspeita, ressaltam os piores sentimentos sobre o *Outro* – desprezível, violento, astuto, espião e “bárbaro” (Pelliot, 1947).<sup>10</sup>

Desenvolveram-se, na memória coletiva oficial, imagens estereotipadas, perpetuadas por estas narrativas do discurso imperial, que se tornaram incrivelmente resistentes quanto mais se afastaram no tempo. As primeiríssimas representações sobre estes estrangeiros que sobressaem, nos textos sínicos, não se desfizeram com o tempo, bem pelo contrário. Ficariam presas, até bem mais tarde, cerca do século XVIII, a um discurso convencional de representação, que se fez circular de uma forma entranhada nas obras patrocinadas pelo Império Chinês (Porter, 1999). A memória nacional chinesa era assim aceite como ideologia oficial nos seus múltiplos discursos.



## **CAPÍTULO 4 – ESTUDO EMPÍRICO<sup>8</sup>**

### **4.1. Fundamentos teóricos: o modelo estrutural das Representações Sociais**

Da Teoria das RS de Moscovici (1979) derivaram outras abordagens/orientações compatíveis e consensuais com a perspetiva original, mas suas complementares, por analisarem e desenvolverem o processo representacional de forma particular e, de certa forma, autónoma a nível metodológico (Rateau, Moliner, Guimelli, & Abric, 2011; Sá, 1998; Vala & Castro, 2013). Essas abordagens podem focar o processo de origem, formação e desenvolvimento das RS (modelo sociogenético), a estrutura e a estabilidade/dinâmica das RS (modelo estrutural), e as RS como orientadoras de práticas sociais (modelo sociodinâmico) (Rateau et al., 2011).

Sendo o objetivo deste estudo embrionário a identificação da estrutura dicotómica que opõe o núcleo central e os elementos periféricos de uma RS, optou-se pela abordagem estrutural da grande Teoria, apresentada por Abric (1991, 2001a) e Flament (1991, 2001), da Escola de Aix-en-Provence. Estes investigadores apresentaram a “Teoria do núcleo central”, que se revelou eficaz a nível conceitual para descrever a estrutura das RS, independentemente do seu conteúdo. Com Flament (1991), introduzindo-se a noção de “estrutura”, a teoria explica a estabilidade e dinâmica das RS, na medida em que estas se preocupam em assegurar a estabilidade do significado atribuído ao objeto social pelo grupo (Moliner & Abric, 2015).<sup>1</sup>

A abordagem estrutural explica as RS como estruturas do conhecimento (informações, crenças, opiniões e atitudes) sobre um objeto da vida social, compartilhadas por grupos sociais e que se formam a partir de elementos cognitivos ligados entre si (Abric, 1991). Contudo, estes não desempenham as mesmas funções nem ocupam o mesmo lugar, porque estão hierarquizados no sistema representacional (Abric, 2001a; Flament, 1991, 2001), que é formado por dois sistemas cognitivos diferentes mas complementares, constituindo o “sistema dual”, sustentado por Abric (2001a). Os elementos centrais formam uma estrutura denominada “núcleo central”, composto por um número limitado de crenças – elementos – que, por obterem um consenso significativo dentro do grupo e serem notavelmente estáveis ao

---

<sup>8</sup> Ver Anexo 8 relativamente às notas deste capítulo.

longo do tempo, são sobretudo normativos (ideologia, valores, normas, história do grupo) (Abric, 1991). É o sistema central que gera ou modula a identidade e o valor específico de todos os outros elementos (periféricos) da RS e, por conseguinte, o seu significado geral, e que determina a natureza das relações que os elementos representacionais mantêm entre si, organizando-os ao seu redor (idem, 2001a).

Por sua vez, os elementos periféricos, denominados por Flament (1991) como “esquemas periféricos” ou “características do objeto de representação”, constituem o sistema periférico, organizam-se em torno do núcleo central e dependem deste. São numerosos, mudam ao longo do tempo, não são compartilhados maioritariamente pelo grupo, e são essencialmente funcionais. As funções que desempenham no sistema representacional são essencialmente operacionais: consistem numa “grelha de decodificação” das situações vividas pelos indivíduos (características descritivas do objeto e condutas sociais relativas ao objeto), permitem a assimilação de novas informações, mesmo que contraditórias, tornando-as “familiares”. Por isso, servem de escudo ao núcleo central (Abric, 2001a; Flament, 1991).<sup>2</sup>

#### **4.2. Metodologia**

A descrição de uma representação de um dado objeto social, a nível estrutural, é indissociável de uma prévia identificação dos elementos que fazem parte do seu núcleo central e do seu sistema periférico (Abric, 1991, 2001c). Todavia, a pesquisa em RS não tem preferências por um método específico (Sá, 1998) e, por isso, tem-se revelado «heterogénea e não prescritiva no que respeita à metodologia» (Cabecinhas, 2009, p. 13). Não obstante a disponibilidade e o desenvolvimento de uma série de metodologias e de técnicas para se estudar o fenómeno cognitivo das RS (Abric, 2001c; Rateau & Lo Monaco, 2013; Sá, 1996, 1998), a orientação teórica assumida deve estar associada a uma metodologia própria para poder ser operacionalizada (idem). Neste sentido, a nível metodológico, a escolha dos métodos, a recolha de dados e a elaboração dos respetivos instrumentos, e a definição das técnicas de tratamento e de análise de dados foram aqui direcionadas pelo modelo estrutural das RS, que justifica, portanto, esta pesquisa empírica sobre a RS *dos primeiros encontros culturais entre Chineses e Portugueses no século XVI*.

Este estudo procurou, numa relação complementar, combinar duas metodologias empreendidas em duas fases: na primeira fase, uma mais qualitativa (Bardin, 2002) e, na segunda fase, uma quantitativa – a metodologia Q (Couto, Farate, Ramos, & Fleming, 2011; Lo Monaco, Guimelli, Piermattéo, & Abric, 2012).<sup>3</sup> Cada metodologia está orientada para um objetivo: (a) com a primeira pretendeu-se, através da técnica de análise de conteúdo dos discursos produzidos pelos sujeitos, identificar as unidades semânticas de base – os temas – que constituem o universo discursivo dos enunciados escritos. Sendo o “tema” uma unidade de registo para estudar opiniões, crenças e atitudes (Bardin, 2000), a finalidade da análise temática consistiu no *reconhecimento inicial do conteúdo* – informações e atitudes (tomadas de posição e avaliações)<sup>4</sup> daquela RS; (b) pela segunda metodologia, uma das disponibilizadas pela Teoria do núcleo central (Abric, 2003; Lo Monaco et al., 2012; Vergès, 2001), procurou-se fazer o *levantamento dos elementos prováveis de comporem o núcleo central* da RS de forma a se conhecer a provável organização interna (estrutura)<sup>5</sup> desses mesmos elementos – o campo da RS de Moscovici (1979). Com efeito, segundo Abric (2001a), a definição de uma RS passa cumulativamente pelo conhecimento do seu conteúdo e da sua organização interna.

Uma fase preliminar mas fundamental ocorreu ainda antes da recolha e análise dos dados a partir da produção discursiva dos estudantes: o objeto social – os primeiros contatos culturais entre Chineses e Portugueses no século XVI – foi longamente debatido ao longo das aulas de História dos Países Lusófonos, a partir da leitura e análise livre e conjunta de alguns excertos de narrativas históricas, com o objetivo de implicar e envolver os participantes com o objeto em estudo e se efetuar uma exploração inicial do conteúdo da RS. A investigadora ia registando as expressões mais recorrentes que sobressaíam das, não obstante curtas e tímidas, intervenções da população sobre o objeto em debate, visto que é do conjunto das verbalizações que se podem extrair, por exemplo, indícios de uma RS (Sá, 1998).

Sabe-se também que a origem gradual e espontânea do conteúdo de uma RS tem correspondência direta com as modalidades comunicativas em que é elaborada (Moscovici, 1979): o ambiente de discussão em sala de aula revelou-se privilegiado para a informação da RS ser tratada de forma diversa e aberta, começar a emergir e circular depois com o propósito de se sistematizarem opiniões consensuais no grupo e

de se tomarem posições claras por parte dos seus elementos (idem). A própria difusão da informação mostrou-se adequada ao baixo estágio de desenvolvimento da RS, na medida em que os sujeitos não detinham conhecimentos estruturados sobre o tema.

#### **4.3. Sujeitos**

A especificidade da questão levantada e do objetivo estabelecido na introdução desta investigação e o carácter exploratório desta mesma, suscitou inicialmente uma preocupação relacionada com a criação de condições para a significância e representatividade dos dados obtidos. Essas condições prenderam-se, deste logo, com a definição do procedimento da amostragem. No entanto, o grupo de sujeitos que estava disponível para ser considerado e avaliado era constituído apenas por 13 estudantes universitários do 3º ano da Licenciatura de Língua e Cultura Portuguesas, na Universidade de Línguas Estrangeiras de Dalian. Portanto, é de salientar que se recorreu ao estudo deste grupo, previamente escolhido e disponível, e não propriamente ao estudo de uma “amostra” científica que, por norma, se extrai de uma população à qual os investigadores pretendem frequentemente generalizar os resultados (Almeida & Freire, 2008; Fortin, 1999).

Na construção desse grupo, procedeu-se, por um lado, ao “método acidental de amostragem” ou à “amostragem por conveniência” (idem), tendo sido observados os estudantes que aceitaram colaborar e que se encontraram acessíveis no momento e no local da investigação. Os participantes foram selecionados não de acordo com um critério estatístico, mas sob o critério da sua disponibilidade para a recolha dos dados e em função dos objetivos do estudo presente, sendo esse mesmo grupo teoricamente relevante para a discussão da temática em questão. Por outro lado, tendo sido os estudantes do 3º ano escolhidos intencionalmente para constituírem o único grupo que poderia ser objeto de uma observação e intervenção nas aulas de História dos Países Lusófonos, durante um largo período pela autora deste estudo, empregou-se ainda o “método intencional de amostragem” (Almeida & Freire, 2008).

A caracterização sociodemográfica (Anexo 10) do questionário (Anexo 9) aplicado àqueles inquiridos indica-nos uma população homogénea, sendo que todos os estudantes têm nacionalidade chinesa, grande parte ( $n=6$ ) é proveniente da província de Liaoning e têm idades compreendidas entre os 19 e os 23 anos. É o sexo feminino

( $n=8$ ) que predomina neste universo de alunos. Apesar de 10 estudantes nunca terem vivido no estrangeiro, 10 contactam com pessoas de outros países, sobretudo Portugueses ( $n=6$ ) e Brasileiros ( $n=4$ ), pelo menos uma vez por mês ( $n=1$ ) até mais do que quatro vezes por mês ( $n=5$ ), conhecendo os aspetos gerais das tradições, costumes e história desses países ( $n=10$ ).

Relativamente às suas competências linguísticas, mais de metade ( $n=7$ ) aprendeu Inglês, entre outras línguas, como o Japonês ( $n=3$ ) e o Espanhol ( $n=2$ ). Quanto ao domínio da língua portuguesa observam-se quatro aspetos: o nível médio é o mais classificado pelos alunos na escrita ( $n=8$ ) e na leitura ( $n=6$ ); é na audição que os alunos se consideram mais fracos ( $n=5$ ), bem como na oralidade ( $n=9$ ), sendo que o nível bom da oralidade é o mais baixo ( $n=2$ ) comparativamente aos níveis bons da audição, leitura e escrita; é a leitura que ganha mais pontos nos níveis bom ( $n=4$ ) e muito bom ( $n=1$ ); a escrita é o único domínio em que nenhum aluno se considera muito bom. Todavia, 4 estudantes revelam ter obtido a certificação de Português Língua Estrangeira de nível B1 e 6 estudantes a mesma certificação de nível B2.

No que diz respeito ao estudo de temas da História de Portugal, 11 alunos responderam ter estudado apenas os Descobrimentos Portugueses no ensino secundário, sendo que os outros 2 não estudaram quaisquer temas da História de Portugal. Por fim, a questão com mais pertinência para o estudo da RS em análise, isto é, o nível de conhecimentos sobre a história dos primeiros contactos culturais entre Chineses e Portugueses no século XVI, foi classificado por 10 alunos como muito fraco e por 3 como fraco. Praticamente todos os alunos mostram não ter suficientes informações sobre o objeto social e, derivado deste facto, as suas RS são compostas por incompletas e limitadas informações que, logicamente, pouco ou nada circularam e se difundiram entre o grupo antes da intervenção em sala de aula.

Considerando-se o número diminuto de efetivos do grupo (13 alunos) e não sendo estes selecionados através de um procedimento de amostragem probabilística, não subjaz a “garantia estatística” de que este grupo seja representativo de uma população geral. É por isso que, neste caso, Fortin (1999) reforça que a amostragem a ser empregue teria de ser forçosamente não probabilística, mas sobretudo útil na operacionalidade da investigação. Este estudo preliminar não pretende generalizar conclusões com precisão estatística para outros estudantes de Língua Portuguesa em

Universidades chinesas, para além de que isso seria moroso e dispendioso. Ao visar-se mais a apreensão do fenómeno de uma RS do que a generalização estatística, justifica-se o recurso a uma “amostra” reduzida que não tem de ser estatisticamente representativa do universo (Almeida & Freire, 2008; Couto et al., 2011).<sup>6</sup>

#### **4.4. Instrumento e procedimento de recolha de dados**

Numa primeira etapa, utilizou-se uma metodologia essencialmente qualitativa que envolveu a recolha de dados a partir do *discurso* elaborado por cada um dos sujeitos em função de uma questão aberta. Numa fase posterior, recorreu-se a uma metodologia quantitativa pelo *Questionário de Caracterização* (QC)<sup>7</sup> aplicado aos mesmos (Anexo 11) e através do qual se efetuou uma análise estatística mais exata e fiel dos dados descritivos da RS. A abordagem qualitativa foi útil para se lançar as hipóteses do estudo e a abordagem quantitativa para verificar e confirmar as mesmas.

Segundo Sá (1996) e Vergès (2001), a técnica do QC pode ser realizada após a obtenção de dados de um pré-inquérito tradicional, como as entrevistas, ou de outra técnica de levantamento de possíveis elementos pertencentes ao núcleo central, como a das evocações livres ou, até mesmo, por meio de dados da literatura.<sup>8</sup> Sendo o grupo reduzido, inicialmente pensou-se na realização de entrevistas aos estudantes. Contudo, uma limitação subsistiu na eventual aplicação deste instrumento: verificou-se que a maioria dos estudantes foi revelando bastantes limitações linguísticas na competência da oralidade, com dificuldades em se exprimir de forma fluída e em produzir um discurso coerente e com sentido durante a discussão do tema.

Optou-se, por isso, pela colocação de uma questão aberta que serviu de mote à produção de um pequeno texto: “Qual a tua opinião sobre os primeiros encontros culturais entre os Chineses e os Portugueses no século XVI?”. Os discursos oral e escrito produzidos durante o processo da comunicação serviram de suporte à análise de conteúdo. Também os 9 *itens* do QC contêm as categorias temáticas mais salientes nesses discursos<sup>9</sup> e que foram identificadas a partir da questão aberta (Anexo 12), colocada antes do QC, conforme recomendado por Abric (2003).

O QC surge como um método capaz de fornecer dados sobre a estrutura hierárquica dos elementos que formam o campo da RS (idem; Lo Monaco et al., 2012; Vergès, 2001), mas este não é um questionário convencional. Nesta técnica, é o sujeito

quem informa como os elementos cognitivos se estruturam na sua RS. Daí que a vantagem deste princípio metodológico seja «reducir en grand medida la parte de interpretación o elaboración de la significación del investigador y hacer así más fácil y pertinente el análisis de los resultados» (Abric, 2001c, p. 64).<sup>10</sup>

A análise de conteúdo dos discursos (textos) dos estudantes permitiu o estudo das unidades de registo principais (opiniões e atitudes) que participaram na construção da RS e, por conseguinte, a análise do conteúdo representacional dos enunciados analisados (Anexo 12). Para tal, adotaram-se os métodos de codificação e categorização sugeridos por Bardin (2002): a partir do desmembramento/recorte dos dados brutos de cada texto em unidades de registo semânticas (os temas), foram estas classificadas segundo a sua pertinência e homogeneidade, agregadas de acordo com a sua analogia em categorias semânticas (categorias temáticas) e, posteriormente, enumeradas pelo modo de contagem frequencial. Assim, os dados brutos assumiram uma representação simplificada do material reconstruído, a base da análise temática quantitativa aplicada aos discursos muito diretos e simples dos estudantes.

Posteriormente procedeu-se ao tratamento estatístico dos dados recolhidos a partir do QC. Calculou-se a frequência absoluta de cada *item*/categoria temática nas suas três distribuições para se determinar quais os *itens* mais ou menos característicos da RS compartilhada pelo grupo, ou seja, com maior proximidade ou maior distanciamento dessa RS (Anexo 13). De seguida, para cada categoria temática (elemento) da RS foi construído um gráfico com uma curva de distribuição que permitiu identificar qual o perfil desse elemento na RS estudada, sendo que o *eixo x* representou o grau de proximidade (menor, intermédio e maior) com o objeto representado e o *eixo y* a frequência desse mesmo grau distribuído em três códigos de resposta (Anexo 14). É possível conhecer-se, deste modo, o peso atribuído a cada elemento inerente a um tema (Abric, 2003; Vergès, 2001). O estudo de Abric (2003), que demonstra os três tipos de distribuição e os perfis dos elementos da RS mais frequentes,<sup>11</sup> constituiu o suporte teórico da análise dos dados recolhidos.

#### **4.5. Análise de dados e discussão dos resultados**

Observando-se o Anexo 12, a análise temática levanta três hipóteses acerca do reconhecimento inicial do conteúdo da RS: (a) as categorias temáticas (elementos)

destacadas a verde são provavelmente as centrais da RS, porque quase todos os sujeitos pronunciaram enunciados sobre as mesmas. As opiniões e avaliações do grupo convergiram maioritariamente para estes elementos; (b) os elementos destacados a azul estão um pouco mais ou menos distantes e, assim, mais ou menos periféricos da RS, uma vez que foram os menos evocados nas proposições avaliativas dos sujeitos. Existe uma eventual hierarquização de categorias temáticas relativas ao objeto em representação, porque o índice de saliência das opiniões dos sujeitos é variável; (c) os elementos sombreados a amarelo mostram a possível existência de dois subgrupos com opiniões e atitudes divergentes sobre a mesma RS.

Por outro lado, é de referir que a frequência absoluta dos enunciados agrupados na mesma categoria temática mostrou que nem todos eles ocupam o mesmo espaço no discurso dos sujeitos quanto às 22 categorias temáticas identificadas. Com efeito, a repetição do mesmo enunciado relativo à mesma categoria temática revelou o seu maior significado no conjunto geral dos textos redigidos e demonstrou a intensidade da opinião ou avaliação acerca daquela categoria temática. Ora, os elementos “Desconhecimento sobre a cultura de cada um”, “Sentimento de Superioridade”, “Falta de entendimento”, “Ordem” e “Desejo de domínio” saem mais reforçados na sua expressividade e ganham mais significância no quadro geral das categorias temáticas. Por exemplo, o elemento central “Desconhecimento sobre a cultura de cada um” aparece em 12 textos, mas foi enunciado 14 vezes, sublinhando-se a sua importância para a descrição da RS; apesar do elemento “Ordem” ser um elemento periférico, surgindo em apenas 4 textos, foi referido 6 vezes nesses textos.

É pela visualização da curva de distribuição de cada gráfico (Anexo 14) que se pode descrever a estrutura central e periférica da RS: (a) os elementos destacados a verde revelam um perfil em J, na medida em que foram escolhidos como os mais característicos da RS por quase todos os participantes. Reitera-se o “Desconhecimento dos dois povos sobre a cultura de cada um” como o elemento central considerado mais característico ( $n=12$ ) do objeto representado; (b) mais de metade dos sujeitos ( $n=8$ ) considerou o elemento “Desconfiança dos Portugueses por parte dos Chineses” como o menos característico do objeto em estudo. Apresenta, assim, um perfil com uma linha descendente. É o elemento com maior distanciamento da RS e que se encontra na zona periférica mais afastada da RS; (c) os elementos sombreados a azul



mostram o seu perfil numa curva em forma de sino, o que indica que o seu grau de proximidade com o objeto social é mediano, isto é, periférico; (d) apesar do elemento destacado a roxo não ter sido escolhido por 7 sujeitos, 6 participantes consideraram-no o mais característico, sendo significativa, desta forma, a sua posição de maior proximidade da RS; (e) o único elemento que suscita uma divisão no conjunto dos sujeitos é o destacado a cinzento, apresentando uma curva em forma de U. É contrastante e não cria consenso nos participantes: se para uns sujeitos é muito característico ( $n=6$ ), para outros é pouco característico ( $n=7$ ).

Avaliando as vantagens do QC é conveniente salientar que este, por um lado, informou em que medida cada *item* tem uma ligação de sentido ou de significado com o objeto representado, uma vez que, de acordo com a maior ou menor importância que cada sujeito lhe atribuiu, testou-se a hipótese da existência de uma hierarquização de categorias temáticas relativas ao objeto em representação. Por outro lado, permitiu confirmar a hipótese da centralidade dos elementos da RS em estudo, levantada na exploração do conteúdo representacional durante a primeira fase. No que diz respeito à estrutura hierárquica dos elementos do campo da RS, tanto a técnica de análise do seu conteúdo como a técnica de análise gráfica disponibilizada pelo QC introduziram resultados, em nada contraditórios, sobre os elementos suscetíveis de comporem o núcleo central da RS e sobre a organização provável dos seus elementos:

(a) A forma de distribuição em J revalidou a indicação dos elementos que, por se mais destacarem na representação do objeto e constituírem a base comum e consensual da RS, têm uma alta probabilidade de pertencerem ao núcleo central da RS. O núcleo é a parte mais estável e durável de uma RS, o que significa que é resistente a qualquer mudança, uma vez que os seus elementos são altamente consensuais, não negociáveis e rígidos (Abric, 2001a). A teoria supõe que há uma forte resistência a qualquer mudança nas crenças centrais, sendo estas prescrições absolutas e não sensíveis ao contexto imediato da sua comunicação (idem; Moliner & Abric, 2015; Rateau et al., 2011). Também o elemento periférico “Desrespeito da ordem chinesa pelos Portugueses”, devido ao número de sujeitos que o consideraram como muito característico, está bastante próximo do núcleo central.

(b) Os outros elementos, com exceção do elemento “Ideias negativas ou distorcidas de ambos os povos”, mantêm um relacionamento mais ou menos distante

e, por isso, periférico, com o objeto de representação. Sobressai o elemento “Desconfiança dos Portugueses por parte dos Chineses”, que dele está mais desligado, porque mostra um maior afastamento. A distância em relação ao objeto é explicada por algumas variáveis, como o conhecimento maior ou menor que se tem desse objeto social, as melhores ou piores condições de produção e comunicação da RS e o grau de interesse que o objeto social desperta dentro do próprio grupo (Sá, 1998). Recuperando uma das conclusões de Bôas (2014), a historicidade do conteúdo das RS depende tanto do grau de envolvimento e da posição dos grupos sociais, que determinam o conteúdo e o significado das RS, como do contexto ideológico e histórico-social do momento.

(d) Comprovou-se ainda que o elemento “Ideias negativas ou distorcidas de ambos os povos” constitui uma fonte de divisão dos respondentes, com posições contraditórias, o que já havia sido indiciado na primeira fase. Flament (1991) e Doise (1991) referem que duas subpopulações de uma população homogénea podem ter opiniões/avaliações diferentes sobre o mesmo objeto de representação, apesar de manterem a mesma RS (o mesmo núcleo central), como é o caso. Isto justifica-se pelo carácter mutável e individualizado dos elementos periféricos que variam de acordo com o contexto imediato de comunicação em que a RS se produz, discute e circula.

Estes resultados não podem ser generalizados por serem produto das percepções de um conjunto particular de estudantes universitários, alvo de uma intervenção durante um determinado período temporal. Procurou-se sobretudo o fornecimento de informações sobre as tendências e os resultados que se podem encontrar num estudo comparativo futuro que utilize um procedimento de seleção probabilístico e que confronte estes dados com aqueles recolhidos em outros contextos universitários.

Por fim, note-se, como referem Rateau e Lo Monaco (2013) e Sá (1996), que este método não acede à configuração exata do núcleo central da RS, mas constitui uma etapa prévia e importante para a identificação da centralidade e da hierarquia dos elementos dessa RS. Todavia, por meio das duas metodologias adotadas foi possível observar, comparar e analisar os resultados obtidos em cada uma delas, garantindo uma maior segurança e precisão à grelha de interpretação da investigadora e um maior rigor quantitativo à própria operacionalização da pesquisa empírica.

## CONCLUSÃO

Em 1513 Portugueses e Chineses estabeleceram os primeiros contatos amistosos a nível informal, entre fidalgos-mercadores e aventureiros portugueses e comerciantes chineses. Mas ao desencadear um conjunto de negociações formais, sobretudo a nível da alta diplomacia, entre a embaixada portuguesa e o alto mandarinato chinês, rapidamente encetaram interações mútuas que resultaram na degradação e rompimento das suas relações em 1523. Ambos desejavam, de acordo com uma visão centrada na própria realidade cultural, que o *Outro* respeitasse as suas crenças e costumes e se conformasse com o seu comportamento. Portanto, as diferentes expectativas dos dois povos predispueram as respetivas estratégias (atitudes e ações) de aculturação em relação ao *Outro* e, por isso, determinaram a orientação das relações luso-sínicas. Contudo, essas expectativas não foram superadas.

Mediante a produção literária e historiográfica sobre as relações luso-sínico deste período, infere-se que a adaptação de ambos os povos foi difícil, pautada por um fraco conhecimento sobre o *Outro* e uma resistência à integração da diferença cultural, o que gerou um processo de aculturação lento e instável e um diálogo intercultural pouco profícuo. A natureza de dominação e superioridade e o resultado conflituoso de um processo de aculturação que se revelou hostil para estes povos nasceram do seu contexto ideológico e das políticas externas por eles empreendidas, que impossibilitariam a igualdade e reciprocidade de influências. Porém, foram os seus padrões e contextos histórico-culturais e as RS sobre o *Outro* que influíram definitivamente no seu grau de envolvimento e participação nesse relacionamento.

Consequências de aculturação? Como não houve ocupação e conquista efetiva de qualquer parte do território chinês, a presença minoritária lusitana não teve resultados extraordinários nesta sociedade majoritária, fechada na sua intransigência, superioridade e opacidade, e na qual os *Fulangji* eram, de certa forma, invisíveis. Quanto aos Portugueses, a reação de rejeição do Celeste Império que sofreram teve consequências na sua forma de pensar. Foram obrigados a refletir, pela primeira vez, numa outra forma de olhar para o *Outro*, ao ponto desta civilização ter permanecido na memória coletiva portuguesa como uma sociedade ideal e perfeita. Ironicamente é no Império Celeste que o estatuto dos Portugueses se inverte: de uma atitude de “dominadores de uma civilização” passam a “dominados por uma civilização”; de

“acusadores” e “discriminadores” eurocêntricos, passam a “acusados” e discriminados” por uma sociedade altamente etnocêntrica. As sociedades ocidentais e orientais, nomeadamente a chinesa, «parecem ter feito uso dos mesmos conceitos, associando o estrangeiro ao periférico, ao errante, em suma, ao diferente e, como tal, quase incompreensível e bárbaro» (Costa & Lacerda, 2007, p. 71).

Conhecer os primeiros encontros culturais entre Chineses e Portugueses no século XVI constituiu um objeto histórico-social quase absolutamente desconhecido para o grupo de estudantes universitários, mas que neste entrou e se lhe apresentou relevante por fazer parte do seu passado histórico e por permitir-lhe a compreensão daquelas relações ancestrais e interculturais, mediante a análise das marcas desse encontro na memória histórica de cada povo. Sendo limitado e disperso o conhecimento que os sujeitos tinham do objeto em estudo, as RS produzidas partilharam-se dentro do grupo de forma “emancipada”, nas palavras de Moscovici (1988), isto é, por meio de uma discussão livre de ideias a partir da comparação de perspectivas de abordagem ao *Outro*.

O contexto educativo de sala de aula assumiu, deste modo, importância na génese e construção, apesar de bastante primária, de uma RS, graças ao ambiente comunicacional gerado e à relação interpessoal estabelecida entre os sujeitos que se envolveram regularmente em momentos de interação e discussão, e por isso, influenciando-se reciprocamente com as suas opiniões e atitudes. Foi neste processo interacional que aquela RS circulou, se expressou e ganhou unanimidade. Com o tratamento espontâneo conferido ao tema central, possibilitou-se a criação gradual de um saber, no início instável, comum ao grupo e minimamente sistematizado, uma vez que os sujeitos organizaram as suas ideias e tiraram as suas próprias conclusões.

A discussão dos resultados permitiu concluir pela força e pertinência da exploração pedagógica das memórias históricas, da qual resultaram perceções e atitudes maioritariamente etnorelativas sobre o objeto de estudo por parte dos estudantes universitários. Contribuindo para o conhecimento dos primeiros contatos culturais entre Chineses e Portugueses e respetivas peculiaridades, as fontes históricas desenvolveram opiniões e atitudes equilibradas, digam-se mais justas e descentradas, porque superaram a imagem etnocentrada, distorcida e estereotipada do *Outro*. O primeiro sinal dessa visão tendencialmente etnorelativa é a evidência de que quase

todos os sujeitos declararam que aqueles encontros foram marcados pelo desconhecimento que ambos tinham dos padrões culturais, valores e costumes do *Outro*, impossibilitando uma interação pacífica. Daí que seja «importante perceber que todos os povos têm sua forma de ser, estar e sentir por causa da sua história, política e tradições, e isso não quer dizer que estão errados» (afirmação de um estudante).

Um outro indício é terem reconhecido que uma das causas desse confronto cultural deveu-se à não aceitação das diferenças que os dois povos demonstraram nos seus contatos. Diferenças que foram por eles percebidas como o reflexo natural das especificidades de cada cultura e da variabilidade e diversidade do comportamento humano em relação aos mesmos factos: «Embora para os Portugueses as acções, como soltar canhões e pôr padrões em terras descobertas, fossem coisas muito normais e comuns, para os Chineses [...] eram uma grande ofensa» (afirmação de uma estudante). Os estudantes foram ainda unânimes de que a transformação destas diferenças em hierarquia e desigualdade, isto é, em sentimentos de superioridade e inferioridade, reduziu bastante a possibilidade de a aculturação se ter tornado rica e proveitosa para as duas civilizações: «No caso deste encontro, o problema começou desde logo. Os dois povos viam-se a si mesmos como os melhores e superiores. Como poderiam aprender um com o outro?» (afirmação de uma estudante). Este constituiu o terceiro indicador da presença do etnorelativismo nas RS dos participantes.

Por fim, longe de avançar com conclusões generalistas, esta investigação empírica trouxe resultados animadores, dando uma das possíveis respostas à questão da diversidade cultural e da aceitação da diferença em contextos educativos e no âmbito da educação multicultural. Penetrando na memória histórica de dois conjuntos sociais que se confrontaram *na* e *pela* sua diferença e na sua dinâmica intergrupar, a solução encontrada passou pelo confronto de aspetos positivos/negativos e das diferenças/semelhanças em torno das suas relações e realidades no passado. Um exercício que teve em vista a promoção, entre os estudantes, do respeito por qualquer cultura pela sua validade e legitimidade próprias, e da capacidade de aceitar e compreender qualquer sociedade no presente. Conhecer o processo de aculturação dos povos na sua dimensão diacrónica pode ser uma porta aberta para os jovens serem capazes de interagir nas sociedades culturalmente e melhor compreenderem as doutrinas e valores que as sustentam.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS<sup>9</sup>

- Albuquerque, L. (Ed.). (1986). *Crónica do descobrimento e primeiras conquistas da Índia pelos Portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- Almeida, L., & Freire, T. (2008). *Metodologia da investigação em psicologia e educação* (5.ª ed.). Braga: Psiquilíbrios.
- Abric, J-C. (1991). L'étude expérimentale des représentations sociales. In D. Jodelet (Dir.), *Les représentations sociales* (2ª ed.) (pp. 187-203). Paris: PUF.
- Abric, J-C. (2001a). Las representaciones sociales: aspectos teóricos. In J-C. Abric (Dir.), *Prácticas sociales y representaciones* (pp. 11-32). (J. Chevrel & F. Palacios, Trad.). Colonia del Carmen: Ediciones Coyoacán, S.A. (Original publicado em 1994) Retirado de [http://datateca.unad.edu.co/contenidos/403019/Entorno\\_de\\_Conocimiento/Lecturas\\_Complementarias/Abric\\_JC\\_Practicas\\_Sociales\\_y\\_Representaciones.pdf](http://datateca.unad.edu.co/contenidos/403019/Entorno_de_Conocimiento/Lecturas_Complementarias/Abric_JC_Practicas_Sociales_y_Representaciones.pdf)
- Abric, J-C. (2001b). Prácticas sociales: representaciones sociales. In J-C. Abric (Dir.), *Prácticas sociales y representaciones* (pp. 195-214). (J. Chevrel & F. Palacios, Trad.). Colonia del Carmen: Ediciones Coyoacán, S.A. (Original publicado em 1994) Retirado de [http://datateca.unad.edu.co/contenidos/403019/Entorno\\_de\\_Conocimiento/Lecturas\\_Complementarias/Abric\\_JC\\_Practicas\\_Sociales\\_y\\_Representaciones.pdf](http://datateca.unad.edu.co/contenidos/403019/Entorno_de_Conocimiento/Lecturas_Complementarias/Abric_JC_Practicas_Sociales_y_Representaciones.pdf)
- Abric, J-C. (2001c). Metodologia de recolección de las representaciones sociales. In J-C. Abric (Dir.), *Prácticas sociales y representaciones* (pp. 53-74). (J. Chevrel & F. Palacios, Trad.). Colonia del Carmen: Ediciones Coyoacán, S.A. (Original publicado em 1994) Retirado de [http://datateca.unad.edu.co/contenidos/403019/Entorno\\_de\\_Conocimiento/](http://datateca.unad.edu.co/contenidos/403019/Entorno_de_Conocimiento/)

---

<sup>9</sup> As referências bibliográficas seguem a 6ª edição das normas da American Psychological Association (APA). Retirado de <https://owl.english.purdue.edu/owl/resource/560/1/>

Lecturas\_Complementarias/Abric\_JC\_Praticas\_Sociales\_y\_Representaciones.  
pdf

Abric, J-C. (2003). La recherche du nuyau central et de la zone muette des représentations sociales. In J-C. Abric (Ed.), *Méthodes d'étude des représentations sociales* (pp. 59-80). Ramonville Saint-Agne: Érès.

Alves, J. (1999). *Um porto entre dois impérios. Estudos sobre Macau e as relações luso-chinesas*. Macau: Instituto Português do Oriente.

Avelar, A. (2003). *Visões do Oriente: formas de sentir no Portugal de quinhentos*. Lisboa: Edições Colibri.

Bardin, L. (2002). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Barros, J. (1777a). *Da Ásia de João de Barros: Década segunda. Parte primeira*. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica.

Barros, J. (1777b). *Da Ásia de João de Barros: Década segunda. Parte segunda*. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica.

Barros, J. (1777c). *Da Ásia de João de Barros: Década terceira. Parte primeira*. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica.

Barros, J. (1777d). *Da Ásia de João de Barros: Década terceira. Parte segunda*. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica.

Bennett, M. (1986). A developmental approach to training for intercultural sensitivity. *International Journal of Intercultural Relations*, 10, 179-195.  
[https://doi.org/10.1016/0147-1767\(86\)90005-2](https://doi.org/10.1016/0147-1767(86)90005-2)

Bennett, M. (2004). Becoming interculturally competent. In J. Wurzel (Ed.). *Toward multiculturalism: a reader in multicultural education* (2ª ed.) (pp. 62-77). Newton: Intercultural Resource Corporation. Retirado de [http://www.idrinstitute.org/allegati/IDRI\\_t\\_Pubblicazioni/1/FILE\\_Documento.pdf](http://www.idrinstitute.org/allegati/IDRI_t_Pubblicazioni/1/FILE_Documento.pdf)

- Berry, J. (2005). Acculturation: Living successfully in two cultures. *International Journal of Intercultural Relations*, 29, 697-712. doi:10.1016/j.ijintrel.2005.07.013
- Berry, J. (2006). Contexts of acculturation. In D. Sam & J. Berry (Eds.), *The Cambridge handbook of acculturation psychology* (pp. 27-42). New York: Cambridge University Press.
- Bôas, L. (2014). Representações sociais: a historicidade do psicossocial. *Revista Diálogo Educacional*, 14(42), 585-603. doi: 10.7213/dialogo.educ.14.042.A004
- Bôas, L. (2015). História, memória e representações sociais: por uma abordagem crítica e interdisciplinar. *Cadernos de Pesquisa*, 45(156), 244-258. <http://dx.doi.org/10.1590/198053143290>
- Cabecinhas, R. (2009). Investigar representações sociais: metodologias e níveis de análise. In M. Baptista (Ed.) *Cultura: Metodologias e Investigação* (pp. 51-66). Lisboa: Ver o Verso Edições.
- Castanheda, F. (1552a). *História do livro segundo do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses*. Coimbra: s.n.
- Castanheda, F. (1552b). *O terceiro livro da história do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses*. Coimbra: s.n.
- Castanheda, F. (1553). *Os livros quarto e quinto da história do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses*. Coimbra: s.n.
- Chang, T. (1997). *O comércio sino-português entre 1514 e 1644. Uma síntese de fontes chinesas e portuguesas*. Macau: Instituto Português do Oriente.
- Chen, G-M., & Starosta, W. (1997). A review of the concept A review of the concept of intercultural sensitivity. *Human Communication*, 1, 1-16. Retirado de [http://digitalcommons.uri.edu/com\\_facpubs/38/](http://digitalcommons.uri.edu/com_facpubs/38/)
- Cortesão, A. (Ed.). (1978). *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*. Coimbra: Universidade de Coimbra.



- Cortesão, A. (1990). *Primeira embaixada europeia à China. O boticário e embaixador Tomé Pires e a sua "Suma Oriental"*. Macau: Instituto Cultural de Macau.
- Costa, J. (1996). A coroa portuguesa e a China (1508-1531). Do sonho manuelino ao realismo joanino. In A. Saldanha & J. Alves (Coord.), *Estudos de história do relacionamento luso-chinês (séculos XVI-XIX)* (pp. 13-57). Lisboa: Instituto Português do Oriente.
- Costa, J., & Lacerda, T. (2007). *A interculturalidade na expansão portuguesa: séculos XV-XVIII*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Couto, M., Farate, C., Ramos, S., & Fleming, M. (2011). A metodologia Q nas Ciências Sociais e Humanas: o resgate da subjectividade na investigação empírica. *Psicologia*, XXV(2), 7-21.
- D'Intino, R. (Ed.). (1989). *Enformação das cousas da China. Textos do século XVI, introdução e leitura de Raffaella D'Intino*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Doise, W. (1991). Attitudes et représentations sociales. In D. Jodelet (Dir.), *Les représentations sociales* (2ª ed.) (pp. 220-238). Paris: PUF.
- Flament, C. (1991). Structure et dynamique des représentations sociales. In D. Jodelet (Dir.), *Les représentations sociales* (2ª ed.) (pp. 204-219). Paris: PUF.
- Flament, C. (2001). Estructura, dinámica y transformación de las representaciones sociales. In J-C. Abric (Dir.), *Prácticas sociales y representaciones* (pp. 33-52). (J. Chevreil & F. Palacios, Trad.). Colonia del Carmen: Ediciones Coyoacán, S.A. (Original publicado em 1994) Retirado de [http://datateca.unad.edu.co/contenidos/403019/Entorno\\_de\\_Conocimiento/Lecturas\\_Complementarias/Abric\\_JC\\_Practicas\\_Sociales\\_y\\_Representaciones.pdf](http://datateca.unad.edu.co/contenidos/403019/Entorno_de_Conocimiento/Lecturas_Complementarias/Abric_JC_Practicas_Sociales_y_Representaciones.pdf)
- Flores, J. (2000). Os anos da "gestação". In A. Marques (Dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente* (Vol. 1, Tomo II, pp. 151-178). Lisboa: Fundação Oriente.

- Fok, K. (1987). Early Ming images of the Portuguese. In R. Ptak (Ed.), *Portuguese Asia: aspects in history and economic history (sixteenth and seventeenth centuries)* (pp. 143-155). Estugarda: Steiner Verlag Wiesbaden. Retirado de <http://quod.lib.umich.edu/p/philamer/aep2547.0001.001/159?page=root;rgn=full+text;size=100;view=image>
- Fortin, M-F. (1999). *O processo de investigação: da concepção à realização*. Loures: Lusociência.
- Graça, L. (1983). *A visão do Oriente na literatura portuguesa de viagens: os viajantes portugueses e os itinerários terrestres (1560-1670)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Gruzinski, S. (2015). *A águia e o dragão*. Lisboa: Edições 70.
- Gungwu, W. (1998). Ming foreign relations: Southeast Asia. In D. Twitchett & J. Fairbank (Eds.), *The Cambridge history of China* (Vol. 8, pp. 301 -332). New York: Cambridge University Press.
- Haas, V., & Jodelet, D. (1999). Pensée et mémoire sociale. In J-P. Pétard (Ed.), *Psychologie sociale* (pp. 111-160). France: Bréal. Retirado de [https://www.academia.edu/1536475/Haas\\_V.\\_and\\_Jodelet\\_D.\\_2007\\_.Pens%C3%A9e\\_et\\_m%C3%A9moire\\_sociales\\_in\\_J.P.\\_P%C3%A9tard\\_Ed.\\_Manuel\\_de\\_Psychologie\\_Sociale\\_pp.\\_111-160.\\_PDF\\_1.5\\_Mo\\_](https://www.academia.edu/1536475/Haas_V._and_Jodelet_D._2007_.Pens%C3%A9e_et_m%C3%A9moire_sociales_in_J.P._P%C3%A9tard_Ed._Manuel_de_Psychologie_Sociale_pp._111-160._PDF_1.5_Mo_)
- Halbwachs, M. (1968). *La memoire collective*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Haw, S. (2016). *História da China*. Lisboa: Tinta da China.
- Houaiss, A., & Villar, M. (Eds.) (2003). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (Vol. 1). Lisboa: Temas e Debates.
- Jodelet, D. (1991). Les représentations sociales: un domaine em expansion. In D. Jodelet (Dir.), *Les représentations sociales* (2ª ed.) (pp. 31-61). Paris: PUF.
- Kammerer, A. (1944). La découverte de la Chine par les Portugais au XVIème siècle et la cartographie des portulans. *T'oung Pao*, 39, 1-261.

- Lo Monaco, G., Guimelli, C., Piermattéo, A., & Abric, J-C. (2012). Social representations, correspondence factor analysis and characterization questionnaire: a methodological contribution. *The Spanish Journal of Psychology*, 15(3), 1233-1243. [http://dx.doi.org/10.5209/rev\\_SJOP.2012.v15.n3.39410](http://dx.doi.org/10.5209/rev_SJOP.2012.v15.n3.39410)
- Loureiro, R. (1991). O encontro de Portugal com a Ásia no século XVI. In A. Ferronha (Coord.), *O confronto do olhar. O encontro dos povos na época das navegações portuguesas. Séculos XV e XVI* (pp. 155-211). Lisboa: Caminho.
- Loureiro, R. (Ed.). (1992). *Cartas dos Cativos de Cantão: Cristóvão Vieira e Vasco Calvo (1524?)*. Macau: Instituto Cultural de Macau.
- Loureiro, R. (1995). Os Portugueses na rota da China (viagens, comércio e literatura no século de quinhentos). In Universidade Autónoma de Lisboa (Ed.), *Colóquio Literatura dos Descobrimentos: comunicações* (pp. 145-167). Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.
- Loureiro, R. (Ed.). (1996). *O Manuscrito de Lisboa da "Suma Oriental" de Tomé Pires*. Lisboa: Instituto Português do Oriente.
- Loureiro, R. (1997a). O Extremo Oriente na literatura ibérica de 1580 à Restauração. In M. Ventura (Coord.), *A União Ibérica e o mundo atlântico. Segundas jornadas de História Ibero-Americana* (pp. 353-366). Lisboa: Edições Colibri.
- Loureiro, R. (1997b). Visões da China na literatura ibérica (séculos XVI e XVII). Antologia documental. *Revista de Cultura*, 31, 11-209.
- Loureiro, R. (1999). Visões da Ásia (séculos XVI e XVII). In F. Cristóvão (Coord.), *Condicionantes culturais da literatura de viagens* (pp. 339-353). Lisboa: Edições Cosmos.
- Loureiro, R. (2000). *Fidalgos, missionários e mandarins. Portugal e a China no século XVI*. Lisboa: Fundação Oriente.
- Machado, A. (Org.). (1946). *Livro em que dá relação do que viu e ouviu no Oriente Duarte Barbosa*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.

- Moliner, P., & Abric, J-C. (2015). Central core theory. In G. Sammut, E. Andreouli, G. Gaskell & J. Valsiner (Eds.), *The Cambridge handbook of social representations* (pp. 83-95). United Kingdom: Cambridge University Press.
- Moscovici, S. (1979). *El psicoanálisis, su imagen y su público*. (N. Finetti, Trad.). Buenos Aires: Editorial Huemul. (Original publicado em 1961) Retirado de <https://taniars.files.wordpress.com/2008/02/moscovici-el-psicoanalisis-su-imagen-y-su-publico.pdf>
- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social psychology. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250. doi: 10.1002/ejsp.2420180303
- Moscovici, S. (2000). The phenomenon of social representations. In G. Duveen (Ed.), *Social representations. Explorations in social psychology* (pp. 18-77). Cambridge: Polity Press. Retirado de <http://is.muni.cz/el/1423/podzim2013/SOC571E/um/S.Moscovici-SocialRepresentations.pdf>
- Nora, P. (1984). Entre mémoire et histoire. La problématique des lieux. In P. Nora (Coord.), *Les lieux de mémoire* (Vol. I, pp. XVII-XLII). Paris: Editions Gallimard.
- Pelliot, P. (1947). Le Hoja et le Sayyid Husain de l'histoire des Ming. *T'oung Pao*, 38, 81-292.
- Ping J., & Zhiliang, W. (2003). Uma embaixada com dois embaixadores – Novos dados orientais sobre Tomé Pires e Hoja Yasan. *Administração*, XVI(60), 685-715. Retirado de <http://docplayer.com.br/5964627-Uma-embaixada-com-dois-embaixadores-novos-dados-orientais-sobre-tome-pires-e-hoja-yasan.html>
- Ping J., & Zhiliang, W. (2005). A (des)canibalização dos Portugueses. *Revista de Cultura*, 16, 94-104.
- Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, 2(3), 3-15. Retirado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>

- Porter, J. (1999). The troublesome Feringhi: late Ming chinese perceptions of the Portuguese and Macau. *Portuguese Studies Review*, 7(2), 11-35.
- Ramos, J. (1990). Relações de Portugal com a China anteriores ao estabelecimento de Macau. *Revista Nação e Defesa*, (53), 156-170.
- Rateau, P., Moliner, P., Guimelli, C., & Abric, J-C. (2011). Social representation theory. In P. A. Van Lange, A. W. Kruglanski & E. T. Higgins (Eds.), *Handbook of theories of social psychology* (pp. 477-497). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Rateau, P., & Lo Monaco, G. (2013). La teoría de las representaciones sociales: orientaciones conceptuales, campos de aplicaciones y métodos. *Revista CES Psicología*, VI(1), 22-42. Retirado de <http://revistas.ces.edu.co/index.php/psicologia/article/view/2615/1820>
- Roussiau, N., & Renard, E. (2003). Des représentations sociales à l'institutionnalisation de la mémoire sociale. *Connexions*, 2(80), 31-41. doi: 10.3917/cnx.080.0031
- Sá, C. (1996). *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis: Editora Vozes. Retirado de <http://www.mazzotti.pro.br/resources/SA-Nucleo-central-das-representacoes-sociais.pdf>
- Sá, C. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ. Retirado de [http://www.mazzotti.pro.br/resources/SA\\_A\\_Construcao\\_do\\_objeto\\_de\\_pesquisa\\_em\\_representacoes\\_sociais.pdf](http://www.mazzotti.pro.br/resources/SA_A_Construcao_do_objeto_de_pesquisa_em_representacoes_sociais.pdf)
- Sá, C. (2007). Sobre o campo de estudo da memória social: Uma perspectiva psicossocial. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20 (2), 290-295. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722007000200015>
- Sá, C. (2012a). A memória histórica numa perspectiva psicossocial. *Morpheus*, 14, 94-103. Retirado de [http://www4.unirio.br/morpheusonline/numero14-2012/artigos/celso\\_pt.pdf](http://www4.unirio.br/morpheusonline/numero14-2012/artigos/celso_pt.pdf)

- Sá, C. (2012b). Psicologia social da memória: sobre memórias históricas e memórias geracionais. In A. Jacó-Vilela & L. Sato (Orgs.), *Diálogos em psicologia social* (pp. 46-57). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Retirado de <http://books.scielo.org/id/vfgfh/05>
- Sá, C. (2015). Entre a história e a memória, o estudo psicossocial das memórias históricas. *Cadernos de Pesquisa*, 45(156), 260-274. <http://dx.doi.org/10.1590/198053143133>
- Sam, D. (2006). Acculturation: conceptual background and core components. In D. Sam & J. Berry (Eds.), *The Cambridge handbook of acculturation psychology* (pp. 11-26). New York: Cambridge University Press.
- Sam, D., & Berry, J. (2010). Acculturation: when individuals and groups of different cultural backgrounds meet. *Perspectives on Psychological Science*, 5(4), 472-480. doi: 10.1177/1745691610373075.
- Schwartz, S., Unger J., Zamboanga, B., & Szapocznik, J. (2010). Rethinking the concept of acculturation: implications for theory and research. *American Psychologist*, 65(4), 237–261. doi: 10.1037/a0019330
- Thomaz, L. (1998). Introdução. In A. Marques (Dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente* (Vol. 1, Tomo I, pp. 13-120). Lisboa: Fundação Oriente.
- Vala, J., & Castro P. (2013). Pensamento social e representações sociais. In J. Vala & M. Monteiro (Coord.), *Psicologia social* (9ª ed.) (pp. 353-384). Lisboa: Calouste Gulbenkian.
- Vergès, P. (2001). L'analyse des représentations sociales par questionnaires. *Revue française de sociologie*, 42(3), 537-561. doi: 10.2307/3323032
- Wagoner, B. (2015). Collective remembering as a process of social representation. In G. Sammut, E. Andreouli, G. Gaskell & J. Valsiner (Eds.), *The Cambridge handbook of social representations* (pp. 143-162). United Kingdom: Cambridge University Press.

## ANEXO 1

<sup>1</sup> Mais tarde, focou-se no processo de mudança dos imigrantes após o seu estabelecimento nas sociedades de acolhimento ou recetoras. Atualmente, num contexto de globalização, grande parte da pesquisa centra-se na forma como as diferentes populações etnoculturais se relacionam entre si e mudam no sentido de encetarem tentativas para uma convivência respeitosa e harmoniosa em sociedades plurais (Berry, 2005).

<sup>2</sup> A continuidade identitária das minorias é negada, o seu modo de viver tradicional é fundido nos costumes do grupo maioritário e a sua participação no quadro social da sociedade maioritária é mínima, porque estão submetidas às normas, às políticas e aos programas de assimilação impostos pela maioria. A marginalização e segregação dos grupos minoritários surgem na sequência de experimentarem hostilidade e discriminação pelo grupo maioritário (Berry, 2005).

<sup>3</sup> Estas sociedades permitem um contexto de assentamento mais positivo, porquanto não impõem medidas de assimilação ou de exclusão sobre os grupos etnoculturais e aceitam o seu contributo e participação sociais. Um dos efeitos da globalização é a proliferação de sociedades multiculturais, cujas populações podem assumir mais do que uma identidade pela convivência e interação de vários grupos etnoculturais (Berry, 2005).

<sup>4</sup> Por exemplo, algumas localidades dentro de um dado país podem ter contextos de receção muito diferentes, apresentando ou não diferentes tipos de apoios. Aqui, os membros da cultura minoritária estão mais aptos a integrarem-se na sociedade, quando recebem encorajamento e recursos de apoio, mas podem perceber atitudes discriminatórias que passam despercebidas pelos membros da cultura maioritária, como também podem perceber comportamentos que são “típicos” da sociedade recetora (como a hostilidade para com os vizinhos) como discriminatórios. Por outro lado, a presença de uma grande comunidade de cultura patrimonial pode desencorajar os seus membros em adotar uma grande parte da cultura da sociedade de acolhimento (Schwartz, Unger, Zamboanga, & Szapocznik, 2010).

<sup>5</sup> O que acontece, muitas vezes, é que o grupo maioritário consolida alguns tipos de relações ou restringe a liberdade de escolha dos grupos não dominantes e dos seus membros para agirem de acordo com as preferências daqueles (Berry, 2005, 2006). Inevitavelmente, por razões de ordem económica, militar, numérica e religiosa, um grupo exerce mais influência do que o outro, o que pode sugerir, erradamente, que a aculturação seja unidirecional e unidimensional, ou seja, que a mudança decorra numa só direção e que o grupo minoritário se transforme, ao descartar a sua herança cultural (valores, crenças e práticas), para se assemelhar ao grupo hospedeiro, que permanece inalterável e exerce influência sobre aquele. Porém, a relação de domínio constitui uma variável, e não um pré-requisito, do grau de aculturação e da direção da mudança durante a aculturação (Sam, 2006; Schwartz et al., 2010).

<sup>6</sup> Na primeira perspetiva, a aculturação gera mudança nos dois grupos, o da cultura de origem e o da cultura de assentamento, o que significa que os dois grupos e respetivos indivíduos se influenciam reciprocamente, dando origem a uma mudança que se opera em duas direções. Não há lugar à assimilação de uma cultura por outra nem os indivíduos despem a sua roupagem cultural de origem para vestir uma outra nova consonante com a cultura de acolhimento. A segunda perspetiva, associada à primeira, não vê as duas culturas em contato como mutuamente exclusivas, mas considera que um indivíduo, sem perder a sua identidade cultural original, pode ser portador de elementos da cultura que o recebeu, identificando-se com eles ou adquirindo-os (Sam, 2006).

<sup>7</sup> Os indivíduos biculturais “combinados”, detendo um repertório cultural adaptável a qualquer desafio e situação, revelam maior bem-estar psicológico, autoestima e níveis baixos de *stress* aculturativo (Schwartz et al., 2010). Chen e Starosta (1997) enfatizam a capacidade de sensibilidade intercultural das

pessoas em interação, fundamental para a comunicação humana. Os sujeitos mais sensíveis à interculturalidade revelam, no momento do contato, mais responsividade, perspicácia e atenção para receber, compreender e interpretar as mensagens produzidas de forma fluente e apropriada.

<sup>8</sup> «[...] Hence it is no surprise that greater variations in these cultural and psychological characteristics are predictors of relatively more difficult acculturation, less successful adaptation, and of conflictual, rather than more harmonious, intercultural relationships in plural societies» (Berry, 2006, p. 33).

<sup>9</sup> Isto apenas é possível se a sociedade majoritária adotar uma política inclusiva e de diversidade cultural que responda às necessidades e objetivos de todos os grupos que a compõem, inclusivamente os minoritários, e se estes, apesar de partilharem o desejo de manter o seu património cultural, respeitarem e reconhecerem os valores básicos da sociedade em geral (Berry, 2006).

<sup>10</sup> A título de exemplo, se a sociedade dominante esperar que os sujeitos da cultura minoritária adotem a sua cultura, e empreender políticas uniformizadoras e seguidoras da sua visão cultural, a nível da saúde, educação e justiça, não adaptando estas instituições nacionais às necessidades dos grupos não dominantes (“melting pot”), estes, caso procurem a diversidade e a equidade, muito dificilmente serão compreendidos como entidades culturais e apoiados pela sociedade geral.

<sup>11</sup> «These pre-conditions are: the widespread acceptance of the value to a society of cultural diversity (i.e., the presence of a positive *multicultural ideology*); relatively low levels of prejudice (i.e., minimal ethnocentrism, racism and discrimination); positive mutual attitudes among ethnocultural groups (i.e., no specific intergroup hatreds); and a sense of attachment to, or identification with, the larger society by all individuals and groups» (Berry, 2006, p. 36).

<sup>12</sup> As mudanças a nível de grupo, que ocorrem na sua estrutura social, organização política e práticas culturais (e.g. respeito pelas instituições estabelecidas, cumprimento de normas sociais), e as de nível individual (e.g. aprendizagem de uma língua, formas de vestir, preferências alimentares), que se refletem no comportamento de uma pessoa, implicam formas de adaptação psicológica e sociocultural que podem abranger várias gerações (Sam & Berry, 2010).

<sup>13</sup> «[...] Adaptation may or may not improve the “fit” between individuals and their environments. It is thus not a term that necessarily implies that individuals or groups change to become more like their environments (i.e., adjustment by way of assimilation), but may involve resistance and attempts to change environments or to move away from them altogether (i.e., by separation)» (Berry, 2005, p. 709).

<sup>14</sup> Se o indivíduo em aculturação sente bem-estar, saúde, confiança, autoestima e satisfação, passa por uma adaptação psicológica positiva; se o indivíduo tem um enquadramento profissional, poucos ou nenhuns problemas comportamentais e adquire competências socioculturais, designadamente linguísticas e comunicacionais, para conseguir gerir, negociar e tomar decisões sobre a sua vivência na nova sociedade, a sua adaptação é sociocultural (Sam & Berry, 2010). Fatores como a personalidade, acontecimentos importantes na vida, o apoio institucional e social e as políticas multiculturais da sociedade de assentamento são preditores de uma boa adaptação psicológica, e o elevado grau de contato com a sociedade majoritária e o conhecimento sobre a sua cultura, bem como atitudes intergrupais positivas influenciam uma boa adaptação sociocultural (idem).

<sup>15</sup> O comportamento adaptativo assume duas formas possíveis: a “empatia”, quando os indivíduos aprendem e assumem intencionalmente comportamentos (verbais e não verbais) alternativos e apropriados num contexto cultural diferente e que estão fora do seu quadro de referência internalizado. Num processo de acumulação, e não de assimilação, juntam esses comportamentos aos seus padrões comportamentais pessoais, criando um novo estilo de comunicação intercultural. Processa-se e compreende-se a realidade da cultura alvo pela adoção da sua perspetiva e de comportamentos



percebidos como adequados por esta cultura. A empatia evolui para a forma de “pluralismo cultural” quando o indivíduo dispõe de duas ou várias visões do mundo distintas e completas ou de quadros culturais múltiplos. O desenvolvimento destes quadros de referência necessita que se viva num contexto cultural diferente durante um longo período de tempo. Ao acumular a diferença através de dois ou mais quadros de referência, o indivíduo torna-se bicultural, multicultural ou pluralista, ou seja, aculturado em duas ou mais culturas (Bennett, 1986).

<sup>16</sup> Os indivíduos, com uma elevada sensibilidade cultural, conseguem comunicar culturalmente, isto é, são capazes de funcionar no seio de diferentes visões do mundo, de conseguir novas sínteses culturais, de adotar naturalmente estratégias de integração e de multiculturalismo e, conseqüentemente, de desenvolver relações sociais para além das suas fronteiras culturais (Bennett, 2004).

## ANEXO 2

<sup>1</sup> A obra foi publicada com este título, mas teve-se apenas acesso à obra traduzida em língua espanhola, *El psicoanálisis, su imagen y su público*, editada em 1979, que é indicada nas referências bibliográficas.

<sup>2</sup> Sá (1998) considera três as correntes teóricas complementares que partem da grande teoria das representações sociais de Moscovici: «uma mais fiel à teoria original, liderada por Denise Jodelet, em Paris; uma que procura articulá-la com uma perspectiva mais sociológica, liderada por Willem Doise, em Genebra; uma que enfatiza a dimensão cognitivo-estrutural das representações, liderada por Jean-Claude Abric, em Aix-en-Provence» (p. 65).

<sup>3</sup> «Una vez convertido en próprio y familiar, es transformado y transforma. [...] A decir verdad, deja de existir como tal para transformar-se en un equivalente de los objetos (o las nociones) a los cuales está sujeto por las relaciones y los lazos establecidos. O, lo que es igual, está representado en la medida exacta en que él mismo se convirtió, a su vez, en un representante y se manifiesta únicamente en este papel» (Moscovici, 1979, p. 42).

<sup>4</sup> A noção de “sociedade pensante” associa-se a uma outra, a de “polifasia cognitiva” (Moscovici, 1979), determinada pela «coexistencia dinámica de modalidades distintas de conocimiento, correspondientes a relaciones definidas del hombre y de su medio» (p. 202). Tendo em consideração que os indivíduos pertencem a diferentes grupos sociais e agem em ambientes plurais, na mesma sociedade coexistem vários tipos de pensamento e de conhecimento, não isolados, mas em comunicação permanente.

<sup>5</sup> «Representations can be shared by all the members of a highly structured group - a party, city or nation - without their having been produced by the group. These *hegemonic* representations prevail implicitly in all symbolic or affective practices. [...] Other representations are the outgrowth of the circulation of knowledge and ideas belonging to subgroups that are in more or less close contact. Each subgroup creates its own version and shares it with the others. These are *emancipated* representations.[...] Last, there are representations generated in the course of social conflict, social controversy, and society as a whole does not share them. [...] These *polemical* representations must be viewed in the context of an opposition or struggle between groups [...]» (Moscovici, 1988, pp. 221-222).

<sup>6</sup> «[...] incesantemente se piensa "a favor" o "en contra", es decir, que se acepta o rechaza de plano lo que se dice y, a no ser que se evite el diálogo, las opiniones se forjan en y por la controversia. La neutralidad, la consideración del pro y el contra, la distancia en relación a sí mismo o al otro, son difícilmente concebibles» (Moscovici, 1979, p. 180).

## ANEXO 3

<sup>1</sup> «La mémoire est partagée dans une collectivité (société, groupe social ou classe d'âge), qu'elle est constituée en appui sur des processus sociaux, comme la communication sociale, ou qu'elle est mise en forme par l'appel à des repères fournis par l'organisation sociale et les modes d'expression de la société» (Haas & Jodelet, 1999, p. 128).

<sup>2</sup> Esta categorização não é estanque, exaustiva nem inflexível, visto que cada memória, no seu processo psicossocial de construção ou atualização, pode transformar-se em outras ou ainda configurar o conteúdo de uma outra memória. Por exemplo, as memórias coletivas, pessoais e comuns são responsáveis pela construção da memória histórica (Sá, 2012b).

<sup>3</sup> Segundo Pollak (1989), os “dominantes” e os “dominados” numa sociedade veiculam lembranças próprias e não consensuais numa «fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável» (p. 8): os primeiros veiculam a “memória oficial” que é a memória nacional, e os segundos, “memórias subterrâneas” que foram remetidas ao silêncio durante gerações. Este sociólogo elucida-nos de que o silenciamento das memórias subterrâneas é, mais do que um silenciamento imposto pela memória dominante e opressora, um silenciamento autoimposto pelos grupos que, sustentando sofrimento, acumulando ressentimentos passados e guardando lembranças “traumatizantes”, esperam pela sua libertação e expressão no espaço público. As memórias subterrâneas, apesar de impercetíveis e silenciosas, não se fazem esquecer por aqueles que as detêm e que as perpetuam como que de uma forma “clandestina”. Estes “não-ditos” são justificados «pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos» (ibidem) e, por isso, as lembranças são descritas como “proibidas”, “indizíveis” ou “vergonhosas” pelo grupo minoritário que prefere guardar silêncio.

<sup>4</sup> Sá (2007) acolhe o conceito tradicional de “memória coletiva” de Halbwachs (1968) para designar «as memórias que, em seu processo de construção, são objeto de discursos e práticas colectivas por parte de grupos sociais razoavelmente bem definidos» (Sá, 2007, p. 293).

<sup>5</sup> Sá (2015) acrescenta ainda que as memórias históricas são essencialmente «construídas por populações que viveram ou estiveram implicadas em fatos que vieram a se tornar “históricos”. Na contemporaneidade, tais envolvimento formam uma espécie – valorizada ou depreciada – de “herança do passado” para os membros remanescentes ou sucessores daquelas populações» (p. 268).

<sup>6</sup> A distinção entre “lugares de história” e “lugares de memória” de Nora (1984) contribui para clarificar o sentido de *memória histórica documental*. Os documentos, sejam eles textos escritos, obras de arte ou monumentos, são “lugares de história”, a âncora material e simbólica da memória, mas que se convertem em “lugares de memória”, quando são pela população, investida de uma “vontade de memória”, mobilizados. Essa apropriação dá-se quando ela os lê, os visita ou os aprecia: «La matérialisation de la mémoire s'est ainsi, en peu d'années, prodigieusement dilatée, démultipliée, décentralisée, démocratisée» (idem, p. XXVII).

<sup>7</sup> A propriedade “paradoxal” de que nos fala Bôas (2014, 2015) advém precisamente da natureza das representações sociais que, pela sua plasticidade e estabilidade, conciliam a «permanência e mudança, continuando dependentes do passado, por meios dos processos de ancoragem, sem deixarem, contudo, de se modificar de acordo com os diferentes contextos» (idem, p. 247).

<sup>8</sup> «[...] le souvenir est dans une très large mesure une reconstruction du passé à l'aide de données empruntées au présent, et préparée d'ailleurs par d'autres reconstructions faites à des époques antérieures et d'où l'image d'autrefois est sortie déjà bien altérée» (Halbwachs, 1968, p. 57).

<sup>9</sup> «Además, esta noción se nos aparece com más claridade, por haber comprobado que, para penetrar en el universo de un individuo o de un grupo, el objeto entra en una serie de relaciones y articulaciones com otros objectos que ya están allí, de los cuales toma propiedades y les da las suyas» (Moscovici, 1979, p. 42).

<sup>10</sup> «A existência, portanto, de um sistema resistente à mudança na base das representações sociais aponta uma “historicidade estrutural” que interage com as condições sociológicas e normativas de uma dada sociedade servindo como “guia para ação”» (Bôas, 2014, p. 592).

<sup>11</sup> «Si las representaciones son determinadas por las normas y valores, por la historia del grupo y su memoria colectiva, por sus "matrices culturales de interpretación", también lo son por el conjunto de conductas, pasadas o actuales de los actores sociales» (Abric, 2001b, p. 213).

<sup>12</sup> O sociólogo (1968) atentou duas dimensões na construção da memória coletiva: (a) os factos e os acontecimentos que os grupos assumem fazer parte da sua memória coletiva – dimensão grupal; (b) a posição que um grupo tem no espaço social (dominante ou dominada) e o tipo de relações que se estabelecem entre grupos sociais (oposição ou conciliação) – dimensão social.

## ANEXO 4

<sup>1</sup> Excepcionalmente, com Yongle (1403-24), imperador Ming, viveu-se um período de abertura ao exterior, em que se incentivaram e concretizaram muitas viagens comerciais e missões diplomáticas a vários países, designadamente à Índia (Haw, 2016), onde inclusivamente os Chineses tinham uma feitoria, chamada “Chinacota” (Loureiro, 1992). A admiração e respeito que a China inspirava por parte de outros países vizinhos do Sudeste Asiático, deveu-se ao general da frota chinesa, o eunuco Zheng He, o grande responsável por essas expedições marítimas. Estes empreendimentos visavam sobretudo fazer reconhecer a suserania do Império dos Ming no Sudeste Asiático e no oceano Índico (Haw, 2016). Ainda antes da chegada dos Portugueses, por altura do primeiro imperador Ming, Hongwu (1368-98), apesar de serem encorajadas as relações tributárias formais com o Sudeste Asiático, já se procediam às primeiras tentativas de limitar os contatos estrangeiros (Gungwu, 1998).

<sup>2</sup> Desde o início que os sistemas tributário e diplomático, que regiam as relações entre a China e o exterior, tiveram ascendência sobre o relacionamento luso-sínico. Tomé Pires expõe as suas principais linhas na sua obra. As missões diplomáticas vindas de várias regiões do Sudeste Asiático, tais como Champa, Cochinchina, Léquios, Japão, Java, Sião, Pacém e Malaca eram enviadas de cinco em cinco ou de dez em dez anos, sendo que os respetivos embaixadores levavam «o selo da China a el-rei da China e [...] do melhor de suas terras do que sabem que lá querem» (citado por Cortesão, 1978, p. 254), isto é, produtos valiosos e exóticos. As embaixadas tributárias tinham, assim, o dever diplomático de visitar periodicamente a China, de modo a confirmar o seu estatuto de vassalagem em relação ao Imperador chinês, aceitando a sua suserania em troca de proteção, mas também o direito comercial de desenvolverem intensas relações mercantis nos portos chineses. Os embaixadores podiam daqui entrar e sair, mas não podia sair «nenhum chinês para a banda do Sião, Java, Malaca, Pacém e daí em diante sem licença dos regedores de Cantão» (citado por *ibidem*).

<sup>3</sup> A política adotada não implicava que a negociação no exterior fosse impossível. Simplesmente tornou-a ilegal, secreta e, em grande parte, não registrada. Esta política xenófoba deveu-se ao facto de, desde os primeiros tempos da dinastia Ming, as regiões costeiras serem atacadas e destruídas por bandos de corsários Japoneses, Coreanos e, até mesmo, Chineses, que se dedicavam a negócios frutuosos mas ilegais, não hesitando em entrar nas terras para pilhá-las e aproveitar-se dos barcos dos mercadores. Esta conjuntura agravou-se no reinado de Zhengde, com o desenvolvimento do comércio marítimo no sudeste asiático (Gruzinski, 2015; Gungwu, 1998).

<sup>4</sup> Esta cidade costeira era uma das maiores da China, onde se realizava todo o trato, mas bem vigiada e fortificada: «A cidade de Cantão é à boca da foz de um grande rio que tem de preia-mar três braços e quatro. A cidade que se vê da foz está assentada em terra chã sem monte. Tem toda a casaria de pedra e cercada de muro, que dizem que é de sete braços de largo e outras tantas de alto. [...] E tem portos onde estão muitos juncos grandes. Vigia-se a cidade, fecham-se as portas, que são fortes» (citado por Cortesão, 1978, pp. 195-196).

<sup>5</sup> Os Imperadores Ming concentraram os seus esforços para resolver o agravamento dos problemas na Ásia Central e a pressão dos Mongóis (dinastia Yuan) sobre a fronteira norte do Império, para além de se preocuparem permanentemente com o incremento da insegurança da costa, derivada do aumento da pirataria japonesa (Gungwu, 1998).

<sup>6</sup> A «corrida para Malaca», nas palavras de Loureiro (2000, p. 120), justifica-se pelo facto de se ter transformado, desde o início da sua fundação por emigrantes javaneses no século XV, no principal entreposto comercial do Sudeste Asiático, isto é, na paragem obrigatória para a navegação efetuada entre o Índico e o Extremo Oriente, mantendo ativas todas as redes mercantis da Ásia Oriental.

<sup>7</sup> Este intuito de D. Manuel I está bem presente nas instruções/ordens de inquérito que deu a Lopes de Sequeira, e que foram transcritas por Afonso de Albuquerque nas suas *Cartas*. Ramos (1990) faculta algumas: «Perguntareis pelos chins, e de que partes vêm, e de quão longe, e de quanto em quanto vêm a Malaca, ou aos lugares em que tratam, e as mercadorias que trazem, e quantas naus deles vem cada ano, e pelas feições de suas naus, e se tornam no ano em que vêm, e se têm feitores ou casas em Malaca, ou em outra alguma terra, e se são mercadores ricos, e se são homens fracos, se guerreiros, e se têm armas ou artilharia, e que vestidos trazem, e se grandes homens de corpos, e toda a outra informação deles, e se são cristãos, se gentios, ou se é grande terra a sua, e se têm mais de um rei entre eles, e se vivem entre eles mouros ou outra alguma gente que não viva na sua lei ou crença, e se não são cristãos, em que crêem, ou a que adoram, e que costumes guardam, e para que parte se estende sua terra, e com quem confinam» (citado por idem, p. 159).

<sup>8</sup> Malaca era o centro de um imponente sultanato muçulmano, governado desde 1488 pelo sultão Mahmud Xá, que exercia suserania sobre vários territórios adjacentes e que rompera as relações de dependência com o reino do Sião. Entretanto, estabelecera uma relação de vassalagem com a China. Deste modo, o porto de Malaca era visitado com regularidade por juncos chineses, sobretudo os das províncias de Guangdong e de Fujian, existindo mesmo uma rica comunidade chinesa na cidade de Malaca (Loureiro, 2000).

<sup>9</sup> Na transcrição dos excertos narrativos efetuaram-se ligeiras mas indispensáveis modificações de forma a torná-los mais legíveis ao leitor: atualizou-se a ortografia sempre que necessário, introduziu-se pontuação para tornar o texto menos confuso e regularizou-se o uso de maiúsculas.

<sup>10</sup> Os Portugueses deveriam levar 60 naus carregadas de produtos, como o cravo e a noz-moscada entre outros, em boas condições. Porém, o regedor local não cumpriu o acordo, tendo-se desculpado com a detenção de duas embarcações malaias que transportariam os ditos produtos, e entregando-lhes, segundo Castanheda (1552a), mercadorias estragadas, «sujas e molhadas» (p. 217).

## ANEXO 4a

### *Mapa das províncias da China entre os séculos XVI e XVII*



Fonte: Flores, J. (2000). Os anos da “gestação”. In A. Marques (Dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente* (Vol. 1, Tomo II, p. 163). Lisboa: Fundação Oriente.



## ANEXO 4b

### *Retrato oficial do Imperador Zhengde (séculos XVI)*



Fonte: Flores, J. (2000). Os anos da “gestação”. In A. Marques (Dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente* (Vol. 1, Tomo II, p. 150). Lisboa: Fundação Oriente.



## ANEXO 5

<sup>1</sup> É reconhecida a diligência promovida por Afonso de Albuquerque «acerca de inquirir todos os Reinos, e Províncias daquele Oriente, trabalhando por saber o estado dos Príncipes delas, e como se governavam, e os tratos, e comércios que entre si tinham» (Barros, 1777c, p. 173). De Malaca, o Governador enviou expedições ao Sião, às Molucas, a Pegu, a Java e à China, não deixando de recomendar ao Capitão desta praça, Rui de Brito Patalim, «que não partisse navio de mercadores daquela Cidade, onde não fosse um Português homem de bom espírito, e disposição para trazer informação do que visse, e ouvisse daquelas regiões, e tantas mil ilhas, como aquele mar Oriente tem» (idem, p. 174). Mas a verdadeira expedição em direção à China é somente organizada após a conquista de Malaca (Loureiro, 2000).

<sup>2</sup> A palavra “descobrimento” é utilizada por Barros (1777c), quando refere que D. Manuel I, «estando avisado da grandeza daquele Oriente, e da muita riqueza que nele havia, assim de coisas notáveis, [...] determinou enviar uma Armada a este descobrimento, principalmente a Bengala, e à China, por lhe dizerem serem os Reinos do maior comércio, e os mais ricos, e poderosos que havia do Cabo Camorim em diante» (p. 175). Também, mais tarde, em 1515, o italiano Giovanni da Empoli relataria, numa carta escrita em Cochim, os sucessos portugueses em matéria de descobertas: «Et de plus, ils ont découvert la *china*, où sont encore nos hommes. C'est la plus grande richesse qui soit au monde...» (citado por Kammerer, 1944, p. 10).

<sup>3</sup> Expressão de Tomé Pires, escrivão da feitoria e contador e vedor das drogarias de Malaca, e futuro embaixador português na China, para designar a ilha que servia de ancoradouro dos navios estrangeiros. Os Chineses autorizavam as embarcações a ancorarem numa «ilhas junto com a terra firme de Nantó, onde estão os portos já determinados de cada nação, a saber, Pulo Tumom e outros» (citado por Loureiro, 1996, p. 196), mas proibem-nas de entrar em Cantão, com medo de lha tomarem, muito por causa da pirataria que se fazia sentir nos mares da China (idem).

<sup>4</sup> O organizado processo pelo qual se regulavam as trocas comerciais é dado a conhecer detalhadamente na *Suma Oriental*, de Tomé Pires: «Ali ancoram os de Malaca no porto de Tumom e os de Sião no porto de Hucham. [...] O senhor de Nantó, vendo os juncos, faz logo saber a Cantão como são juncos entrados nas ilhas. Saem os estimadores de Cantão a estimarem as mercadorias, recebem seus direitos, trazem mercadoria tanta que abasta, que assim a terra está em costume de tanto valer tanto. [...] Despachados, torna-se cada um à sua terra» (citado por Loureiro, 1996, p. 198).

<sup>5</sup> Os navios estrangeiros chegavam aos portos do litoral cantonense, transportando vários produtos que interessavam à China e que provinham sobretudo do Sudeste Asiático e da Índia – pimenta, cravo, noz-moscada, incenso, dentes de elefante, estanho, lenho-aloés, cânfora, sândalo branco, pau-preto, pau-brasil, chamalotes, escarlatas e panos de lã. Nessas ilhas do litoral realizavam-se o habitual trato que movimentava a região. Por sua vez, os mercadores chineses podiam fornecer, em grandes quantidades, porcelanas, sedas brancas ou de cores, cetins, damascos, tafetás, outros panos de seda, brocados e ainda objetos de cobre e de ferro fundido, como vasos e tachos. Também se obtinham aljôfar, almíscar em pó, cânfora, abarute, pedra-ume, enxofre, cobre, ferro e ruibarbo. Leques e agulhas vendiam-se com abundância, pois «é boa mercadoria» (citado por Loureiro, 1996, p. 199). «Tem grande quantidade de açúcar a terra da China, é bom. [...] O sal é grande mercadoria entre os Chis» (citado por idem, p. 200). Efetuadas as trocas, os navios regressavam aos seus locais de origem.

<sup>6</sup> Jorge Álvares teria redigido um extenso e pormenorizado relatório com base na recolha de preciosas informações geográficas e mercantis da China, mas foi dado como perdido, tendo Tomé Pires aproveitado esses registos para a sua *Suma Oriental* (Loureiro, 2000).

<sup>7</sup> Alves (1999) chama à atenção para os dois modelos expansionistas portugueses que influíram na natureza do relacionamento diplomático luso-chinês entre os séculos XVI e XVIII e que, por isso, determinariam a abertura de dois canais diplomáticos coexistentes: por um lado, a diplomacia oficial da Coroa portuguesa ou do Estado da Índia, definida por Lisboa ou Goa, que servia os interesses da empresa régia e se estendia desde a África Oriental até ao extremo sul da Insulíndia; por outro lado, a diplomacia particular dos mercadores portugueses e luso-asiáticos, fora do controlo da rede oficial, que respondia aos interesses da iniciativa privada e abrangia as regiões da Insulíndia até ao mar da China.

<sup>8</sup> Uma cuidada e pormenorizada biografia de Tomé Pires encontra-se em Cortesão (1978, 1990) e Loureiro (1996).

<sup>9</sup> Certamente que D. Manuel I deveria dispor de informações sobre a necessidade de se incluir um embaixador na expedição e sobre o carácter da etiqueta cerimonial que a diplomacia chinesa impunha aos estrangeiros. Antes de 1516, já Tomé Pires tinha destacado a importância da receção de embaixadas para a civilização do Império do Meio, assim como Duarte Barbosa (Loureiro, 1996; Machado, 1946).

<sup>10</sup> É pertinente destacar a dimensão desta embaixada em termos da sua composição, visto que partiu de uma iniciativa régia e, por conseguinte, em navios reais onde seguiram vários funcionários e oficiais da Coroa, e a nível da sua força. Barros (1777c) fala de treze naus que «El-Rei mandou aperceber» em Lisboa, «em que haviam de ir mil e quinhentos homens de armas, além dos mareantes, muita parte da qual gente eram Fidalgos, e cavaleiros, e outra homens de boa criação» (p. 3). Entre os Capitães da frota que acompanharam Peres de Andrade à China destacam-se Simão de Alcáçova, Jorge de Mascarenhas, António Lobo Falcão, Pêro Soares, Jorge Botelho do Pombal, Manuel de Araújo e Martim Guedes (idem; Castanheda, 1553).

<sup>11</sup> Poderá parecer precipitada a atuação do Capitão-Mor, mas se tivermos em conta que Tomé Pires, conhecedor da realidade chinesa e a bordo da expedição, lhe terá fornecido indicações otimistas sobre a possibilidade de as embaixadas ancorarem em Cantão e fazerem a mercancia, a proximidade entre esta cidade e Pequim e sobre a suposta fraqueza do poderio naval chinês, não seria assim tão imprudente (Cortesão, 1978).

<sup>12</sup> Esta forma estranha como se fizeram anunciar foi reparada por Barros (1777c): «[...] e estava um chamado pelo nome de ofício Puchanci, que servia em lugar do Tutam, o qual mandou logo recado a Fernão Peres, que se espantava dele naquela sua entrada fazer três coisas contra a ordenança da Cidade: a primeira vir sem licença dos Governadores dela, a segunda, tirar com artilharia, e a terceira, arvorar bandeira, ou lança» (p. 211). Na China, as bandeiras e estandartes eram unicamente utilizados por funcionários superiores da administração e as armas de fogo em atividades militares. Daí, os tiros terem causado tanto espanto à população e às autoridades cantonenses (Loureiro, 2000).

<sup>13</sup> O Tutão era o Vice-Rei, a autoridade principal da cidade sobre a qual tinha jurisdição, o Cantam ou Concam (*conquão*) um funcionário financeiro, e o Chumpim ou Compim, comandante do exército da província (Castanheda, 1553).

<sup>14</sup> Funcionário do Tribunal de Contas e inspetor que detetava irregularidades no funcionamento dos governos provinciais (Loureiro, 2000). Chang (1997) acrescenta que era um comissário imperial com amplos poderes e que visitava as províncias chinesas uma vez por ano.

<sup>15</sup> Um dos membros desse grupo diplomático, Cristóvão Vieira, identifica os nomes dos seis portugueses: Duarte Fernandes, Francisco de Budoia, Cristóvão de Almeida, Pêro de Freitas, Jorge Álvares e ele próprio, Cristóvão Vieira (Loureiro, 1992, pp. 38-39). Não se deve confundir este Jorge Álvares aqui mencionado com o seu homónimo já conhecido, o capitão Jorge Álvares, o primeiro português que desembarcara em terras chinesas em 1513, e que também nesta ilha dava notícias, em 1518, a Fernão

Peres de Andrade sobre os ataques do antigo sultão de Malaca ao porto malaio. Barros (1777d) informa que o Capitão Jorge Álvares faleceu de doença, em 1521, na ilha de Tamão. No total, a comitiva perfazia 25 homens, desde escravos e homens de armas a vários intérpretes (Loureiro, 2000).

<sup>16</sup> Nenhuma fonte quinhentista portuguesa refere explicitamente o conteúdo do presente de D. Manuel I para o Imperador Zhengde (Loureiro, 2000). Ping e Zhiliang (2003) avançam com a hipótese de o presente ter sido preparado de modo improvisado e ser desprovido de grande riqueza, uma vez que a embaixada «teria mais por objectivo um reconhecimento no terreno do que apresentar-se como uma embaixada propriamente dita» (p. 701). Isto justifica o facto de Cristóvão Vieira não se lembrar ao certo das mercadorias que a comitiva transportava (Loureiro, 1992).

<sup>17</sup> Dois acontecimentos foram determinantes para o regresso de Andrade à ilha da *veniaga*, onde chega em finais de fevereiro de 1518. O ataque de corsários aos navios de Simão de Alcáçova, apesar dos prejuízos terem sido mínimos, e a morte do feitor, Giovanni da Empoli, e de muitos homens da tripulação por causa, provavelmente, da malária (Barros, 1777c).

<sup>18</sup> A armada de Fernão Peres de Andrade chega a Lisboa em meados de 1520, simbolizando para Portugal o reconhecimento não só da extrema importância económica e mercantil do Império do Meio, como também o da consolidação do relacionamento luso-sínico (Loureiro, 2000).

<sup>19</sup> Simão de Andrade capitaneava a nau *Santa Bárbara*, sendo acompanhado por mais três embarcações armadas de artilharia sob a capitania de Jorge Botelho, Álvaro Fuzeiro e Francisco Rodrigues (Castanheda, 1553).

<sup>20</sup> Também o cronista Barros (1777d) não deixa de salientar que a violação das leis e costumes chineses, por parte deste homem «cavalheiro de sua pessoa, muito pomposo, glorioso, e gastador» e que «todas suas obras eram com grande majestade» (idem, p. 16), despoletaram a desconfiança por parte das autoridades chinesas. Cortesão (1978) refere mesmo que «a sua vaidade, capricho e violência constituíram a «causa principal do desastroso fim da Embaixada de Tomé Pires e de todas as desgraças que os portugueses sofreram na China durante mais de trinta anos» (p. 33).

<sup>21</sup> «Ses violences, ses hostilités, les actes de brutalité et de dédain qu'il se permit vis-à-vis des mandarins chargés de prélever les droits, dressèrent contre lui toutes les autorités, transformèrent leurs dispositions, d'abord purement prudentes et réservées, en méfiance incurable» (Kammerer, 1944, p. 28).

<sup>22</sup> Loureiro (2000) afirma que é muito provável que o *Venturoso* tenha insistido com Andrade na construção dessa fortaleza no litoral chinês, porque Martim Afonso de Melo, futuro Capitão-Mor enviado à China, que trocara impressões com Simão de Andrade no litoral indiano sobre a viagem da China, expõe numa carta sua para o Reino que o principal assunto abordado por Andrade foi precisamente o assentamento da fortaleza que El Rei lhe mandou fazer. Também Costa (1996) reitera que as boas relações que Fernão Peres de Andrade havia estabelecido com as autoridades de Cantão despoletaram a decisão de D. Manuel I em mandar construir uma fortaleza na costa da China.

<sup>23</sup> Simão de Andrade e os seus homens tinham verificado que, não obstante o Celeste Império conseguir comprar sete ou oito mil quintais de pimenta por ano, fazia-se sentir a forte concorrência dos barcos do Sião. Assim se explica, segundo Loureiro (2000) e Costa (1996), o procedimento de Andrade em impedi-los de efetuarem o descarregamento dos respetivos fretes, já que o monarca desejava que os Portugueses tivessem o monopólio da venda de pimenta à China.

<sup>24</sup> Uma das principais insígnias de um mandarim letrado era o barrete, oferecido pelo Imperador (Loureiro, 1992). Qualquer pessoa podia atingir este grupo social, o mandarinato, por meio de intensos

estudos e exigentes exames controlados pelo poder central. Os funcionários públicos eram recrutados deste grupo específico (Gruzinski, 2015).

<sup>25</sup> Chang (1997) esclarece que Huo-zhe Ya-san (Hoja Yasan) era um chinês ultramarino ao serviço da embaixada portuguesa, que dominava ambas as línguas. De acordo com a *Crónica Geral de Guangdong (Guangdong Tongzhi)*, o *jurubaça* Yasan foi, provavelmente, apresentado pelo eunuco Ning Cheng a Chiang Pin, poderoso ministro e eunuco favorito do Imperador Zhengde. Sendo um homem muito inteligente e com uma posição de destaque, parece ter tido muita influência sobre o Imperador e Chiang Pin, uma vez que integrou alguns membros da embaixada portuguesa no grupo restrito de Zhengde e possibilitou o seu “apadrinhamento” por parte de Chiang Pin (Ping & Zhiliang, 2003).

<sup>26</sup> Isto foi possível, de acordo com Ping e Zhiliang (2003), graças à fraude cometida entre Hoja Yasan e Ning Cheng: como a fisionomia dos Portugueses não era semelhante à dos de Malaca, Yasan fez-se passar pelo “embaixador da missão”, e as fontes chinesas registaram-no, de facto, como “embaixador” da missão de Malaca. Equivocamente, a embaixada portuguesa seguiu para a capital com um “embaixador”, não português mas chinês. Estes investigadores não hesitam em afirmar que «a primeira embaixada portuguesa e europeia à China terá, afinal, contado com dois embaixadores, o português Tomé Pires e o chinês Hoja Yasan» (idem, p. 713). O plano astucioso mas fraudulento do *jurubaça* em acelerar o processo diplomático seria posteriormente desmascarado pelo desapossado sultão de Malaca.

<sup>27</sup> A carta de Cristóvão Vieira não deixa de despoletar algumas dúvidas se atendermos ao facto de o tradicional costume diplomático da China impedir que estrangeiros se avistassem com o Imperador, como é reiterado por Tomé Pires, na sua *Suma Oriental* (Cortesão, 1978). Já Loureiro (2000), tendo em consideração que esta carta fora redigida por um dos membros da embaixada de Tomé Pires que presenciou o desenrolar dos acontecimentos, coloca a hipótese de o próprio Imperador ter quebrado o rígido protocolo diplomático. Esta explicação é também acolhida por Gruzinski (2015), que afirma que a imagem deste soberano, nas crónicas oficiais e gazetas publicadas, saiu bastante desfavorecida, apresentando-o como um homem ocioso, guerreiro, irreverente e excêntrico. Um homem que regularmente «viajava para fora dos muros da Cidade Proibida» e «frequentava embaixadas estrangeiras de passagem por Pequim» (idem, pp. 44-45). Estas suspeitas são finalmente confirmadas por uma fonte coreana coeva, *Lichao Shilu (Crónicas Verídicas da Dinastia Li)*, publicada pelo investigador Zhiliang, em 2003, que fornece novos e inéditos esclarecimentos sobre o fracasso da embaixada de Tomé Pires. Um deles é precisamente que Zhengde tinha a prática regular de trazer em sua companhia poucos membros das embaixadas que se encontravam na China: «Quando o imperador chinês sai em inspecção, costuma mandar fazer parte da sua comitiva imperial duas ou três pessoas das embaixadas, tais como da Tartária, dos muçulmanos, Folangji, Champa, Lama, entre outros, a fim de aprender algumas palavras das suas línguas ou para observar quais as artes que têm» (citado por Ping & Zhiliang, 2003, p. 707). Na mesma fonte coreana escreve-se: «[...] no início da sua embaixada tributária o Imperador Chinês os encontrou no caminho durante a sua inspecção e foi visitá-los à pousada onde estavam» (citado por idem, p. 709). Ainda outras fontes chinesas testemunham que o imperador Zhengde, nos seus passatempos, aprendia o português com Huo-zhe Ya-san (idem).

<sup>28</sup> «Virão gentes franges com muitas armas e bombardas, gentes fortes, e não pagavam direitos segundo o costume, e fazem forcas. E assim ouvirão dizer que estas gentes tinham tomado Malaca e roubada e muita gente morta, que o rei não lhe devia receber seu presente, e se lho quisesse receber que dissessem com que reinos confinava o reino dos franges. Que os mandasse, que os não devia receber» (citado por Loureiro, 1992, p. 29).

<sup>29</sup> «Os franges não queriam pagar os direitos, e que tomavam os direitos aos Siameses, e os prendiam e lhes selavam os seus juncos, e punham guardas neles e não lhes deixavam fazer mercadoria nem pagar

os direitos, e tinham uma fortaleza feita de pedra, coberta de telha e cercada de artilharia, e dentro muitas armas, e que furtavam cães e que os comiam assados, e que vinham a Cantão pôr força, e que traziam bombardas em somas, descobrindo os rios, que tiravam bombardas diante a cidade e em outros lugares defesos» (citado por Loureiro, 1992, p. 29).

<sup>30</sup> Estes altos-funcionários da capital imperial, os mais dotados, assim como os letrados confucianos, faziam parte de uma gigantesca máquina administrativa e judicial que controlava a China e garantia a sua antiguidade e continuidade no poder através de vários concursos de recrutamento (Gruzinski, 2015). Já se observou que a personalidade e atuação do Imperador Zhendge chocava com esta ordem e estabilidade, mas sendo o Imperador a sua encarnação, ele agiu «senão em conformidade com o que os seus ministros julgavam melhor servir os interesses dos seus súbditos» (Chang, 1997, p. 68).

<sup>31</sup> Esta cerimónia, que servia para ensaiar pormenorizadamente todo um conjunto de passos e de prostrações para a futura audiência com o *Filho do Céu*, consistia no seguinte: «[...] fazer 5 mensuras diante de um muro das casas do rei, todos em ordem, com ambos os joelhos no chão e a cabeça e o rosto na terra, de bruços; assim então até que os andavam levantar 5 vezes a esta parede» (citado por Loureiro, 1992, p. 28).

<sup>32</sup> Parece aqui residir uma informação contraditória sobre a causa de morte do principal intérprete, Huozhe Ya-san, uma vez que Chang (1997) informa que, quando o Imperador deu ordens para expulsar os Portugueses da China, este *jurubaça* mais importante, tendo sido desmascarado, foi executado como "criminoso principal". O relato chinês *Jingxuzhai Xiyinglu (Antologia de Estimação do Tempo da Sala da Nulidade Silenciosa)*, que descreve a chegada da embaixada de Tomé Pires a Cantão, confirma que este «intérprete foi acusado e condenado» (citado por Ping & Zhiliang, 2003, p. 692).

<sup>33</sup> Na viagem de Nanquim a Pequim, Zhengde resolvera pescar numa embarcação na qual escorregou, provocando a sua queda nas águas do Grande Canal, artéria principal que liga o norte ao sul do país. No seguimento deste acidente, adoeceu gravemente com uma pneumonia, acabando por falecer a 20 de abril de 1521, com 30 anos (Chang, 1997; Gruzinski, 2015; Loureiro, 2000).

<sup>34</sup> Tribunal que estava encarregado de organizar o protocolo das missões tributárias e ao qual todos os enviados estrangeiros se tinham de dirigir quando entravam nesta cidade (Chang, 1997; Loureiro, 1992).

<sup>35</sup> O *pochanci* correspondia ao Tesoureiro Provincial e o *anchaci* ao Juiz Provincial (Cortesão, 1978).

<sup>36</sup> Com base no diário de Yang Tinghe, um ministro influente da Corte de Jiajing, Ping e Zhiliang (2003) defendem que não houve uma ordem explícita da Corte imperial para se deter a embaixada portuguesa em Cantão. Segundo aquela fonte, a intenção inicial seria somente a sua repatriação através de Cantão, por onde entrou na China.

<sup>37</sup> No seguimento destas instruções e com alguns atrasos, a carta para o rei português e mais duas cópias da mesma para o Capitão de Malaca e para o Governador da Índia foram enviadas num junco malaio para serem entregues em Malaca aos seus destinatários. No entanto, os portadores destes documentos imperiais, que fizeram escala em Patane, não chegaram a entregá-los devido a um ataque que sofreram por parte dos Portugueses, que continuavam a dominar Malaca, segundo aí tinham confirmado. As autoridades chinesas obrigaram Tuan Mahamed e o seu companheiro, Coja Hasan, sob a ameaça de deixarem de lhes fornecer mantimentos, a realizarem tamanha missão. Todavia, devido ao mau tempo, o junco onde seguiam teve o azar de se perder na costa do Bornéu (Loureiro, 1992). Parece que seria este acidente que levaria o Imperador Jiajing a desistir das diligências para devolver Malaca ao seu antigo sultão (Loureiro, 2000).

<sup>38</sup> «A catorze dias de Agosto de XDXII lançou o *pochaci* a Tomé Pires correntes nas mãos, aos da companhia correntes e ferros nos pés, as correntes asseladas nos pulsos, e nos tomaram toda a fazenda que tínhamos. Assim, com cadeias nos pescoços e por meio da cidade nos levaram a casa do *anchaci*. Ali nos quebraram as prisões e nos deitaram outras mais fortes cadeias nas pernas, correntes asseladas e cadeias nos pescoços, e dali nos mandaram a esta cadeia» (citado por Loureiro, 1992, p. 30).

<sup>39</sup> Tomé Pires e Pêro de Freitas morreram de doença na prisão, e Cristóvão Vieira indica mesmo a data da morte do embaixador: maio de 1524. Jorge Álvares pereceu no seguimento de uns “açoites” dados pelo embriagado escrivão da cadeia. Apenas Duarte Fernandes e Francisco de Budoia não faleceram em circunstâncias de cativo (Loureiro, 1992). A sorte de Tomé Pires tem suscitado alguma controvérsia. Alguns historiadores afirmam que escapou à execução e foi exilado para uma cidade do interior do Império, onde morreu. Para mais esclarecimentos aconselha-se a consulta de Cortesão (1978, 1990) e Loureiro (1996, 2000).

<sup>40</sup> Não há nenhuma informação certa na documentação coetânea acerca de viagens portuguesas patrocinadas pela Coroa portuguesa à China durante esta década. O regresso ao litoral chinês pelos navios portugueses ocorre apenas em 1533. Por isso, esta década é marcada pela ausência de notícias sobre a China, sendo apenas algumas disponibilizadas nas cartas de Cristóvão Vieira e Vasco Calvo (Chang, 1997; Costa, 1996; Loureiro, 2000).

## ANEXO 6

<sup>1</sup> É a narrativa mais pormenorizada e circunstanciada do primeiríssimo encontro histórico que se deveu ao seu autor anónimo (Loureiro, 1997b, 2000). Esta compilação presta-nos um testemunho das impressões vivenciais que os Portugueses tiveram sobre os *Chins* que se encontravam em Malaca, e que surgem num contexto em que a China era apenas uma miragem. Por isso, ainda se possuíam escassas e indefinidas informações sobre esta civilização (idem).

<sup>2</sup> As duas obras aproximam-se pela sua estrutura e conteúdo: para além de informações de carácter geográfico e mercantil/comercial, são divulgadas as relativas à sociedade, cultura, etnografia, sistema político e religião dos vários povos da Ásia marítima (Cortesão, 1978; Machado, 1946). Apesar de ambas se preocuparem especialmente com questões de ordem mercantil, e comparando as duas obras a nível das informações sobre a China, ao contrário da descrição sobre este reino na *Suma Oriental*, com dados mais ricos e variados, a do *Livro* de Duarte Barbosa é mais curta e quase dedicada aos aspetos económicos do Império Celeste. Isto deve-se aos percursos de vida dos seus autores (Loureiro, 2000).

<sup>3</sup> A valorização de questões económicas, sobretudo no *Livro*, em detrimento de outros assuntos prende-se, não só com esta maior escassez de informações sobre a realidade chinesa, como também com o facto de, nesta altura, a natureza essencialmente mercantil das expedições portuguesas à China, designadamente a de Jorge Álvares e de Rafael Perestrelo, espelharem o carácter economicista dos objetivos da Expansão portuguesa no Oriente (Loureiro, 2000). Tais contatos luso-chineses não exigiram um conhecimento aprofundado da realidade cultural chinesa (Loureiro, 2000). Acima de tudo, a curiosidade pelo *Outro* civilizacional era despoletada pela possibilidade de se explorar e controlar um mercado altamente lucrativo e potencialmente parceiro comercial de Portugal. Daí o rigor com que Barbosa expõe o funcionamento do comércio externo, com a identificação dos principais produtos importados e exportados da China. Por isso se explica que, enquanto o tratado do boticário e feitor das drogas de Malaca dedica dois terços do seu espaço ao Extremo Oriente, o *Livro* do escrivão da feitoria de Cananor privilegie extensamente os aspetos económicos e sociais das regiões do Malabar, no litoral ocidental do Indostão (Cortesão, 1978; Machado, 1946).

<sup>4</sup> Duarte Barbosa nunca viajou para leste do Ceilão e apenas desempenhou atividades e cargos oficiais na costa ocidental do Indostão. Por isso, não teve acesso à mesma qualidade e quantidade de informações e notícias sobre a China em Cananor, que o seu conterrâneo Tomé Pires teve em Malaca, apesar de na Índia os Portugueses aí residentes já disporem em, 1516, de variadas informações sobre a China (Loureiro, 2000). Ele próprio afirma que dos *Chins* não tem muita informação (Machado, 1946) e mostra a sua preocupação em confrontar a credibilidade dos seus testemunhos de segunda mão, como os de «mouros, cristãos e gentios» (citado por idem, p. 13), de forma a produzir uma lição rigorosa e útil, pois supostamente seriam os naturais da terra os mais capazes de prover informações exatas sobre a realidade asiática (Avelar, 2003; Loureiro, 2000). Em contrapartida, Tomé Pires escrevia a sua *Suma Oriental* de Malaca, centro nevralgico dos contatos com a Ásia Oriental e o Extremo Oriente, tendo vantagem sobre Duarte Barbosa, uma vez que aí podia recolher presencialmente ou junto de informadores portugueses e orientais, inclusivamente chineses, notícias mais precisas e pormenorizadas sobre as regiões do litoral asiático, desde o Mar Vermelho até ao Japão (Cortesão, 1978, 1990; Loureiro, 1996). Em ambos os discursos reside uma preocupação e um cuidado em se depurar os factos, confrontando diferentes testemunhos, e apresentá-los de forma mais objetiva e precisa (idem).

<sup>5</sup> As *Cartas dos cativos de Cantão* foram escritas por Cristóvão Vieira, em 1534, e Vasco Calvo, em 1536. Ambos aprisionados pelos Chineses em contextos e por razões distintos, demonstraram uma clara preocupação em elaborar relatórios sobre as respetivas experiências e vivências em solo chinês e, por

mais de uma década, com os Chineses antes de qualquer Europeu. Com as suas Cartas, um verdadeiro «banco de dados civilizacionais» (Loureiro, 1992, p. 17), contribuíram para o aprofundamento do conhecimento português da China e das primeiras relações luso-sínicas. São documentos imprescindíveis que contêm a mais antiga descrição autêntica da China (Kammerer, 1944), constituindo os «primeiros testemunhos presenciais escritos por Europeus sobre a China desde os tempos de Marco Polo» (Loureiro, 1992, p. 15).

<sup>6</sup> O primeiro é dedicado aos episódios e peripécias vividos pela embaixada portuguesa no interior da China, desde 1520 a 1523 (carta de Vieira), e que se utilizou para reconstituir o percurso da embaixada desde Cantão até aos seus últimos momentos em 1522; o segundo trata das principais características da geografia, topografia das divisões provinciais, urbanismo, sistema rodoviário, estruturas produtivas, navegação fluvial, potencialidades mercantis, recursos bélicos, sistema judicial, condições no interior das prisões e aspetos da vida quotidiana do povo chinês (sobretudo a carta de Vieira); o terceiro versa sobre a natureza do sistema defensivo do Império Celeste, nomeadamente de Cantão, onde se planifica de forma completa e com pormenor um eventual ataque português às regiões meridionais da China (cartas de Vieira e de Calvo) (Loureiro, 2000).

<sup>7</sup> Loureiro (1997b) informa que esta é a primeira obra em que se faz referência ao uso de pauzinhos no ato de comer, não significando que os mercadores chineses, no primeiro convívio à mesa com os nossos, não tivessem efetivamente comido com garfos, até porque na mesa existiam “colheres de prata”.

<sup>8</sup> A carne deste animal servia para efeitos medicinais e era milenário o hábito culinário chinês da carne de cão, conforme mostra a obra *Bencao Gangmu* (*Enciclopédia da Matéria Médica*) (Ping & Zhiliang, 2005).

<sup>9</sup> Loureiro (2000) defende que um erro de comunicação ou um equívoco de observação estariam na origem desta afirmação, na medida em que os Portugueses, em 1509, não possuíam conhecimentos suficientes sobre a geografia religiosa da Ásia, um continente maioritariamente de mouros e gentios, em que, por isso, predominavam os tons de pele «mais baços que brancos» (citado por Loureiro, 1992, p. 50).

<sup>10</sup> «[...] sobre as crespinas uns barretes altos que parecem de sedas, de bordos lavrados, em maneira de rede. Vestidos de camisa e pelotes de quartos de estamete branca, e em cima outros pelotes de cinco quartos, franzidos, de cetim e damasco amarelo, e suas petrinhas baixas, e as mangas largas [...], com suas ceroulas e botas soladas à mourisca» (citado por Albuquerque, 1986, pp. 370-371).

<sup>11</sup> «Vestem os mais panos pretos de algodão e disso trazem saios de cinco quartos, de nesgas, assim como nós, somente são muito largos. Trazem na china [...], nas pernas à maneira de peúgas e em cima botas bem obradas que não chegam do joelho para cima e trazem suas roupas forradas de peles cordeiras e doutras peletarias. Trazem deles pelicas, trazem coifas de rede de seda redondas como peneiras pretas de nosso Portugal» (citado Cortesão, 1978, p. 252).

<sup>12</sup> Loureiro (1992, 2000) menciona que o objetivo que presidiu à elaboração das ditas *Cartas* era militar e estratégico. Ambos delinearam articuladamente um detalhado plano de intervenção militar e de conquista da China, apresentando as condições favoráveis como argumentos a favor desse projeto. Este não teve seguimento, mas ressurgiu de forma ténue em fontes quinhentistas posteriores.

<sup>13</sup> Gruzinski (2015) fala de uma “*gentry* de altos-funcionários” do Estado, que englobava os “mandarins, eunucos, magistrados, inspetores, censores, juizes e chefes militares” (pp. 49-50).



<sup>14</sup> «E nenhuma pessoa pode sair do lugar de onde mora de vinte léguas para cima sem carta dos mandarins; se sem ela é achado, prendem-no por ladrão, porque todos os caminhos e lugares são cheios de espias» (citado por Loureiro, 1992, p. 47).

<sup>15</sup> «[...] por qualquer coisa são logo açoitados e metidos nas cadeias [...] e cada dia prendem muitos e soltam menos, e morrem nas cadeias à fome como bichos» (citado por Loureiro, 1992, p. 46).

<sup>16</sup> Caso fosse necessário, as populações locais tinham de contribuir com o fornecimento de alimentos (imposto em géneros) e de mobília para as suas casas, o alojamento em casas próprias, a disponibilização de barcos e cavalos para o seu transporte, o envio de pessoal doméstico para os servir, para além do pagamento de alguns impostos sobre as terras (Loureiro, 1992).

<sup>17</sup> «Assim como [...] aqui há gente rica, assim há aqui gente que não pode alcançar de comer» (citado por Loureiro, 1992, p. 93).

<sup>18</sup> São os exemplos de lhes quebrarem «os artelhos, às vezes as canelas das pernas, e morrem em um dia e dois», como lhes baterem com paus nas mãos e nos pés e lhes darem açoites com uma cana grossa «nas pernas, nálgas e barrigas das pernas, e nas solas dos pés» (citado por Loureiro, 1992, p. 45).

## ANEXO 7

<sup>1</sup> Dai Jing, no seu *Esboço da Crónica de Guangdong (Guangdong Tongzhi Chugao)*, refere brevemente que «no 12º ano do reinado de Zhengde, os *fulangji* bárbaros do mar de Oeste, alegando pretenderem apresentar os seus tributos, entraram de repente no distrito de Dongguan. Eram cruéis e causaram mais distúrbios do que ninguém, chegando a pilhar crianças para as comer assadas» (citado por Ping e Zhiliang, 2005, p. 97). Outras obras posteriores perpetuaram a lenda do canibalismo português, como *Shuyu Zhouzilu (Detalhadas Informações sobre os Países Exóticos)*, de Yan Congjian, com o prefácio de 1574, *Mingshan zang (Escondidos em Montanhas Famosas)*, compilada por He Qiaoyuan, depois de 1632, *Guangzhou fuzhi*, compilada por Shi Jing, e *Tianxia junguo libing shu (Geografia do Mundo)*, com o prefácio de 1662, de Gu Yanwu (Fok, 1987). A *Mingshi (História dos Ming)* afirmava que os Portugueses «pilhavam viajantes e raptavam crianças para comer» (citado por Ping & Zhiliang, 2005, p. 97).

<sup>2</sup> D'Intino (1989) esclarece que “frange” ou “frangue”, do árabe “faranji” e do persa “fulin”, tem o significado literal de “franco”. Os habitantes do Império Carolíngio eram chamados de “Franges” pelos Árabes, mas este termo estendeu-se depois a todos os cristãos ocidentais. Por conseguinte, os comerciantes muçulmanos da zona do Malabar chamaram “Frangues” aos Portugueses que aí chegaram. Deu-se a generalização deste termo, aplicado primeiramente aos Portugueses na Ásia e no Extremo Oriente e, depois, aos Europeus católicos que chegaram a este continente.

<sup>3</sup> O *haidao* interino da Carta de Cristóvão Vieira, funcionário da administração central e um dos letrados confucianos mais conhecidos da dinastia Ming, que se encarregou pessoalmente dos trâmites burocráticos na receção da embaixada de Tomé Pires em Cantão, uma vez que substituíra Wang Hong, o *haidao* da altura (Ping & Zhiliang, 2003, 2005).

<sup>4</sup> “Fo-lang” derivou também em “Feringhi”. Este foi o nome aplicado pelos intérpretes muçulmanos de Tomé Pires, especificamente aos Portugueses *enquanto* estrangeiros, mas na generalidade o termo assumia conotações pejorativas (Porter, 1999). Por exemplo, podia entender-se “Fo-lang” como os “Lobos do Buda” (Gruzinski, 2015), estando os Portugueses associados às ideias de ferocidade, luta e agressividade.

<sup>5</sup> «O país de Fulangji (Frangues) deve ficar a sul de Java. Desde a Antiguidade, não há notícias seguras sobre ele. Segundo crónicas locais antigas, o país de Poli fica numa ilha no mar, a sudeste de Guangzhou, a uma distância de dois meses de jornada. [...] Há um outro país que se chama país de Touhe e que fica a sul de Cambodia. A sua terra [...] está dividida em duas ilhas, cujos habitantes comem pessoas. Fica antes de Java. Os seus habitantes comem carne humana. Deve ser esse país. Dizem que Frangues fica à sua frente» (citado por Ping & Zhiliang, 2005, p. 95).

<sup>6</sup> Outro testemunho de que a prática da antropofagia constituía um tema generalizado e preferido entre os académicos chineses, mas também um assunto sensacionalista, era a existência de inúmeras referências, na literatura chinesa e árabe, sobre casos de antropofagia no Sudeste Asiático, inclusivamente na própria China. O ato abominável de se ingerir carne humana era associado a um comportamento selvático e antissocial, e quem o praticava era remetido para um estágio de cultura primitivo, não-civilizado (Ping & Zhiliang, 2005).

<sup>7</sup> Os meninos para criadagem e serviço religioso, e as meninas sobretudo como criadas e criadas-concubinas (Ping & Zhiliang, 2005).

<sup>8</sup> «Tinha sido concedida a Malaca o direito de se governar a si própria, mas os Feringis atreveram-se a absorver o seu território e, além disso, a seduzir-nos, na mira do lucro, para que lhes concedêssemos o direito de governar Malaca, fazendo-se nossos tributários. Não devemos nunca aceder a este pedido.

[...] É nosso dever ordenar-lhes que entreguem o território (ocupado) às autoridades de Malaca; só depois deste gesto devemos permitir que apresentem tributo» (citado por Chang, 1997, pp. 65-66).

<sup>9</sup> Quando os Portugueses chegaram a Cantão, já havia relatos anteriores que mostravam que os mandarins locais, para satisfazer as necessidades comerciais dos estrangeiros, contornavam os regulamentos do comércio tributário (Fok, 1987). Mas foi a falta de incensos, perfumes e âmbar cinzento, produtos exóticos muito apreciados pela Corte imperial, que levou Wu Tingju a decretar, em 1514, mas com autorização de Pequim, a aceitação das embaixadas tributárias e de navios estrangeiros fora dos prazos estabelecidos. Gungwu (1998) confirma que, com Zhengde, as missões tributárias ultramarinas deixaram de ser um instrumento de legitimação política da dinastia Ming e de controlo dos seus vizinhos do sul, para passarem a ser tratadas como visitas comerciais sem significado político, reduzidas a um mero ritual e esvaziadas da sua função inicial. «Tributary ceremonies, together with profitable trading opportunities, had helped the Ming court control its neighbors and safeguard its borders» (idem, p. 324). Esta conjuntura abriu um precedente no tradicional sistema tributário e favoreceu a entrada da embaixada portuguesa no território chinês (Ping & Zhiliang, 2005).

<sup>10</sup> «Les Fo-lang-ki ne sont pas un royaume qui [soit admis a] venir à la Cour et a offrir le tribut. De plus ils ont envahi et enlevé un [pays] voisin qui avait l'investiture [de la Chine]; ils se sont montrés violents et ont enfreint les lois; ils apportent des marchandises pour faire le commerce, et donnent le faux prétexte de venir en aide [a leur ambassadeur]. En outre, les sentiments des barbares sont insondables; s'ils séjournent long-temps, on peut soupçonner qu'ils espionnent» (citado por Pelliot, 1947, p. 99).

## ANEXO 8

<sup>1</sup> «Es la existencia de ese doble sistema lo que permite entender una de las características esenciales de la representación social que podría aparecer como contradictoria: son a la vez estables y móviles, rígidas y flexibles. Estables y rígidas porque están determinadas por un núcleo central profundamente anclado en el sistema de valores compartido por los miembros del grupo; móviles y flexibles porque son alimentadas de las experiencias individuales e integran los datos de lo vivido y de la situación específica [...]» (Abric, 2001a, p. 27).

<sup>2</sup> «Les schèmes périphériques assurent le fonctionnement quasi instantané de la représentation comme grille de décryptage d'une situation: ils indiquent, de façon parfois très spécifique, ce qui est normal (et par contraste, ce qui ne l'est pas), et donc, ce qu'il faut faire comprendre, mémoriser [...]» (Flament, 1991, p. 209).

<sup>3</sup> Couto et al. (2011) destacam a metodologia Q, criada por Willian Stephenson nos anos 30 do século XX, como um dos métodos de investigação, apesar de pouco utilizado, mais apropriado no campo das Ciências Sociais e Humanas para investigar a subjetividade de alguns objetos de estudo, nomeadamente as opiniões, valores, crenças e atitudes dos sujeitos de uma dada amostra. A análise e o tratamento de dados são essencialmente quantitativos pela recorrência a técnicas estatísticas na construção do conhecimento sobre o fenómeno de natureza subjetiva que se investiga. Uma das grandes vantagens desta metodologia é conseguir integrar e complementar métodos qualitativos e quantitativos na mesma investigação (idem).

<sup>4</sup> Abric (2001c) distingue os métodos interrogativos, que recolhem uma expressão verbal ou figurativa dos indivíduos relativa ao objeto em representação, nomeadamente as entrevistas e os questionários tradicionais, dos métodos associativos, que recolhem também uma expressão verbal, mas esta é mais espontânea e menos controlada, como a técnica da evocação livre e a carta associativa.

<sup>5</sup> Abric (2001c) descreve os principais e mais conhecidos métodos desenvolvidos no quadro de referência da Teoria do núcleo central para o levantamento inicial de elementos com probabilidade, pela sua saliência e conexidade, de pertencerem ao núcleo central. Destacam-se as técnicas da hierarquização de *itens* e da constituição de pares de palavras.

<sup>6</sup> A própria metodologia Q não exige uma validade estatística, isto é, que os resultados obtidos sejam possíveis de se generalizar à população geral, visto que a preocupação essencial é a identificação dos vários perfis de resposta/afirmação demonstrados pelos sujeitos sobre o tema em questão. Assim se explica que este método não necessite de amostras numerosas, «uma vez que os resultados de um estudo Q são as diferentes opiniões (subjectivas) sobre o tema que está a ser operacionalizado, e não a percentagem da população que adere a cada uma dessas opiniões» (Couto et al., 2011, p. 12).

<sup>7</sup> Este tipo de questionário foi introduzido por Flament (1991) (citado por Sá, 1996), após a conclusão de que, sendo o núcleo central o responsável pelo significado da RS, um elemento central terá de ser mais característico do objeto representado do que os restantes elementos. O QC foi retomado por Guimelli (1988) (citado por Sá, 1996) e, mais tarde, aperfeiçoado e ampliado por Vergès (2001).

<sup>8</sup> Os princípios subjacentes ao QC são os mesmos que presidem a outro método de levantamento das diversas cognições de uma RS quanto à sua saliência – a técnica de hierarquização de *itens*, na sua variante de “escolhas sucessivas por blocos”. Esta técnica põe em evidência não só as relações de similitude como também as relações de antagonismo entre os elementos da RS, comparando a importância, ou seja, a hierarquia, que os elementos da RS assumem em grupos diferentes (Abric, 2001c; Sá, 1996).

<sup>9</sup> Três critérios condicionaram a seleção das categorias temáticas para a construção do QC: um deles é a escolha das 9 categorias temáticas mais pronunciadas nos discursos dos sujeitos, uma vez que é aconselhado que o número de *itens* do QC seja um número múltiplo de 3 (por exemplo 9, 12, 15...) (Abric, 2003; Lo Monaco et al., 2012; Vergès, 2001). O segundo é que, no caso de empate de duas categorias temáticas, tanto a nível da frequência absoluta dos discursos onde o enunciado de uma categoria temática foi pronunciado, como a nível da frequência absoluta dos enunciados agrupados na mesma categoria temática, ambas foram tidas em consideração. É o exemplo dos elementos “Desconfiança”/ “Incompreensão sobre a atuação portuguesa” e “Desrespeito”/ “Desordem”. O terceiro critério deve-se à valorização, em caso de empate de duas categorias temáticas a nível da frequência absoluta dos discursos, da maior frequência absoluta dos enunciados reunidos na mesma categoria temática em detrimento da menor frequência, como ocorreu entre os elementos “Sentimento de superioridade por parte dos dois povos”/ “Incompreensão por parte dos dois povos”.

<sup>10</sup> Foi seguido o procedimento de Vergès (2001), segundo o qual o QC consiste, primeiramente, em apresentar aos sujeitos um conjunto de *n* propostas/*itens*, sendo que cada uma tem uma relação a um conteúdo (dimensão ou categoria temática) particular da RS em estudo. Em seguida, é-lhes solicitado que classifiquem os *itens*, sendo as respostas de cada *item* distribuídas em três categorias, isto é, em “três códigos de resposta”: menos característico, intermédio, mais característico.

<sup>11</sup> Abric (2003) mostra três tipos de distribuição. A curva “em forma de J” (ou J invertido) corresponde ao perfil dos elementos que possivelmente pertencem ao núcleo central da RS, por terem sido escolhidos pela maioria dos sujeitos como os mais característicos e, assim, os mais significativos. A curva “em forma de sino” identifica o perfil dos elementos periféricos, por terem sido assinalados pela maior parte dos participantes como aqueles que têm importância média, isto é, nem como característicos nem como pouco característicos. A curva “em forma de U” mostra a possibilidade de existência de dois subgrupos que se dividem na amostra estudada, na medida em que os elementos são interpretados de forma muito diferente. Neste caso, o conteúdo de uma dada RS difere de grupo para grupo.

## ANEXO 9

### QUESTIONÁRIO

Este questionário constitui o 1º instrumento do estudo empírico realizado no âmbito da dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, sob a orientação científica da Prof.ª Doutora Maria do Carmo Vieira da Silva, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Universidade Nova de Lisboa). É aplicado a 13 estudantes universitários do 3º ano do Curso de Literatura e Cultura Portuguesas.

Agradeço a sua atenção e colaboração. Nas perguntas de resposta fechada, assinale com um X. Nas perguntas de resposta aberta, utilize o espaço destinado para esse efeito. O questionário é anónimo e as respostas são totalmente confidenciais.

#### DADOS PESSOAIS

**1. Sexo**

Masculino..... ☐

Feminino ..... ☐

**2. Idade** ..... anos

**3. Província** .....

#### ESCOLHA DA LICENCIATURA

**1. Como teve conhecimento da existência da licenciatura em Língua e Cultura Portuguesas? (É possível assinalar até duas opções)**

a) Site oficial da Universidade..... ☐

b) Outros sites ..... ☐

c) TV ..... ☐

d) Revistas ou jornais ..... ☐

e) Amigos ou familiares..... ☐

f) Professores ..... ☐

g) Outro. Qual? .....

**2. Qual a razão da sua escolha da licenciatura em Língua e Cultura Portuguesas? (É possível assinalar até duas opções)**

a) Interesse pela cultura, história e língua portuguesas..... ☐

b) Trabalhar em Portugal ou em outros países lusófonos ..... ☐

c) Perspetiva de conseguir um bom emprego ..... ☐

d) Influência de amigos ou familiares ..... ☐

e) Não ter conseguido entrar em outro curso..... ☐

f) Outra. Qual? .....

## COMPETÊNCIAS LINGÜÍSTICAS

1. Classifique o seu nível de Português nos seguintes aspetos:

	Muito fraco	Fraco	Médio	Bom	Muito bom
<i>Audição</i>					
<i>Escrita</i>					
<i>Leitura</i>					
<i>Oralidade</i>					

2. Caso tenha obtido certificação do Centro de Avaliação de Português de Língua Estrangeira (CAPLE), indique o nível de proficiência atingido:

- a) *Nível A1* ..... ☐
- b) *Nível A2* ..... ☐
- c) *Nível B1* ..... ☐
- d) *Nível B2* ..... ☐
- e) *Nível C1* ..... ☐
- f) *Nível C2* ..... ☐

3. Caso tenha aprendido outra(s) língua(s) estrangeira(s), indique-a(s). \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## CONTATO COM OUTROS PAÍSES

1. Já viveu em outro(s) país(es)? (*Se responder “não”, passe para a questão 2*)

*Sim* ..... ☐ *Não*..... ☐

1.1 Que país(es)? \_\_\_\_\_

1.2 Quais as razões em viver nesse(s) país(es)? (*É possível assinalar até duas opções*)

- a) *Estudar*..... ☐
- b) *Trabalhar*..... ☐
- c) *Conhecer de perto outras culturas* ..... ☐
- d) *Instabilidade política no seu país* ..... ☐
- e) *Guerra no seu país*..... ☐
- f) *Outra. Qual?* \_\_\_\_\_

1.3 Quanto tempo viveu nesse(s) país(es)?

- a) *Até dois anos*..... ☐
- b) *Até cinco anos*..... ☐
- c) *De cinco a dez anos* ..... ☐
- d) *Mais de dez anos* ..... ☐

2. Contata com pessoas de outros países? (Se responder “não”, passe para a questão 3)

Sim ..... ☐ Não..... ☐

2.1 Qua(is) a(s) sua(s) nacionalidade(s)? \_\_\_\_\_

2.2 Com que frequência?

- a) Uma vez por mês..... ☐  
 b) Duas a quatro vezes por mês..... ☐  
 c) Mais de quatro vezes por mês ..... ☐

2.3 Conhece os aspetos gerais das tradições, costumes e história desses países?

Sim ..... ☐ Não..... ☐

3. Como tem acesso às informações sobre as relações e os contatos atuais entre Chineses e outros povos? (É possível assinalar até duas opções)

- a) TV..... ☐  
 b) Internet..... ☐  
 c) Jornais ou revistas ..... ☐  
 d) Livros..... ☐  
 e) Amigos ou familiares..... ☐  
 f) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

### CONHECIMENTOS HISTÓRICOS SOBRE PORTUGAL E A CHINA

1. Estudou acontecimentos/temas da História de Portugal? (Se responder “não”, passe para a questão 2)

Sim ..... ☐ Não..... ☐

1.1 Que acontecimentos/temas da História de Portugal estudou?

---



---

1.2 Onde estudou esses aspetos/acontecimentos?

- a) Ensino Primário..... ☐  
 b) Ensino Secundário ..... ☐

2. Classifique o seu nível de conhecimentos sobre a história dos primeiros contatos culturais entre Chineses e Portugueses no século XVI.

Muito fraco	Fraco	Médio	Bom	Muito Bom

Obrigada pela sua colaboração,  
 Professora Vanessa Gomes

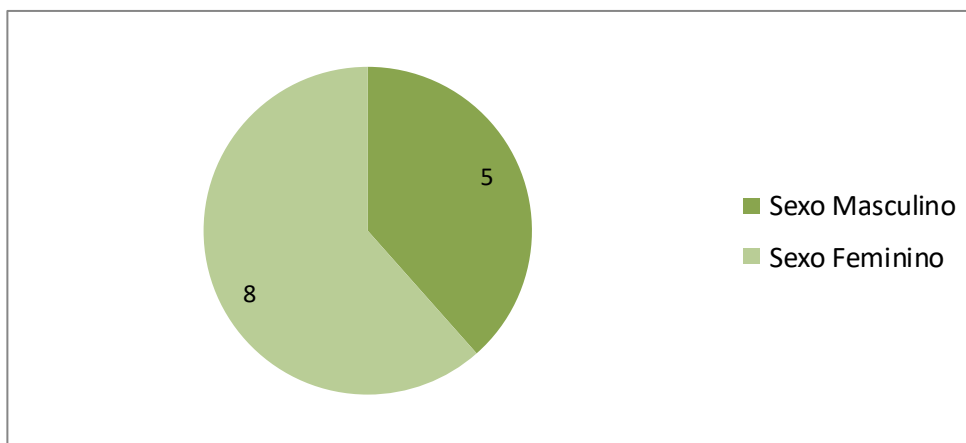


## ANEXO 10

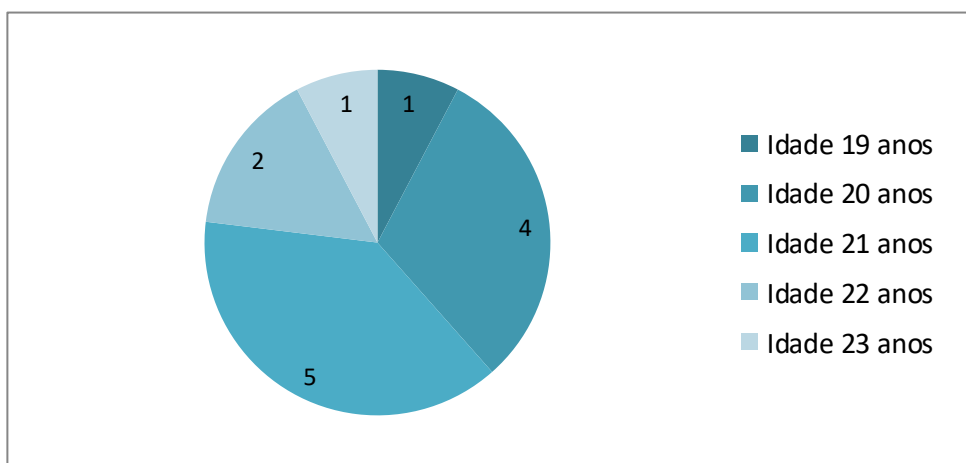
*Apresentação estatística dos resultados do primeiro questionário*

### DADOS PESSOAIS

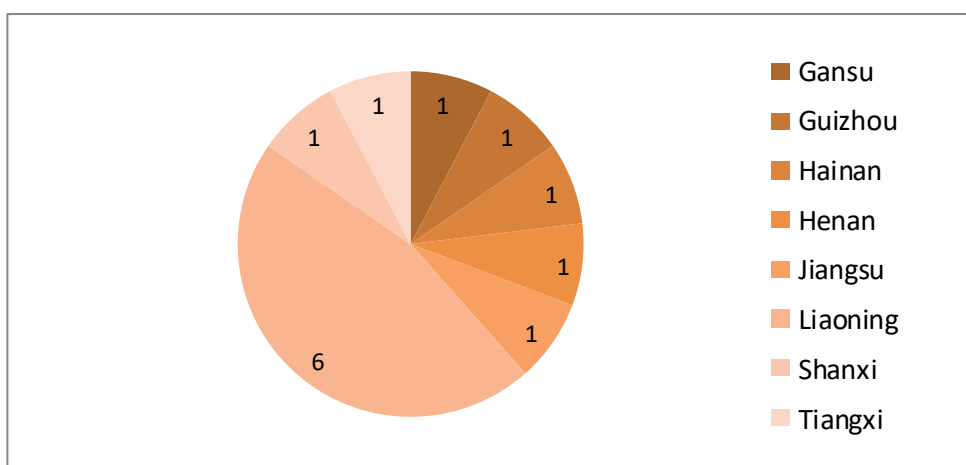
#### Sexo



#### Idade

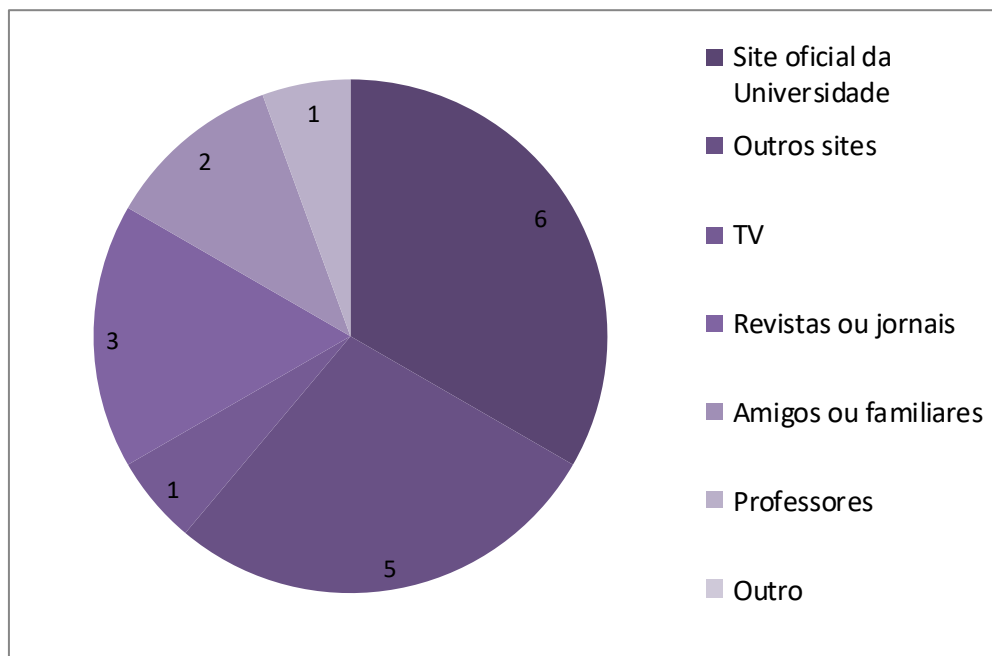


#### Província

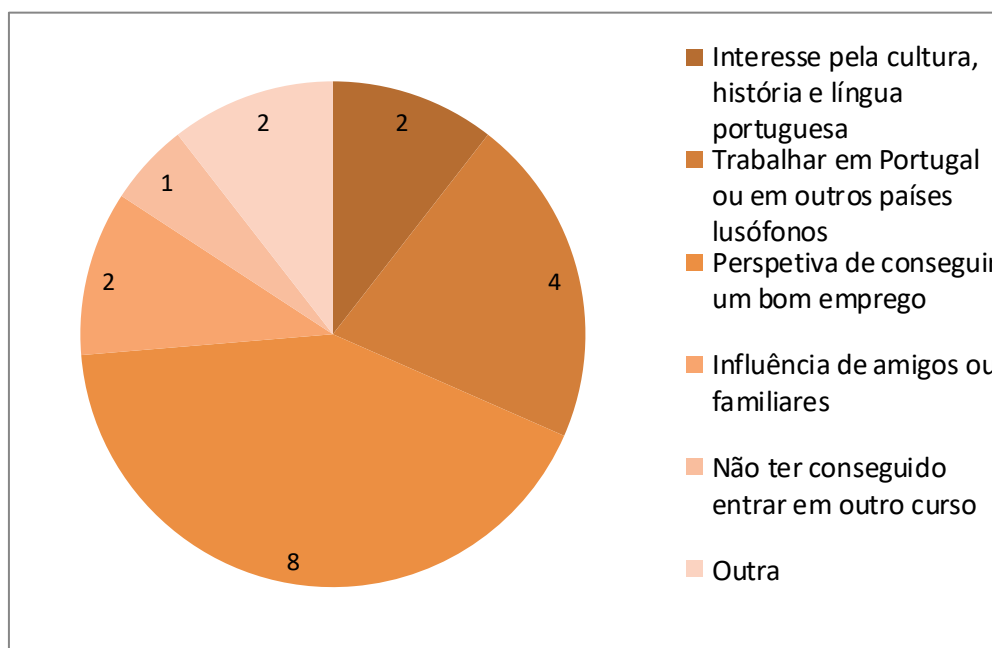


## ESCOLHA DA LICENCIATURA

Como teve conhecimento da existência da Licenciatura em Língua e Cultura Portuguesas?

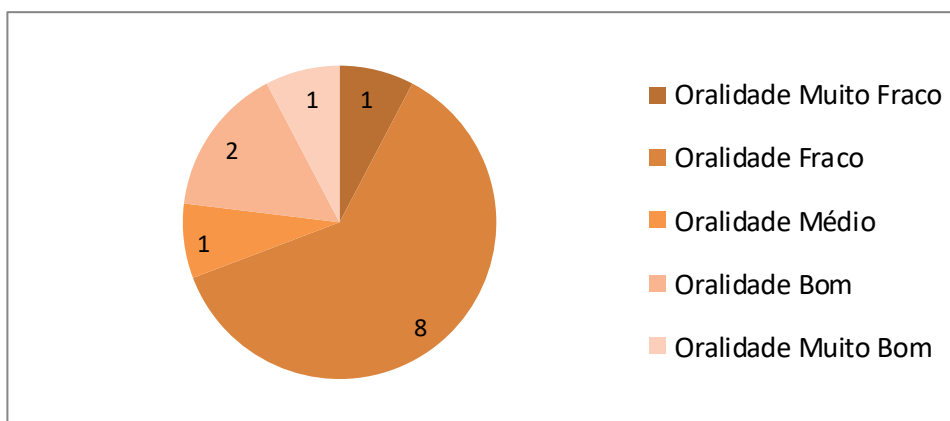
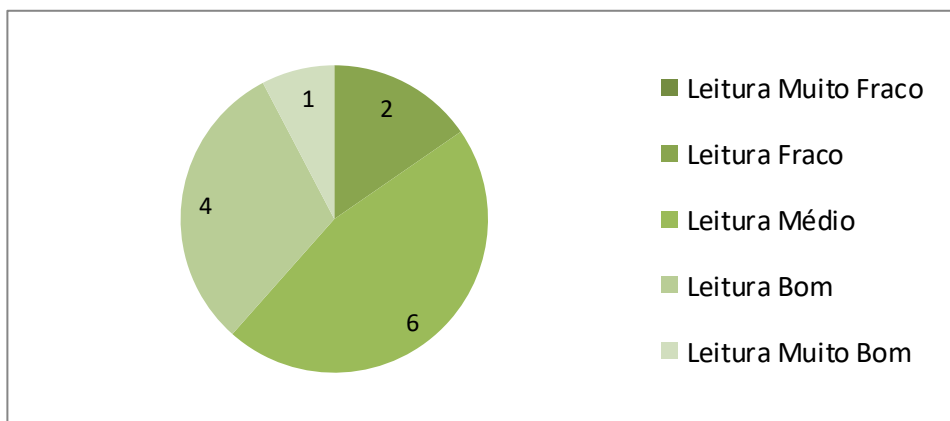
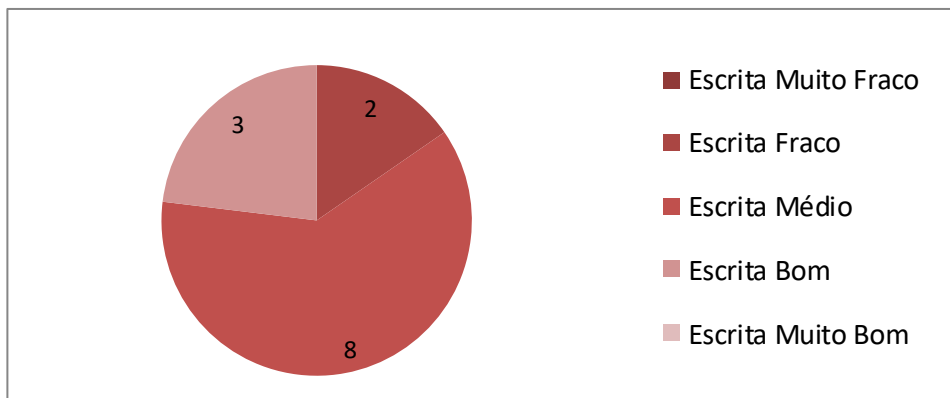
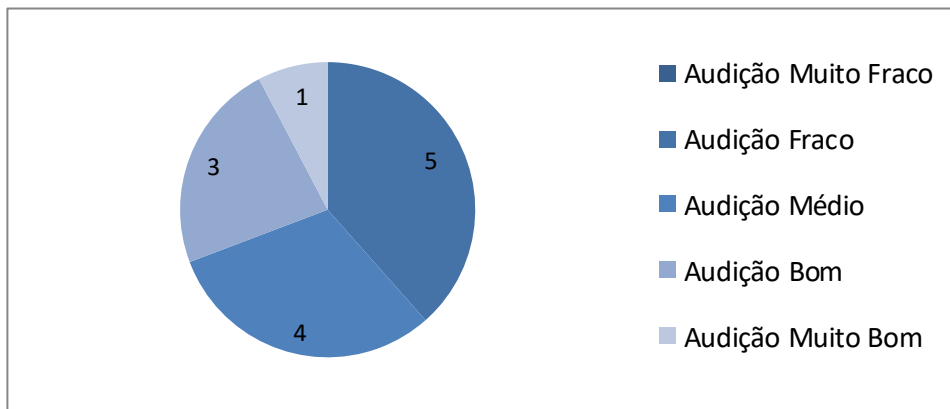


Qual a razão da sua escolha da Licenciatura em Língua e Cultura Portuguesas?

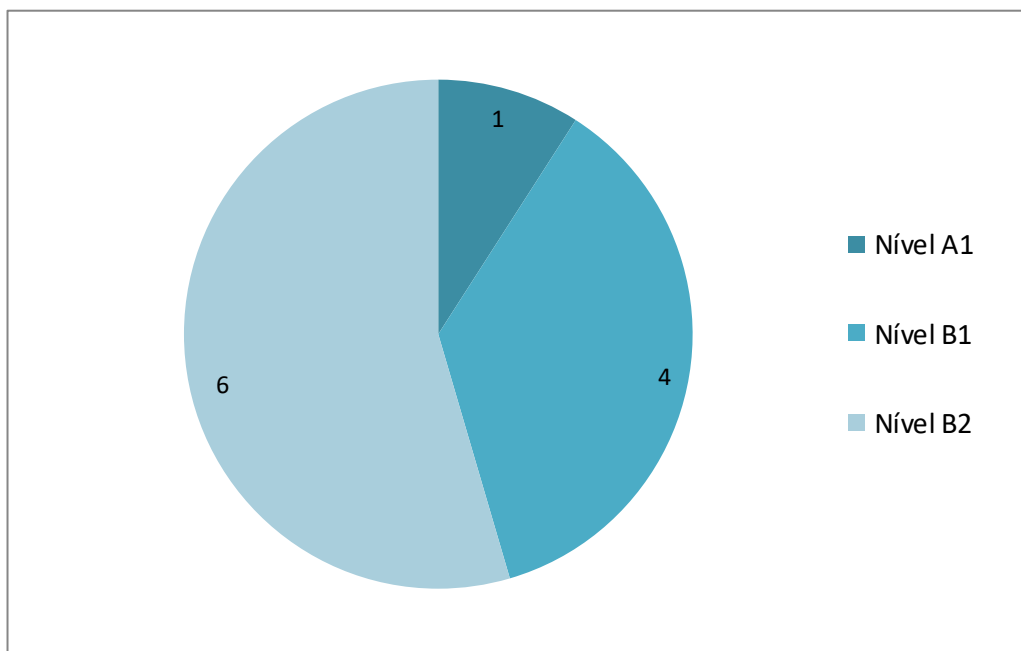


## COMPETÊNCIAS LINGUÍSTICAS

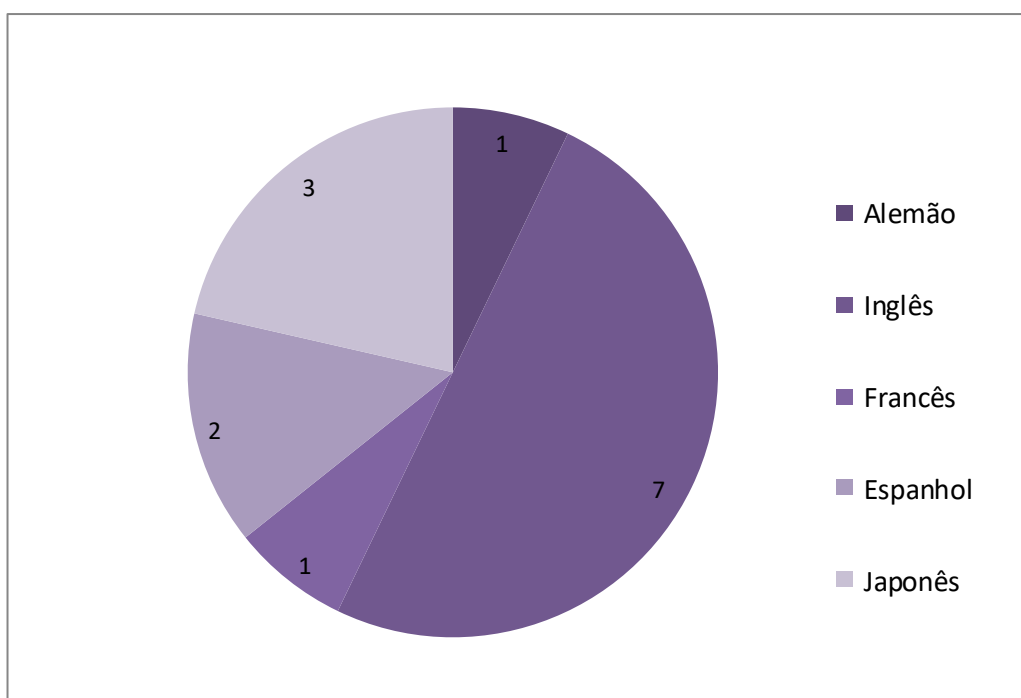
Classifique com um X o seu nível de Português nos seguintes aspetos:



**Caso tenha obtido certificação do Centro de Avaliação de Português de Língua Estrangeira (CAPLE), indique o nível de proficiência atingido:**

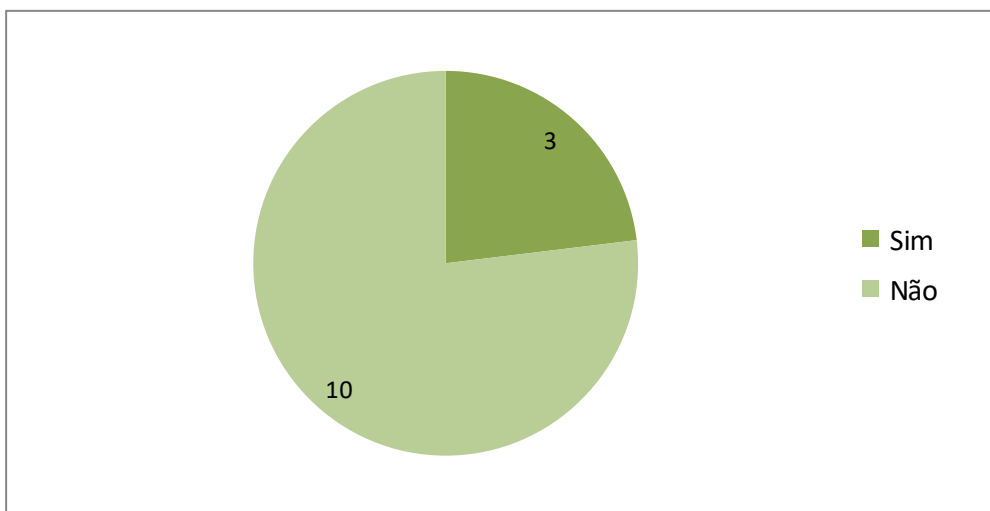


**Caso tenha aprendido outra(s) língua(s) estrangeira(s), indique-as:**

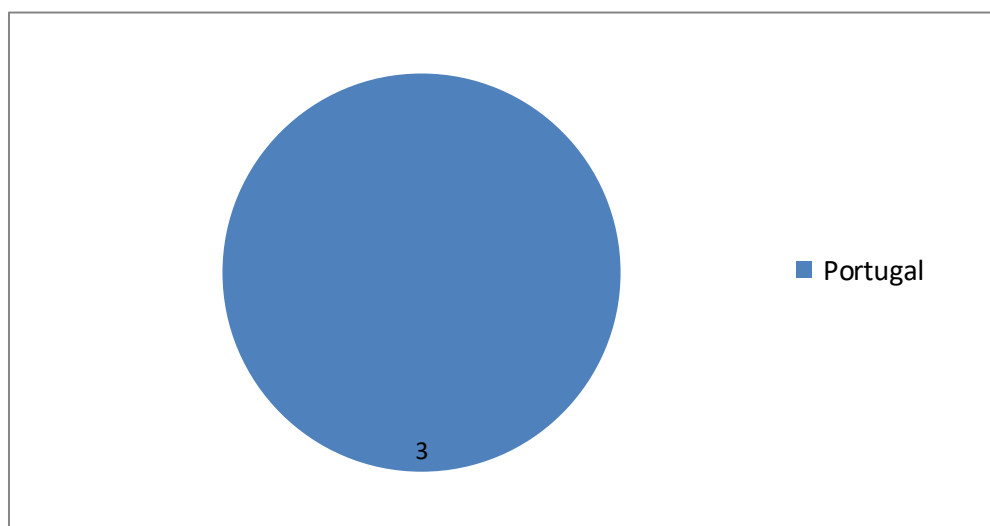


## CONTATOS COM OUTROS PAÍSES

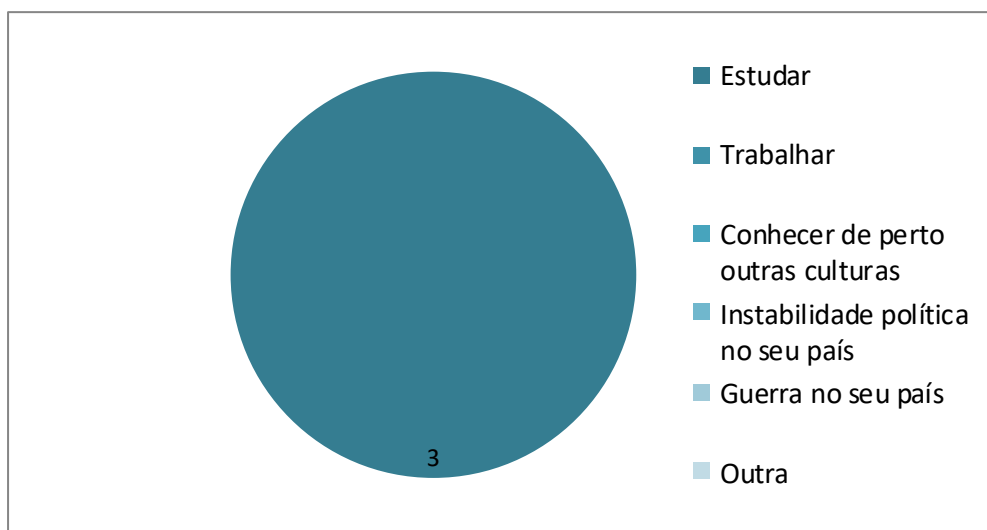
Já viveu em outros países?



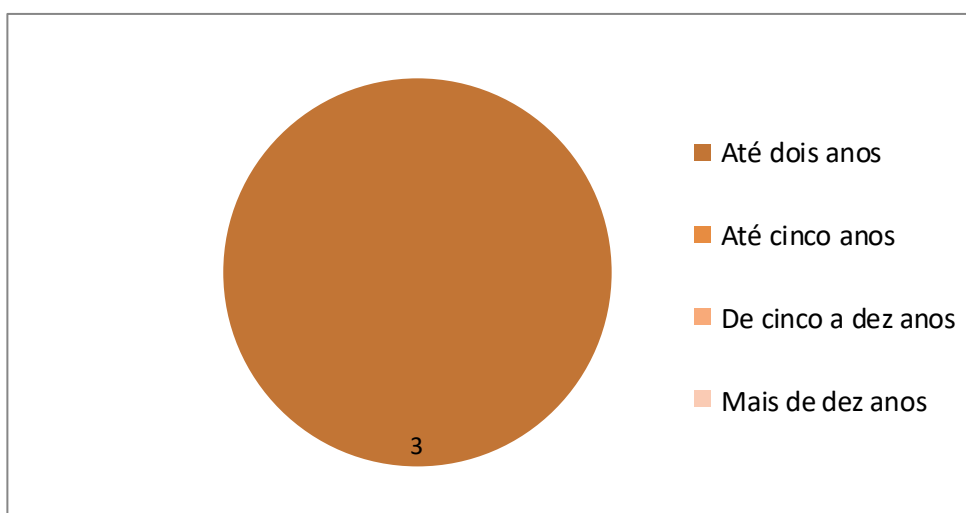
Que país(es)?



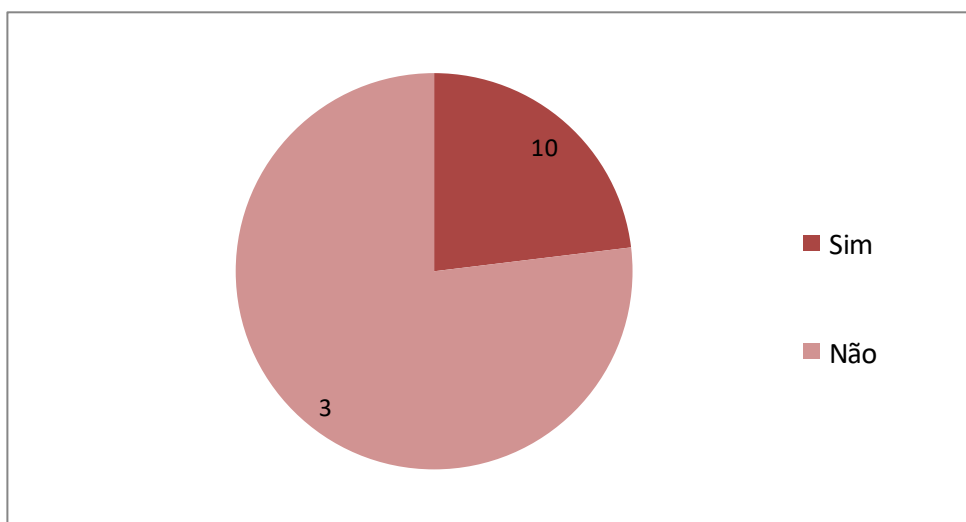
Quais as razões em viver nesse(s) país(es)?



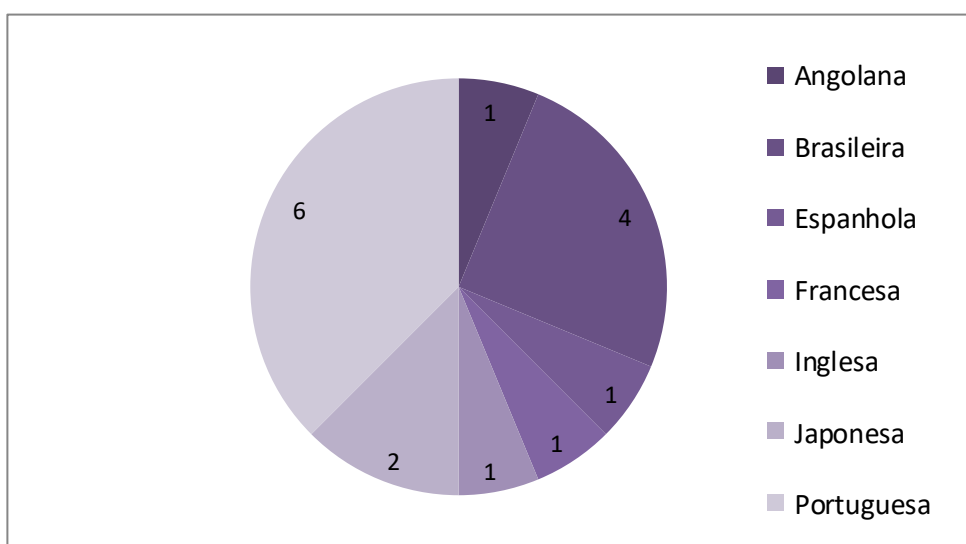
### Quanto tempo viveu nesse(s) país(es)?



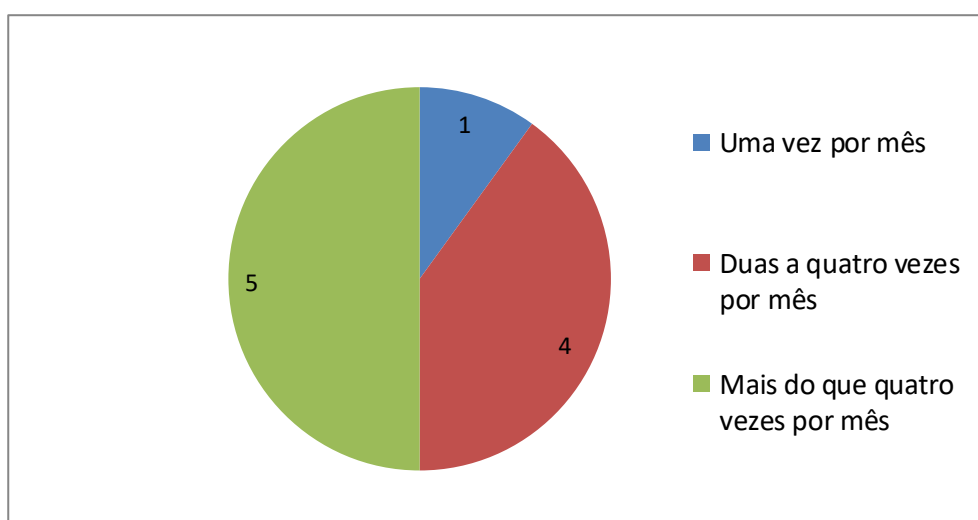
### Contata com pessoas de outros países?



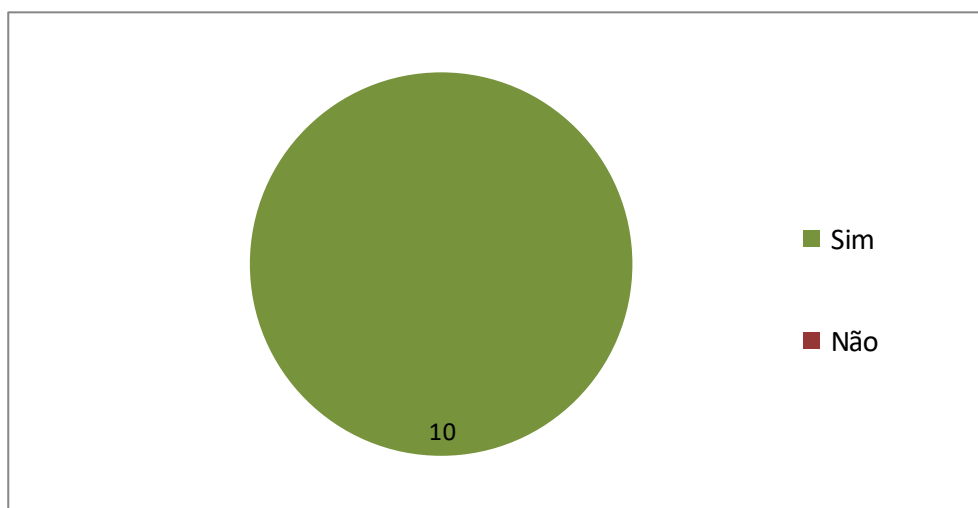
### Quais as suas nacionalidade?



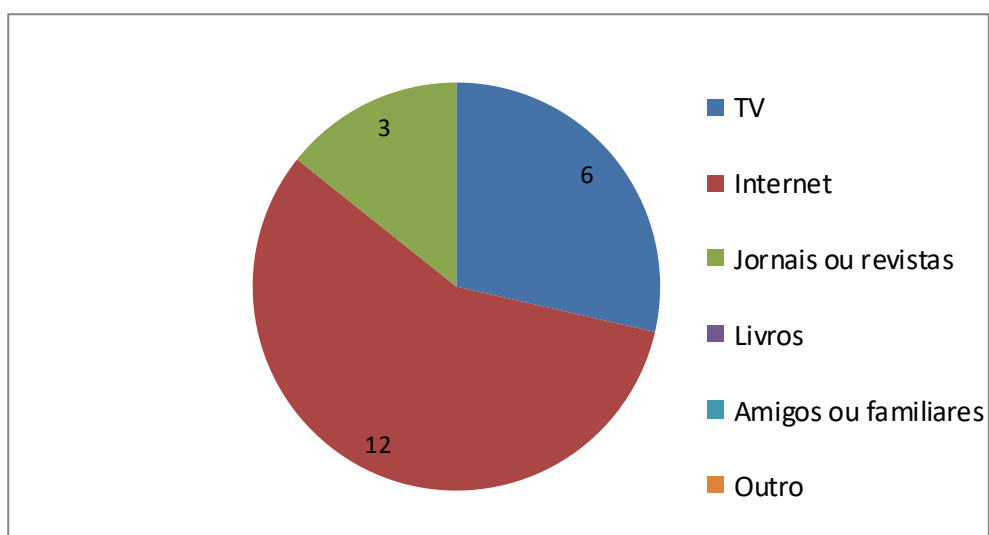
### Com que frequência?



### Conhece os aspetos gerais das tradições, costumes e história desse(s) país(es)?

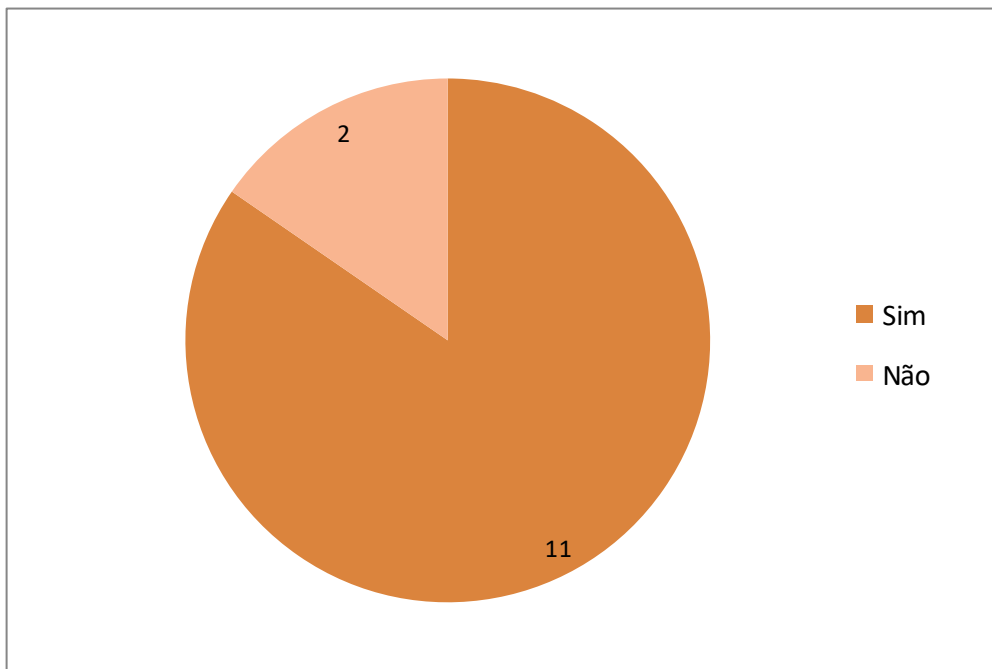


### Como tem acesso às informações sobre as relações e os contatos atuais entre Chineses e outros povos?

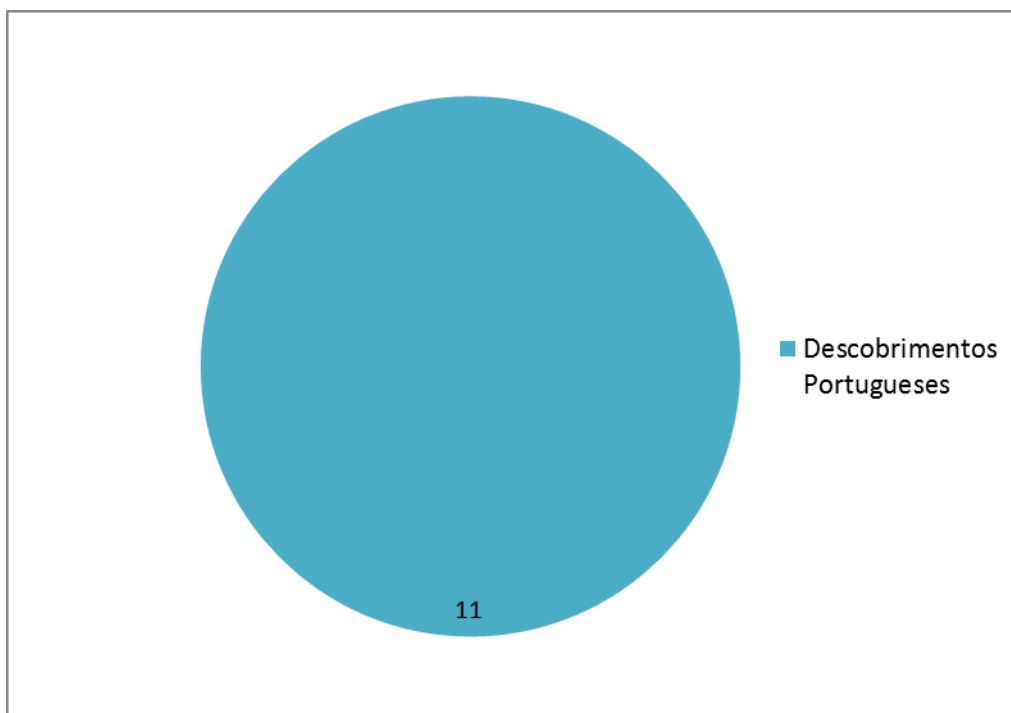


## CONHECIMENTOS HISTÓRICOS SOBRE PORTUGAL E A CHINA

Estudou acontecimentos/temas da História de Portugal?

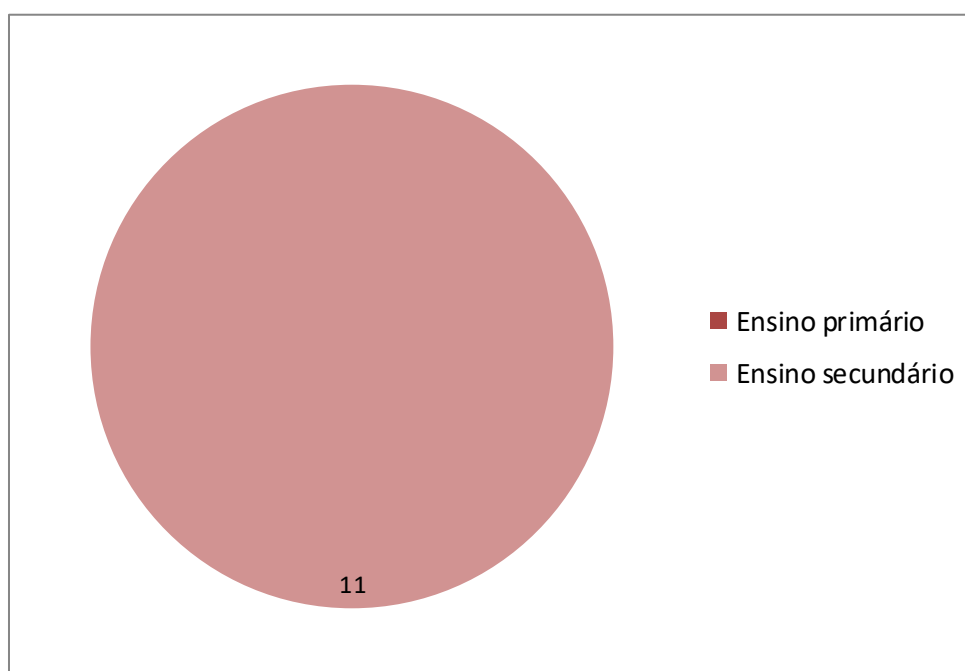


Que acontecimentos/temas da História de Portugal?

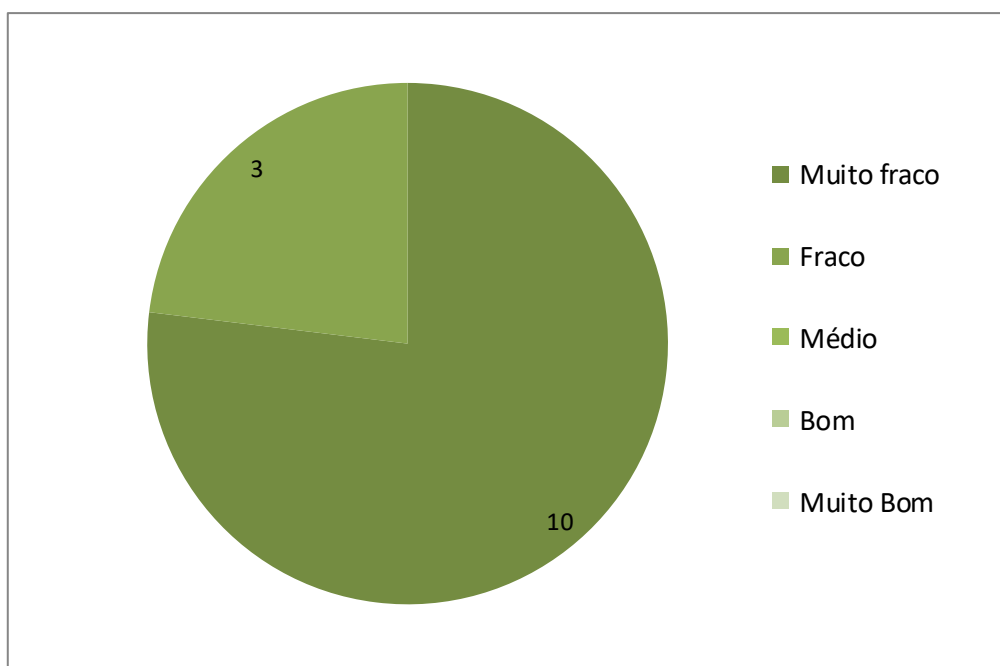




**Onde estudou esses aspetos/acontecimentos?**



**Classifique com um X o seu nível de conhecimentos sobre a história dos primeiros contatos culturais entre Chineses e Portugueses no século XVI.**



## ANEXO 11

### QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO

O questionário de caracterização constitui o 2º instrumento do estudo empírico realizado no âmbito da dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, sob a orientação científica da Prof.ª Doutora Maria do Carmo Vieira da Silva, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (UNL). É aplicado a 13 estudantes universitários do 3º ano do Curso de Literatura e Cultura Portuguesas.

Agradeço a sua atenção e colaboração. O questionário de caracterização é anónimo e as respostas são totalmente confidenciais.

Leia com atenção, cuidado e em silêncio a lista de *itens* (frases) apresentados na tabela em baixo apresentada.

As seguintes frases permitem caracterizar **os primeiros encontros culturais entre Chineses e Portugueses no século XVI**.

Das 9 frases enunciadas, assinale com um **X** as 3 frases que considera relacionarem-se mais (+) com os primeiros contatos culturais entre os dois povos.

De seguida, observe as 6 frases restantes e escolha com **X** as 3 frases que considera relacionarem-se menos (-) com esses contatos culturais.

<i><b>Itens</b></i>	<b>+</b>	<b>-</b>
Não aceitação das diferenças culturais por parte dos dois povos		
Fechamento aos contatos por parte dos Chineses		
Desrespeito para com a ordem chinesa		
Sentimento de superioridade demonstrado pelos dois povos		
Desejo de domínio de territórios por parte dos Portugueses		
Incompreensão da atuação portuguesa por parte dos Chineses		
Desconfiança por parte dos Chineses		
Desconhecimento dos dois povos sobre a cultura de cada um		
Ideias negativas ou distorcidas dos dois povos sobre o outro		

## ANEXO 12

### *Análise do conteúdo da representação social por categorias temáticas*

	CATEGORIAS TEMÁTICAS	DISCURSOS <sup>a)</sup>	ENUNCIADOS <sup>b)</sup>	EXEMPLOS DO CONTEÚDO DAS CATEGORIAS TEMÁTICAS <sup>c)</sup>
Por parte dos dois povos	Desconhecimento sobre a cultura de cada um	12	14	«Tanto os Portugueses como os Chineses não se comportaram bem. [...] Se eles se conhecessem bem e também a sua cultura, não havia conflitos entre eles».
	Não aceitação das diferenças culturais	11	11	«Os Portugueses e os Chineses não souberam aceitar as suas diferenças na sua forma de pensar e de se comportar. E a cultura deles também era muito diferente».
	Sentimento de superioridade	10	11	«Os Portugueses sentiram-se poderosos na China, mas nós sentimos que éramos melhores do que eles».
	Incompreensão	10	10	«Os dois povos não se conheciam bem e, então, [...] não se compreendiam bem».
	Falta de entendimento	7	9	«Eles não se entenderam nem tinham vontade de se entenderem».
	Desejo de domínio	5	5	«Os Portugueses estavam habituados a dominar povos e nós também. Havia territórios que pagavam impostos à China».
	Violência	3	3	«A violência faz parte dos povos que se querem impor pela força. Os dois usaram a violência. Eles enforcaram homens e nós cortámos as cabeças aos Portugueses».
Por parte dos Chineses	Fechamento	9	9	«Temos de nos defender e afastar de povos que nos atacam. [...] Entendo bem que nós queríamos estar fechados aos Portugueses».
	Desconfiança	8	8	«Não confiávamos nos Portugueses. [...] Depois de tudo o que fizeram em Cantão, nós tínhamos razões para não confiar».
	Incompreensão sobre a atuação portuguesa	8	8	«Os mandarins podiam ter sido compreensivos com a embaixada portuguesa. [...] Afinal queria ter relações de amizade com a China para fazer comércio».
	Ideias negativas ou distorcidas sobre os Portugueses	7	7	«Nós tivemos uma ideia má e errada sobre o que os Portugueses queriam de nós».

	Ordem	4	6	«Somos um povo que sempre gostou das regras e que tudo tenha ordem».
	Desprezo	3	3	«Não demos importância aos Portugueses e ao que eles queriam fazer no nosso país. [...] Mas ficámos um bocadinho estranhos com a entrada deles em Cantão».
	Intolerância	2	2	«Não aceitámos o seu comportamento nem podíamos aceitar. Havia regras que tinham de ser cumpridas no nosso país».
	Medo	1	1	«Penso que talvez sentimos medo dos Portugueses, mas talvez porque eles foram violentos e não nos obedeceram».
Por parte dos Portugueses	Desejo de domínio territorial	9	10	«Os Portugueses não queriam só fazer comércio connosco. Eles desejavam de forma escondida conquistar territórios da China».
	Desrespeito	8	8	«A minha ideia é que a falta de respeito por nós, pelo que somos e a confusão que eles provocaram, tudo isto fez com que eles fossem expulsos».
	Desordem	8	8	«Se eles provocaram confusão aqui, imagino a confusão que provocaram em outros territórios que chegaram a conquistar».
	Ideias negativas ou distorcidas sobre os Chineses	6	6	«É muito mau os Portugueses terem pensado que podiam não respeitar os nossos costumes e que éramos um povo fácil de atacar».
	Desobediência	3	3	«Eles não obedeceram aos mandarins, porque queriam mostrar a sua força. [...] É verdade que sempre gostámos que as pessoas respeitassem as nossas regras».
	Coragem	2	2	«Apesar de tudo, penso que os Portugueses foram corajosos ao enfrentarem um Império tão grande e poderoso quanto o nosso».
	Abertura	1	1	«Mesmo assim acho que os Portugueses eram mais abertos do que nós. [...] Eles gostavam de conviver e de conhecer outros povos e nós não tanto».

a) Frequência absoluta dos discursos onde o enunciado de uma categoria temática foi pronunciado.

b) Frequência absoluta dos enunciados agrupados na mesma categoria temática.

c) Categorias temáticas formalizadas em afirmações simples e explícitas.

## ANEXO 13

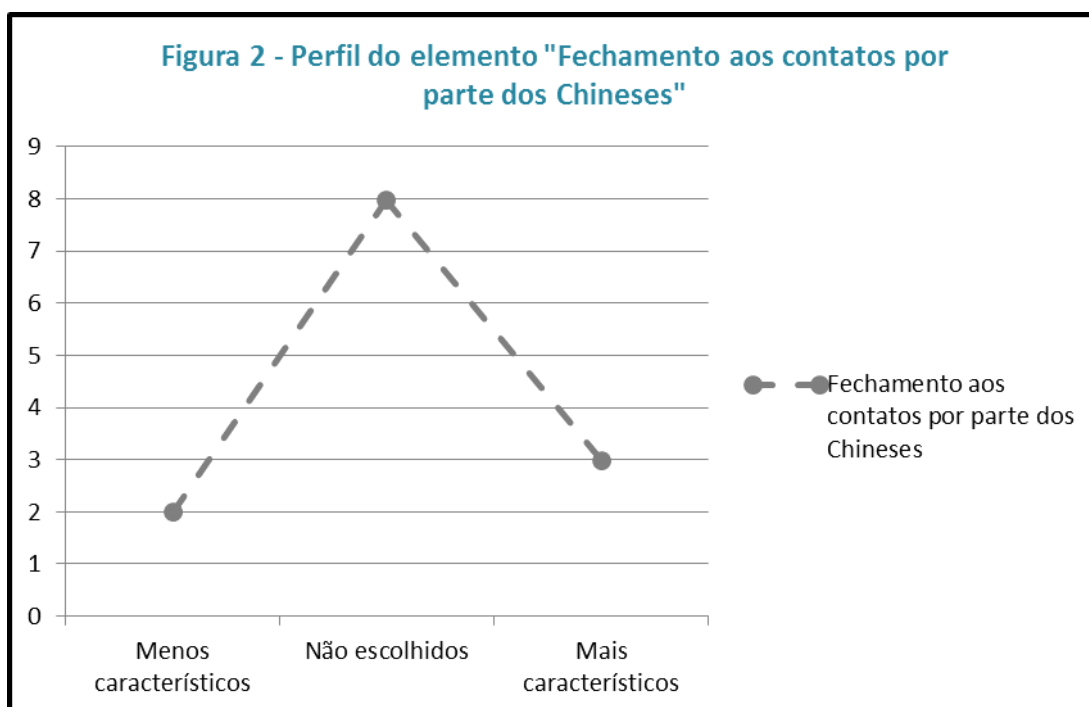
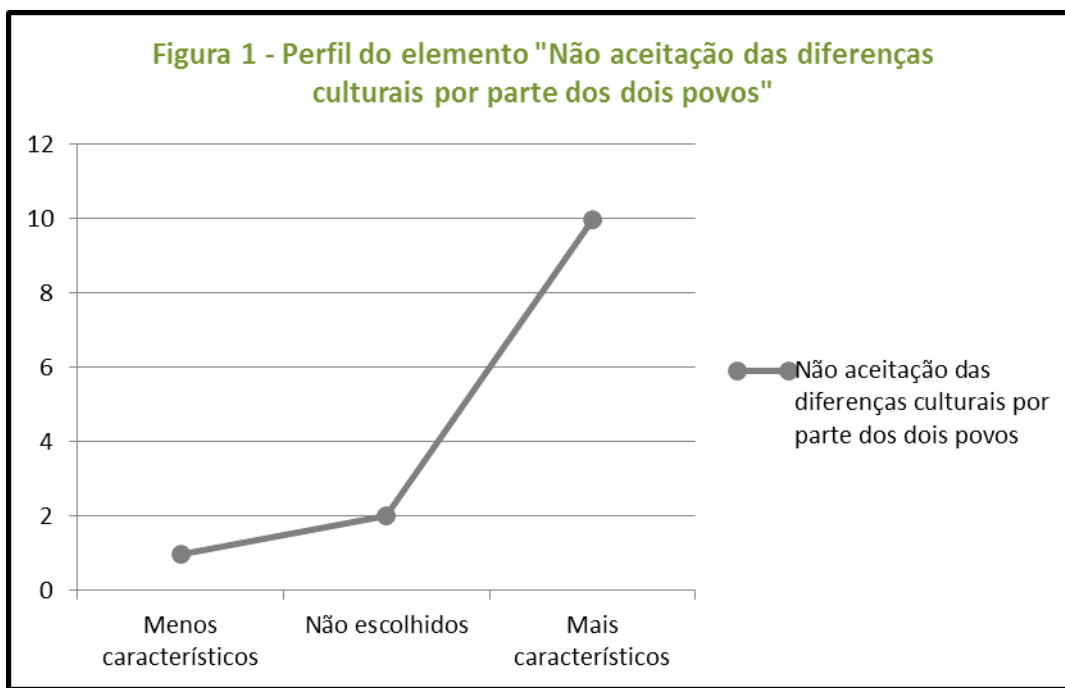
### *Caracterização dos primeiros encontros culturais entre Chineses e Portugueses no século XVI*

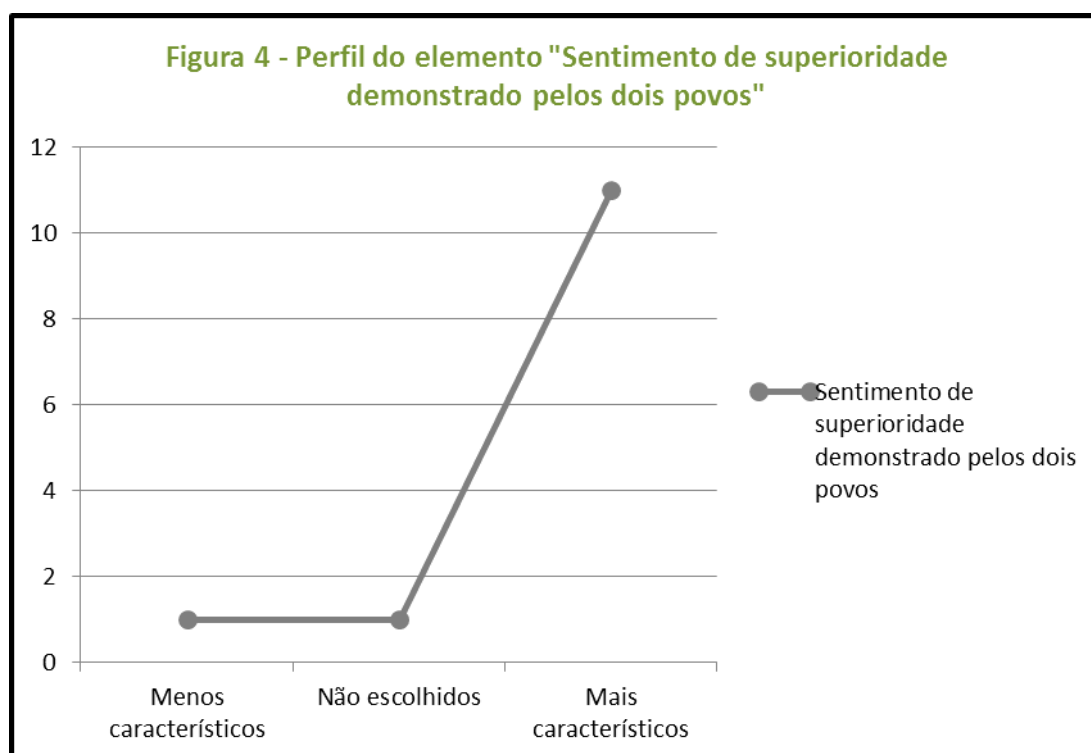
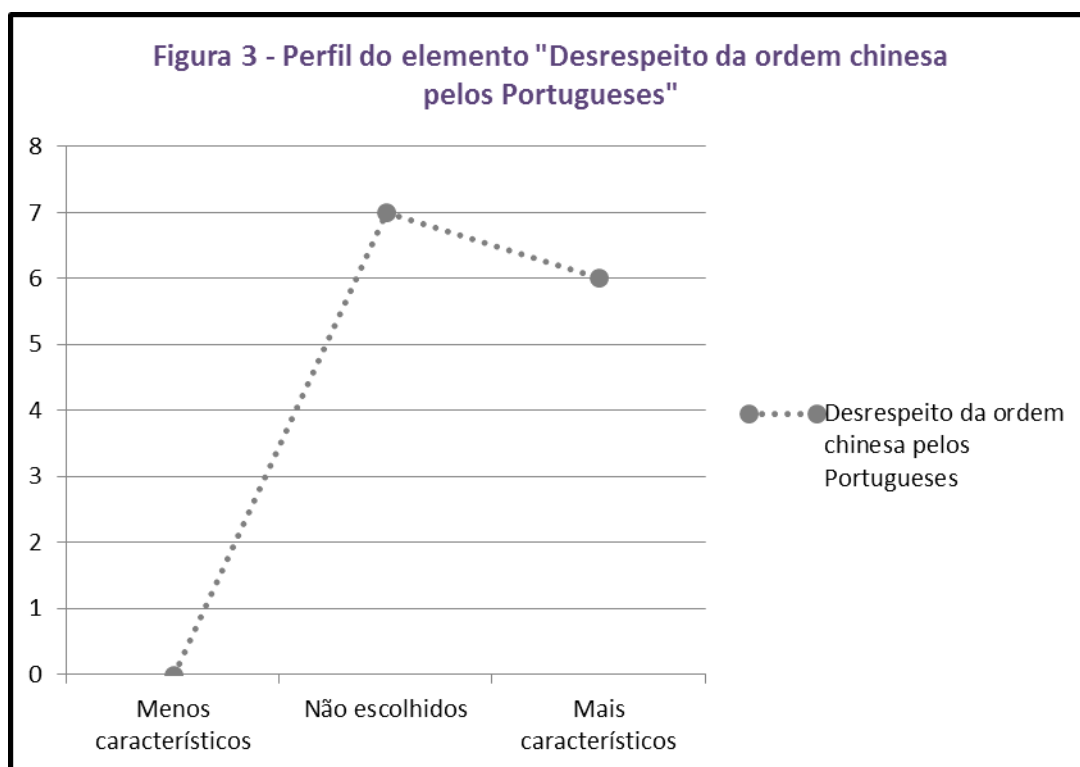
(frequência absoluta das categorias temáticas nas suas três distribuições)

<i>Itens</i>	<b>Menos característicos</b>	<b>Não escolhidos</b>	<b>Mais característicos</b>
Não aceitação das diferenças culturais por parte dos dois povos	1	2	10
Fechamento aos contatos por parte dos Chineses	2	<b>8</b>	3
Desrespeito da ordem chinesa pelos Portugueses	0	7	6
Sentimento de superioridade demonstrado pelos dois povos	1	1	11
Desejo de domínio de territórios por parte dos Portugueses	3	<b>8</b>	2
Incompreensão sobre a atuação portuguesa por parte dos Chineses	2	7	4
Desconfiança dos Portugueses por parte dos Chineses	<b>8</b>	4	1
Desconhecimento dos dois povos sobre a cultura de cada um	0	1	<b>12</b>
Ideias negativas ou distorcidas dos dois povos sobre o outro	7	0	6

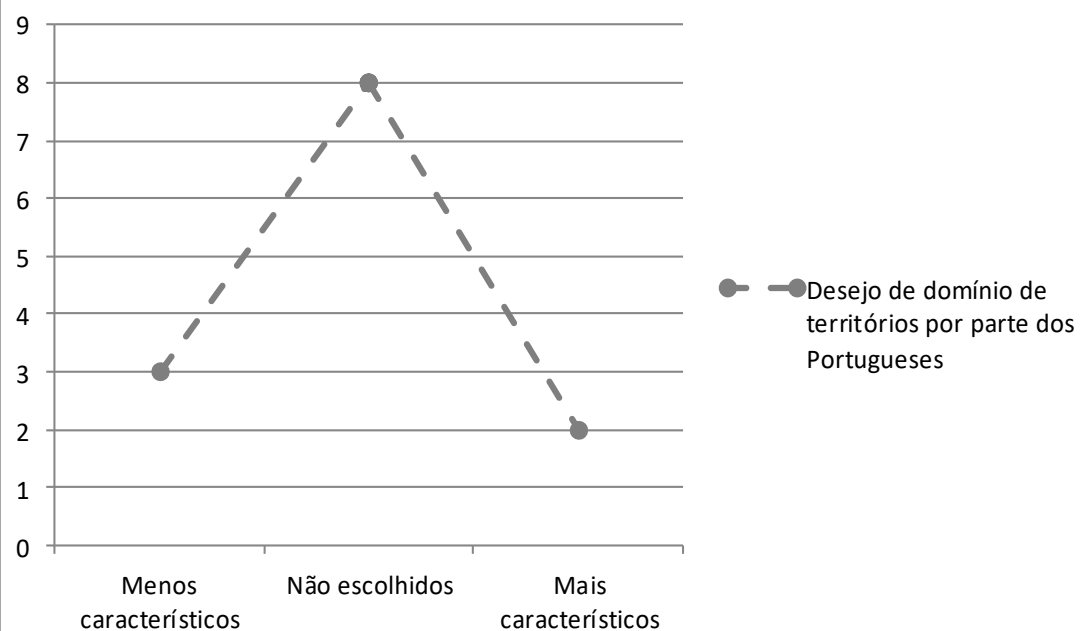
## ANEXO 14

*Perfis dos elementos da representação social dos  
primeiros encontros culturais entre Chineses e Portugueses no século XVI*

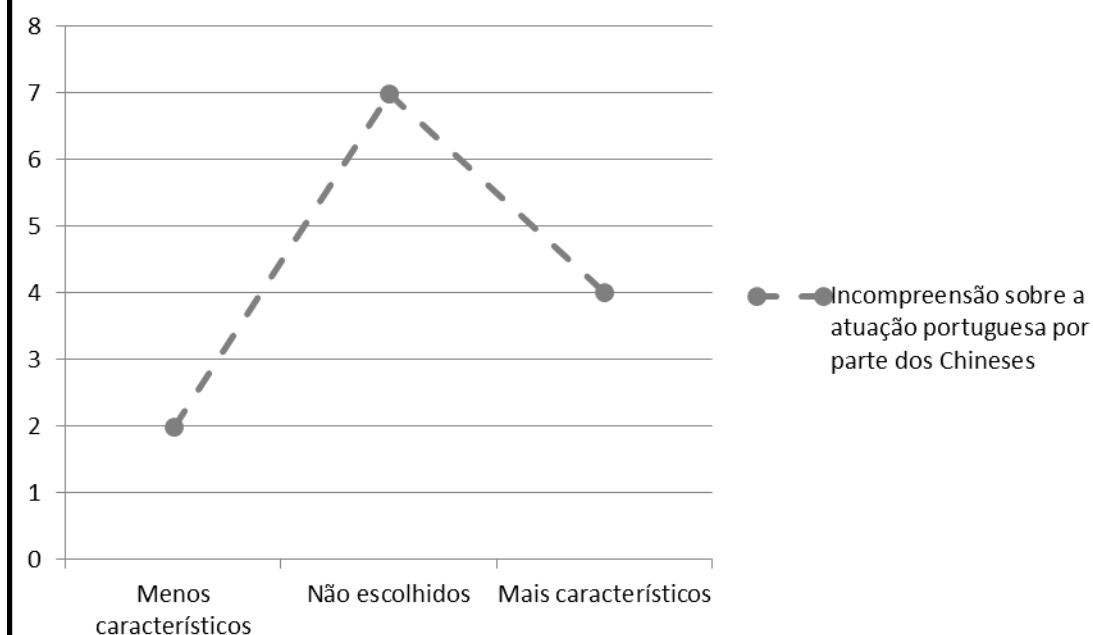




**Figura 5 - Perfil do elemento "Desejo de domínio de territórios por parte dos Portugueses"**

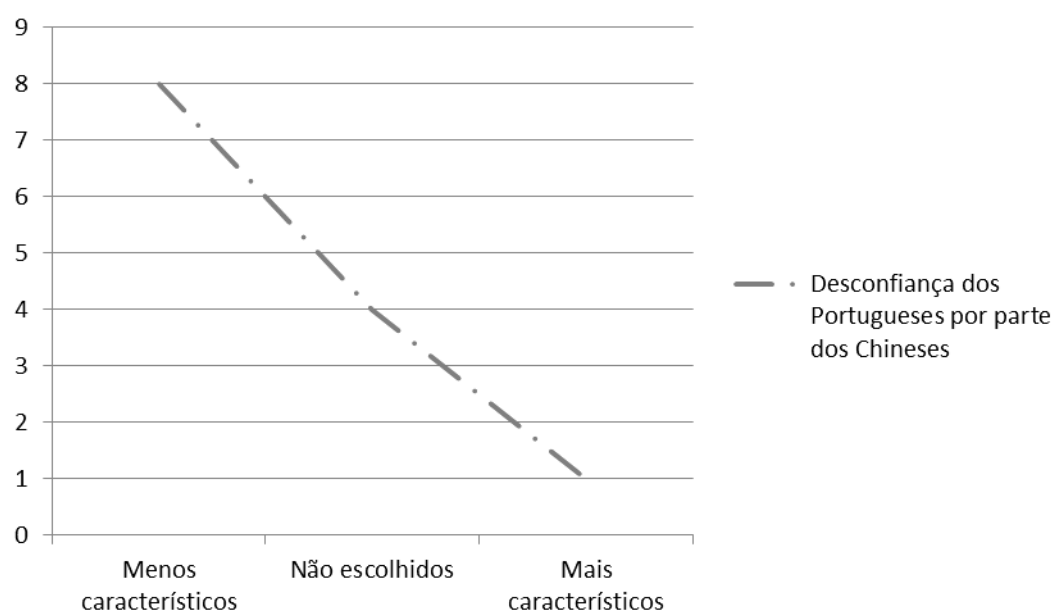


**Figura 6- Perfil do elemento "Incompreensão sobre a atuação portuguesa por parte dos Chineses"**

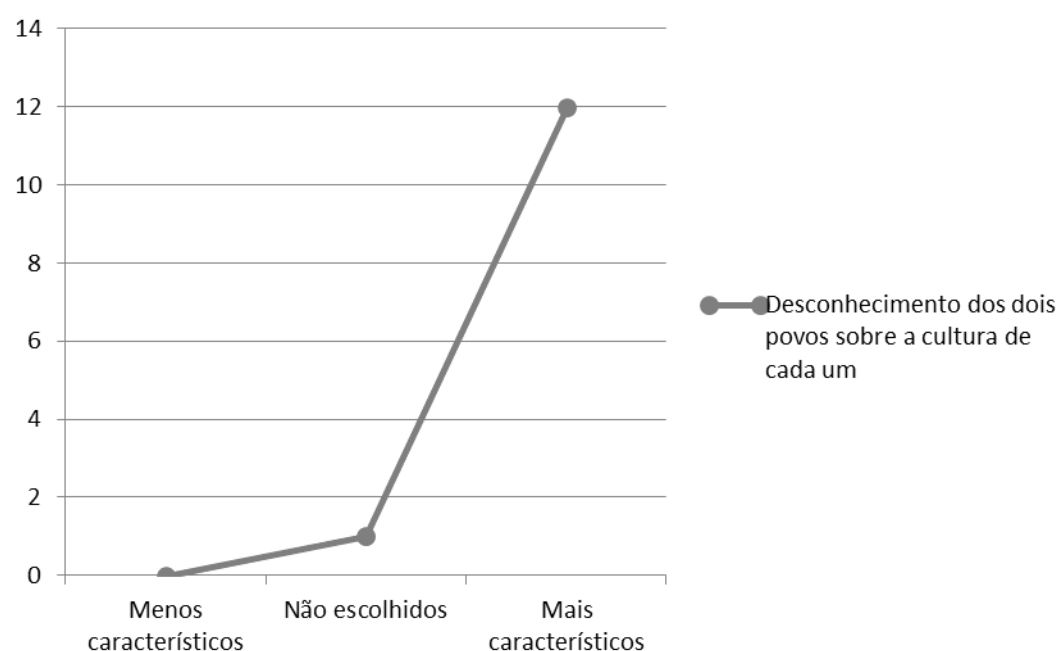




**Figura 7 - Perfil do elemento "Desconfiança dos Portugueses por parte dos Chineses"**



**Figura 8 - Perfil do elemento "Desconhecimento dos dois povos sobre a cultura de cada um"**



**Figura 9 - Perfil do elemento "Ideias negativas ou distorcidas dos dois povos sobre o outro"**

